

8ª LEGISLATURA | 60º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA SOLDADO SAMPAIO PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICANÇO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves;
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho;
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águda;
- d) Deputada Catarina Guerra;
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jalsen Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol;
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picanço;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro;
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart;
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsen Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol;
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral;
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho;
- e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol;
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsen Renier;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho;
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águda;
- d) Deputada Catarina Guerra;
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águda – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra;
- e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águda – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águda – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues;
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente);
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente).

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves;
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart;
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jalsen Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Jeferson Alves;
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Requerimento nº 053/2021	02
- Ata da 2858ª Sessão Ordinária - Íntegra	02
- Ata da 67ª Reunião da CPI - Resol. 041/19	12
- Ata da 69ª Reunião da CPI - Resol. 041/19	33
- Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural - Edital de Convocação nº 005/2021	34
- CPI Resol. nº 041/2019 - Edital de Convocação nº 014/2021	34

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Republicação da Resolução nº 3914/2021	35
- Resoluções nº 3970 a 4004/2021	35

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

THIAGO DE SOUZA PADILHA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.*

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 053/2021

A Sua Excelência o Senhor

Deputado **MARCELO CABRAL**

1º Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

O Deputado que a este subscreve, em conformidade com o art. 196, XIII do Regimento Interno desta Casa de Leis, requer de Vossa Excelência, após ouvir o Plenário, a votação em destaque aos **artigos 4º e 5º** do Projeto de Lei 092/2019 vetados pela **Mensagem Governamental N. 011/21**.

Boa Vista/RR, em 12 de maio de 2021.

Deputado Estadual **Renato Silva**

ATAS

ATA DA 2858ª SESSÃO, EM 07 DE ABRIL DE 2021

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia sete de abril de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima octingentésima quinquagésima oitava Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Informo que o senhor deputado Renan Filho participa desta Sessão de modo virtual.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão Anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** - (Lida a Ata)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos senhores deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Registro a participação na Sessão, de modo virtual, da senhora deputada Betânia Almeida. Bom dia, deputada Betânia Almeida!

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Mensagem Governamental n. 011, de 31 de março de 2021, comunicando o veto parcial referente ao Projeto de Lei n. 092/2019, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das concessionárias de energia elétrica publicarem, nas faturas mensais dos consumidores, informações sobre o direito de ressarcimento por eventuais prejuízos causados aos consumidores por falha no fornecimento de energia elétrica”. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Decreto Legislativo n. 07, de 31 de março de 2021, de autoria da deputada Angela Águida, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima à pessoa que indica e dá outras providências”; Projeto de Resolução n. 09, de 17 de março de 2021, de autoria do deputado Eder Lourinho, que “cria a Medalha do Mérito da Educação do Estado de Roraima e dá outras providências”; Moção de Aplausos n. 020, de 05 de abril de 2021, de autoria da deputada Tayla Peres, que “presta homenagem aos profissionais de saúde do Hospital de Campanha”; Moção de Aplausos n. 021, de 05 de abril de 2021, de autoria do deputado Eder Lourinho, que presta Moção de Aplausos aos profissionais da saúde de Roraima pela passagem do Dia Mundial da Saúde, comemorado no dia 07 de abril, desejando que a data seja comemorada com saúde, paz e harmonia”; Moção de Aplausos n. 22/21, de autoria do deputado Soldado Sampaio, aos jornalistas do Estado de Roraima, pelo Dia do Jornalista, comemorado em 07 de abril, pelo nobre ofício de apurar fatos e levar as informações, com credibilidade, aos cidadãos de Roraima; Requerimento n. 037, de 31 de março de 2021, de autoria da deputada Angela Águida, que “solicita que seja requerido ao governador do Estado de Roraima, Antônio Denarium a vacinação de professores e profissionais da educação, de forma imediata, para viabilizar o retorno das aulas presenciais”; Requerimento n. 038, de 05 de abril de 2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, que “requer a designação de Audiência Pública a fim de discutir o desvio e destruição

de 130 m de largura do leito do rio que percorre o município de Mucajaí, até o leste de Roraima, área da Terra Indígena Yanomâmi, por maquinários utilizados para atividade de mineração”; Requerimento n. 039, de 06 de abril de 2021, de autoria da deputada Tayla Peres, que “requer da Secretaria de Segurança de Estado da Saúde – SESAU que sejam disponibilizados, com urgência, leitos de UTI para o Hospital Regional Sul – Governador Ottomar de Souza Pinto, localizado no Município de Rorainópolis”; Requerimento de Pedido de Informação n. 03, de 06 de abril de 2021, de autoria do deputado Nilton Sindpol, que “requer que seja solicitado ao senhor CEL. PM Edson Prola, secretário de Estado da Segurança Pública, informações quanto ao Fundo Estadual de Segurança Pública do Estado de Roraima – FESP/RR”; Indicação n. 282, de 2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso; Indicações n. 283, 295 e 296, de 2021, de autoria da Deputada Lenir Rodrigues; Indicações n. 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 300, 301, 302, 303, 304 e 305, de 2021, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicação n. 292, de 2021, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicação n. 294, de 2021, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicações n. 297 e 320, de 2021, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações n. 298, 299, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 316, 317, 318 e 321, de 2021, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicação n. 306, de 2021, de autoria da deputada Angela Águida; Indicações n. 314, 315 e 319, de 2021, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicações n. 322 e 323, de 2021, de autoria do deputado Chico Mozart; Memorando n. 021, de 06 de abril de 2021, de autoria do deputado Jalser Renier Padilha, justificando sua ausência à Sessão do dia 31 de março de 2021, por motivos pessoais; Memorando n. 029, de 06 de abril de 2021, de autoria do deputado Jeferson Alves, justificando sua ausência à Sessão do dia 31 de março de 2021, por motivo de atividades parlamentares externas; Ofício n. 01, de 06 de abril de 2021, de autoria do Bloco Parlamentar G7, informando a criação do Bloco Parlamentar denominado G7. **DIVERSOS:** Ofício n. 03, de 22 de março de 2021, de autoria da FUNAI, por intermédio da Coordenação Regional em Roraima, em resposta ao Ofício n. 036/2021/ALE-RR, quanto às atividades da FUNAI em Roraima no sentido de proteger os povos indígenas radicados da pandemia de Covid-19; Ofício n. 742, de 27 de março de 2021, de autoria da Secretaria de Estado da Saúde de Roraima, em resposta ao Ofício n. 40/2021/ALE-RR, e ao Requerimento de Pedido de Informação n. 21/2021, da deputada Lenir Rodrigues;

Era o que constava no Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos senhores deputados para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Jeferson Alves** – Senhor Presidente, nós temos cinco oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o primeiro orador do dia, o senhor deputado Chico Mozart, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – Senhor Presidente, bom dia. Senhoras deputadas e deputados, imprensa aqui presente, lida, falada, televisada e a nossa população, que nos acompanha através das redes sociais e da TV Assembleia.

Senhor Presidente, há pouco mais de um ano o mundo se deparou com a pandemia da Covid-19 e aqui no nosso Estado, deputada Lenir Rodrigues, não foi diferente. Venho, hoje, aqui na Tribuna pedir que seja feito um reconhecimento a uma classe que tem todo o nosso respeito e o nosso carinho, que é a classe dos comunicadores da imprensa. Fiz uma solicitação ao Governo do Estado para que inclua esses profissionais como prioridade na vacina da Covid-19, porque enquanto muitas autoridades dizem para as pessoas ficarem em casa, esses profissionais vão para a linha de frente, muitas vezes, cobrir matérias em hospitais, entrevistar pacientes e médicos responsáveis pelo tratamento da Covid-19. Quero deixar aqui também um registro aos profissionais do Detran. Estive ontem, deputada Lenir Rodrigues, naquela instituição e acompanhei, de perto, o trabalho que aqueles profissionais vêm fazendo, trabalhando diariamente com blitz educativas, atendimentos presenciais, vistorias em carros. E incluir esses profissionais, também, como prioridade, tenho certeza que o Governo do Estado olhará com bons olhos para esses trabalhadores, porque estão diariamente servindo a população e não se furtam do seu dever. E eu acredito que mereçam, não só o nosso respeito e carinho, mas também serem imunizados para continuarem dando seguimento aos seus trabalhos. Era esse o registro, senhor presidente. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o segundo orador do dia, o senhor deputado Éder Lourinho, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso presidente Soldado Sampaio, cumprimentar os deputados e deputadas, cumprimentar o público presente, servidores desta

Casa e as pessoas que assistem pela TV Assembleia.

O que me traz hoje a esta Tribuna é um assunto sério, que tem causado muito sofrimento ao povo brasileiro: a saúde. Hoje comemoramos o Dia Mundial da Saúde, e lamento profundamente, senhor presidente, a situação que se passa no nosso estado e nosso país com a pandemia do Coronavírus. As dificuldades são muitas para combater o vírus, dentre os recursos financeiros, profissionais de saúde, medidas de isolamento, fechamento de comércio, enfim, são tantos problemas causados por essa pandemia que acabam adoecendo as pessoas em todos os sentidos. Quero aqui destacar o esforço e a atenção que a Assembleia Legislativa, em parceria com o Governo do Estado, vem dando à população ao longo desse período. Não podemos esquecer, também, o trabalho das prefeituras municipais, que também tem sido incansável. Até aqui tivemos muitas perdas, muitas dores, mas continuamos firmes na fé e na esperança de dias melhores para todas as famílias roraimenses. Nós, parlamentares, vivemos momentos de reflexão e de conscientização de nossas responsabilidades para com o estado e com o nosso povo. Fizemos muito, mas ainda falta muito mais a fazer, e mesmo com as adversidades, continuamos com o nosso propósito de cuidar daqueles que precisam de nós. Devemos continuar a cumprir o nosso papel para o qual fomos eleitos. Durante pouco mais de dois anos que estou no mandato de deputado, procurei, com muito compromisso, cumprir as minhas obrigações de parlamentar, fiscalizando, ouvindo, reivindicando, cobrando, apresentando propostas, interagindo com meus pares e o Governo do Estado. Na área de saúde já apresentei vários projetos, aprovei leis e defendi propostas. É minha a lei que cria a Semana de Prevenção de Combate à diabetes nas Escolas Estaduais. É meu, o projeto de lei que cria Política Sobre Drogas e o Fundo Antidrogas do Estado, que está em tramitação nesta Casa. Senhor Presidente, gostaria que o senhor colocasse em pauta, na próxima Sessão, este projeto meu que já passou na CCJ, está em tramitação nesta Casa, que cria Política Sobre Drogas e o Fundo Antidrogas porque, hoje, nosso Estado de Roraima não tem um fundo que possa receber recursos federais para tratar de políticas sobre drogas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Neto Loureiro** – Obrigado, deputado Éder Lourinho. Hoje, como todos sabem, o deputado Éder Lourinho aqui repetiu, é o dia alusivo ao Dia Mundial da Saúde, e, infelizmente, vivemos um momento em que não temos muito a comemorar. Nosso Estado passa por um momento difícil, nosso País passa por um momento difícil, mas aproveito a oportunidade para dizer que esta Casa, a Comissão de Saúde e os demais parlamentares, estão atuando, fiscalizando, buscando, realmente, uma forma de ajudar as pessoas. O papel do Legislativo é este: fiscalizar e legislar. Cabe ao Executivo executar essas ações. Então, aproveito esse aparte para pedir que o Governo olhe com carinho para essas pessoas que estão sofrendo todos os dias. Nós sabemos que as dificuldades são grandes, mas é papel do Executivo tentar resolvê-las. Espero que no próximo dia sete de abril do ano que vem nós possamos estar, realmente, comemorando esse Dia Mundial Da Saúde.

Finalizo aqui meu aparte, deputado Éder Lourinho, parabenizando os profissionais da área de saúde, que, durante todo esse momento de pandemia, foram e são grandes guerreiros, que estão nos ajudando a salvar a vida das pessoas. Somente isso, deputado Éder Lourinho. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** continua. – Obrigado, deputado Neto Loureiro. Também destinei emendas parlamentares para comprar veículos para as comunidades terapêuticas, fiz várias indicações de minha autoria, uma delas, ambulância para o hospital de Normandia, comunidade da Barata, em Alto-Alegre, equipamentos e respiradores para hospitais do Sul do Estado, que já foi atendida. Hoje, o hospital de Caroebe, no Sul do Estado, tem uma mini UTI, que já salvou muitas vidas. Atende Entre Rios, Jatapulândia, municípios de Caroebe. Também fiz solicitação de indicações de equipamentos para o grande trauma do HGR, medicamentos para hospitais do Baixo Rio Branco, e, ainda, solicitei a reativação do serviço da radioterapia dos nossos pacientes com câncer em Roraima, contratações de médicos cardiologistas, especialistas para intervenções cirúrgicas de cateterismo, contratação de motoristas de ambulâncias para o hospital de Caroebe, no Sul do Estado, aquisições de cilindros de oxigênio como medida preventiva para o atendimento da Covid-19, pensão para os familiares dos servidores que morreram de Covid-19 infectados no local de trabalho. Solicitei, ainda, a pensão de saúde para dependentes químicos de álcool e drogas, melhorias no atendimento nas Unidades Básicas de Saúde, atendimento itinerante para a Covid-19, atendimento itinerante para coleta de sangue dos hemocentros, campanhas informativas e educativas nas escolas sobre a Covid-19, entre outras medidas. Meu compromisso com a saúde é para cuidar da nossa população.

Aparte concedido à senhora Deputada **Tayla Peres**. – Bom dia a todos! Deputado Éder Lourinho, eu quero parabenizá-lo por este tema, que é de muita importância. A saúde é importante na nossa vida em todos

os momentos e, inclusive, agora nessa pandemia. Falando em saúde, quero aproveitar para parabenizar todos os servidores da saúde, todas as pessoas que estão na linha de frente, trabalhando contra a Covid-19. Não só as pessoas da saúde, mas também todos os trabalhadores de trabalhos essenciais. Quero parabenizá-los, que todos tenham saúde para que possamos passar por este momento difícil. Parabéns, deputado Éder Lourinho, por trazer este tema. Eu acompanho o seu trabalho, sou admiradora sua e do seu trabalho. Sei da sua capacidade. Você é um deputado caladinho, mas que vai lá e faz. Quero parabenizá-lo.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho** continua. – Obrigado, deputada Tayla Peres. Para finalizar, quero aqui informar que entrei com uma proposta de Moção de Aplausos a todos os profissionais de saúde do Estado de Roraima, pela passagem do Dia Mundial da Saúde. Eles que colocam suas vidas em risco, para cuidar dos outros: médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas, atendentes, motoristas de ambulâncias, maqueiros, faxineiros e todos os técnicos de saúde em geral. A eles, gostaria de pedir aos nobres deputados que se juntassem comigo, de pé, para que possamos aplaudi-los e dizer muito obrigado.

Senhor presidente, eu convido todos os deputados para que nós possamos, de pé, aplaudir todos os funcionários desta Casa, o público presente. Deputado Gabriel Picanço, nesse momento difícil, quero pedir a Deus que possa nos iluminar e iluminar todos os servidores da saúde. Muitos perderam seus entes queridos nesse momento, muita dor! Eu perdi amigos, acredito que muitos de nós perdemos amigos aqui. Muitas vezes nós queremos procurar um culpado, mas sabemos que, na minha visão, como cristão, não temos culpados. Muitas vezes culpamos governadores, prefeitos, deputados, presidente, mas é um vírus que nós não podemos enxergar a olho nu. É um momento muito difícil, e hoje, as pessoas que lutam no dia a dia, na linha de frente, são os servidores da saúde. Então, aqui, vamos dar uma salva de palmas a todos os servidores da saúde. Obrigado, senhor presidente!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o terceiro orador do dia, o senhor deputado Jefferson Alves, por até doze minutos.

O Senhor Deputado **Jefferson Alves** – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela Tv Assembleia, bom dia a todos!

Senhor presidente, o assunto que hoje me faz vir a esta Tribuna é para que nós possamos fazer uma reflexão e dar uma sugestão ao Governo do Estado de Roraima. Nestes últimos meses, praticamente no último ano, o mundo enfrenta uma dificuldade, o país enfrenta uma guerra, e o Estado não está fora disso. Muitas famílias estão perdendo entes queridos, muitas famílias estão perdendo emprego, pessoas ficando desempregadas, tendo que ficar em casa, mas a conta chega no final do mês e não têm de onde tirar o dinheiro, não têm como arcar com as suas despesas, ao passo que aquela galera que diz que é para ficar em casa, mas está com sua geladeira cheia. Assim é fácil.

Roraima paga hoje uma das mais caras tarifas de energia do Brasil. Tivemos a oportunidade de, nesta Casa, senhor presidente, entrar com um pedido de CPI. O requerimento foi aprovado pelos colegas, foi criada, instaurada uma CPI para poder investigar esse serviço porco, imundo que a Roraima Energia fornece aos contribuintes do Estado de Roraima. Pagamos uma energia cara, o nosso povo tendo que ficar em casa, e todos os meses a conta chega. Qual a ideia que eu tive, para poder aqui sugerir ao Governo do Estado? Nós temos hoje um excesso de arrecadação de ICMS, vindo do próprio combustível que a Roraima Energia queima todos os meses, algo em torno de quinze milhões de reais. Vamos fazer um cálculo de quinze milhões de reais, por mês, que todos os meses entram nos cofres do Governo. O Governo bem que poderia criar uma tarifa social de energia. Um valor simbólico de trezentos reais iria atender diretamente cinquenta mil famílias que hoje vivem em situação precária, porque não possuem condições de trabalhar, porque estão perdendo o emprego, porque precisam se proteger desse vírus. Um governo não pode ser voltado apenas para o setor produtivo, que é uma coisa importante, até para definir a matriz econômica de um estado, mas o seu maior patrimônio é o seu povo. Se o nosso povo não tem condições de trabalhar por conta desse vírus, se o nosso povo tem que ficar em casa por ser do grupo de risco, então muitos deles estão perdendo emprego, e, por conseguinte, sua renda. Costumo sempre dizer que a fome vai matar mais que o vírus. Roraima lidera o ranking do Brasil por suicídio, porque o desespero bate na porta. Um governo não pode ser insensível ao ponto de virar as costas para a classe mais pobre; um governo não pode ficar sendo rodeado por meia dúzia de empresários; um governo não pode ficar governando de mãos dadas com o setor mais rico e de costas para a população mais pobre. E o que está acontecendo, hoje, é que o atual Governo é um governo que não tem sensibilidade social, um governo que não tem povo, um governo que não tem cheiro de povo, um governador

que não sabe ainda acertar o time da sua administração, porque é mal assessorado, muito mal assessorado, um governo que não se comunica com a população, porque há falta de assessoramento. Dinheiro para isso tem, excesso de arrecadação tem. Nós não podemos priorizar apenas um setor do Estado. A ação social do Governo precisa funcionar de fato. Quando eu cito essa possibilidade de uma tarifa social, eu tenho consciência que isso só pode ser feito através do Governo Federal, mas ele pode, através desta Casa, criar um mecanismo para a criação de uma bolsa, uma bolsa- energia, para que o Estado possa dar uma mão amiga a quem precisa, estender o braço forte para quem precisa. Quando eu falo isso, também sugiro a ele, se não pode, não quer fazer isso, reative o que tinha no passado, na época do Governador Ottomar, como o estágio remunerado, que daria de atender vinte e cinco mil jovens, a seiscentos reais. Governador Antonio Denarium, você que gosta de fazer cálculo, vou te ensinar aqui a fazer um cálculo: pega esses quinze milhões que você tem todos os meses de excesso de ICMS, e divide por seiscentos, vai dar uma faixa de vinte e cinco mil jovens. Você vai fomentar essa economia, você vai levar uma renda a mais para a casa dessas pessoas, e você vai dar oportunidade para os nossos jovens, que estão à mercê da sua própria sorte. Quando o poder público não chega, Antonio Denarium, o crime abraça. É por isso que, hoje, Roraima lidera o ranking nacional de presos entre jovens de dezoito a trinta e dois anos, porque as facções, a criminalidade, estão levando nossos jovens por falta de oportunidade. Governador Antonio Denarium, você que gosta muito de cálculo, vou te ensinar mais um: pega esses quinze milhões, divide por trezentos, para cada família, vai dar cinquenta mil famílias atendidas com essa bolsa-energia. Você vai levar a mão amiga, um acalento, a quem não tem hoje, que está tendo que ficar em casa, forçado, por conta desse vírus, não tem a possibilidade de buscar o pão na rua, porque sai de casa e não sabe se volta com saúde, é um inimigo invisível. Nós estamos aqui pelejando, dia e noite, para poder arrumar uma solução. Aprovamos nesta Casa, de minha autoria, uma lei que autoriza o Governo do Estado a adquirir as vacinas de forma direta, para poder negociar com os laboratórios internacionais, assinando a carta de intenção, e até agora não vimos nada. Nós estamos aqui, ainda, dependendo do repasse das vacinas do Ministério da Saúde, todas essas semanas. E esse processo é lento, porque são todos os estados brasileiros, são todas as cidades, que precisam receber as vacinas. Governador, um Governo tem que ter povo, um governo tem que ter sensibilidade social. Não se governa apenas para meia dúzia de empresários; se governa para a grande massa. Até hoje o Governador Ottomar é lembrando neste Estado como o maior estadista, por quê? Porque tinha um olhar sensível aos menos favorecidos, e o que falta no seu governo é isso. O senhor pode até ser um homem de boa intenção, mas o senhor é mal assessorado, o seu governo é ruim porque é mal assessorado. E vou lhe dizer uma coisa: é por isso que o senhor vai perder a eleição, porque o senhor não consegue encontrar o time de uma administração. Administração se faz com todos, governador; não é só com uma meia dúzia de pessoas. E esses mesmos que lhe rodeiam, hoje, foram os que afundaram este Estado e fracassaram este Estado em outros governos passados. Não vou citar nomes aqui, porque o senhor sabe quem o senhor está colocando no primeiro escalão do seu governo, que é vergonhoso, porque muitos deles foram rejeitados nas urnas, porque a população não os quer mais. E o senhor, como entrou pela primeira vez na política, apresentando-se como novo, entrando pelo partido que era do presidente Bolsonaro na época, apresentando uma mudança, e hoje o senhor é rodeado e se cerca de pessoas que foram um fracasso na vida pública, e muitos deles saíram aqui pelas portas dos fundos. Reflita, pense bem, se é isso que o senhor quer para o seu governo, se é isso que este Estado merece, na mão dos mesmos de sempre. Já se passaram vários anos desde a transformação de Roraima em Estado, e nós ainda estamos patinando nas mãos dos mesmos. Muda a figurinha, mas as atitudes são as mesmas, porque parece que não consegue enxergar um palmo à frente do nariz; vive em torno de uma meia dúzia de pessoas, que parece que são só eles que sabem, só são eles que sabem fazer articulações políticas, só são os mesmos que sabem fazer publicidade, enfim, Roraima vive, infelizmente, um tempo, cada vez mais, parado. E eu não posso ficar à mercê e calado numa situação dessas.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lenir Rodrigues**. – Eu até compreendo vosso desabafo, mas eu gostaria também de refletir com a população neste momento. O governador Antonio Denarium recebeu o Estado numa intervenção federal, com os salários todos atrasados, com os servidores públicos nas ruas, um caos, um caos social. Eu não sou partidária do partido do presidente Bolsonaro, inclusive sou antibolsonaro, mas eu tenho que reconhecer, como roraimense, que, nos últimos anos, o governador Antonio Denarium foi o único que teve a capacidade de deixar o Estado no azul, quer dizer, fechou dois mil e vinte com as contas pagas. Eu acredito que nós temos que desabafar mesmo, nós temos que sugerir, mas também temos que ter a capacidade de reconhecer o que está funcionando. Respeito muito suas ideias, Vossa Excelência é um deputado muito

aguerrido, diz o que pensa, tenho admiração, mas gostaria de complementar, neste momento, essa reflexão. Com o ajuste das contas, nós mesmo nesta Casa seremos capazes de aprovar projetos sociais, como Vossa Excelência bem colocou, sobre o ex-governador Ottomar de Sousa Pinto, que realmente era um estadista, e aprovamos esses projetos sociais que, porventura, o Executivo nos envie. Acredito que, com as contas saneadas, podemos ter um desenvolvimento social, e acredito assim, que o processo eleitoral é ano que vem, então, não podemos dizer quem ganha e quem perde. Tem muita gente aqui no Estado que já dormiu achando que ganharia as eleições e acordou com a derrota. Acompanhei final de semana passado, sem ser este final de semana, o outro, algumas atividades do Governo no Sul do Estado, e gostei bastante. Foi a primeira, senhora deputada Aurelina Medeiros, a primeira vez que acompanhei uma ação do Governo no Sul do Estado. Achei muito importante, enxerguei os olhos dos agricultores familiares brilharem com cinquenta mil mudas de cacau, que é um projeto da Secretaria de Agricultura, do senhor secretário Aluizio. Presenciei também a entrega de cartões com duzentos reais, que estavam acumulados com quatrocentos reais, senhor deputado Jeferson Alves. Então, é uma experiência, acho que são projetos que nós aprovamos aqui. Vossa Excelência votou também, acredito que temos tudo para caminhar. O seu alerta é excelente no sentido de dar uma sacudida, mas também temos que ter a capacidade de reconhecer que é possível o Governo retomar as atividades sociais e o desenvolvimento do Estado, olhando, como Vossa Excelência está dizendo, para os pequenos agricultores, para a agricultura familiar e também para as pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade. Acredito que seu desabafo vai servir muito para que toda a estrutura do Governo possa refletir e aproveitar que o Estado de Roraima, com as contas pagas, pode ter um bom desenvolvimento. Agradeço pelo aparte.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua. – Senhora deputada Lenir Rodrigues, sou suspeito para falar, pois tenho um carinho muito grande por Vossa Excelência, uma das melhores amigas que fiz aqui, desde quando estou aqui como deputado, embora caminhamos em pontos ideológicos diferentes, mas tenho muito carinho por Vossa Excelência e sei o quanto a senhora é dedicada, comprometida e atuante como parlamentar. Porém, quero fazer uma reflexão também para a senhora lembrar: sabe por que a conta do Estado ficou ajustada nesses dois anos? Foi em detrimento dos menos favorecidos. Houve um acocanhamento dos menos favorecidos. Durante dois anos sem pagar vale- alimentação esse povo começou como? Viveu como? Sabe Deus como suportou, mas, Vossa Excelência representa aqui os indígenas, que hoje é uma referência nesta Casa. Hoje quem defende política indígena é a senhora, deputada Lenir Rodrigues. Andar nas comunidades indígenas, como Vossa Excelência anda, acho que são poucos que andam, e hoje o Governo colhe a maior rejeição da história dentro das comunidades indígenas. Isso não é de agora, é da história, porque é um governo insensível aos menos favorecidos, um governo que não tem cheiro de gente. Antigamente, deputada Lenir Rodrigues, a senhora foi secretária de Estado, por sinal muito bem, e, algumas vezes, os tuxaus eram recebidos com festa pelo senhor governador. Vou fazer uma pergunta a Vossa Excelência: quantas vezes a senhora viu um tuxau no palácio ser recebido por alguém? Um só? Os líderes comunitários, presidentes de bairros, tinham reuniões a cada trinta, sessenta ou noventa dias com o próprio governador para poder levar as informações mais pertinentes ao Poder Executivo. Quantas vezes a senhora viu um presidente de bairro nesse Governo? O Governo governa de costas para setores da sociedade que são os que mais sofrem hoje. Sei que o governador Antônio Denarium é um cara de boa intenção, não duvido disso, muitas vezes subi aqui para elogiar certas atitudes que ele tinha tomado, porém não posso fingir que não estou vendo isso. Estou aqui dando uma sugestão para ele, como uma crítica construtiva ao governo dele, e digo que o Governo é mal assessorado, porque sempre são os mesmos, entra governo e sai governo, e continuam rodeando o poder. Isso levou Roraima ao atraso. É por isso que Roraima, hoje, é um estado que engatinha. É por isso que Roraima, hoje, ainda não tem uma matriz econômica definida, que vivemos, infelizmente, ainda do contracheque. O nosso Estado está se transformando no Estado de terra prometida, mas para meia dúzia, onde pessoas procuram o Estado para poder comprar terra, comprar terra e titular terra, titular terra e comprar terra. Isso é um caminho? Todo lugar do Brasil se desenvolveu pela iniciativa privada, e em Roraima não pode ser diferente, só que não podem esquecer das pessoas. O maior patrimônio deste Estado é o seu povo; o maior patrimônio do Estado é a sua gente. Não podemos ficar a luz do sol, tampar o sol com a peneira; não existe isso. Então, que sirva de reflexão e sirva também de apelo este desabafo que estou fazendo ao governador. Não estou aqui criticando a figura do senhor governador, e até criticaria se preciso fosse, porque ele não está acima do bem e do mal, ele está sujeito a críticas, ele está na política sujeito a críticas, assim como também estou, como Vossa Excelência também está, agora temos que ter aqui essa sensibilidade: o governo não tem sensibilidade

social, é um governo que governa para meia dúzia e esquece quem mais precisa, que são os mais humildes. O senhor deputado Jânio Xingú pediu um aparte, mas a senhora deputada Aurelina Medeiros tem prioridade, por ser mulher e por pedir primeiro.

Aparte concedido à senhora Deputada **Aurelina Medeiros**. – Obrigada, senhor deputado Jeferson Alves. Eu não queria falar, mas ouvi a senhora deputada Lenir Rodrigues e ela me incentivou a falar. Essa parte é pertinente, mas queria dizer o seguinte: o Governo do Estado, hoje, está entregando cinquenta mil cestas do Projeto Renda Cidadã. Isso é quase dez por cento da população que está sendo atendida. Nós que somos deputados sabemos disso. Na época da cesta básica, do dinheiro no banco, o pessoal chegava e falava assim: “cortaram o dinheiro de pagar minha internet” ou “o dinheiro de pagar o meu celular”. Ninguém nunca me disse “cortaram o dinheiro de comprar o meu rancho”. Entendemos isso. Outra coisa: estão sendo atendidas cinquenta mil famílias. No Governo de dois anos que passou, foi um ano para tentar comprar um vidro de remédio, porque o Estado devia todo mundo e os salários estavam atrasados. Isso não é tudo que justifica, mas, por exemplo, o senhor está fazendo a proposta de trezentos reais de vale energia. Meu irmão, o pessoal de baixa renda, que morre de fome, como o senhor está dizendo, não gasta trezentos reais de energia!

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua – Gasta muito mais, senhora Deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** continua o aparte- Pelo menos os que eu conheço, de baixa renda, que moram em um casebre, ajudamos muita gente, mas tudo bem. Outra coisa que queria falar também: a época do presidente de bairro já passou. Naquele tempo, fazíamos eleições do presidente de bairro, tinha a sede nos bairros; hoje já não tem nada disso. Hoje, muitas vezes, a pessoa se intitula para ter um salário. E outra coisa, senhor deputado, nós não temos quinze milhões de excesso de ICMS. Do nosso ICMS, vinte e cinco por cento é repassado para os municípios e parte complementa o FPE, porque o ICMS é o recurso do Estado, é ele e mais alguns: IPVA e mais algumas “coisinhas” que complementam o FPE, que paga os nossos salários e sustenta o nosso Estado, que compõe quase oitenta por cento do orçamento do Estado. Nós aprovamos o orçamento aqui, dos quinze milhões, vinte e cinco por cento é repassado para os municípios e não é excesso. Não sei aqui o valor da arrecadação mensal. Até tenho, porém não está aqui comigo,

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** continua – Cento e quinze milhões no ano passado, senhora Deputada.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** continua o aparte- Essa arrecadação, não posso dizer que é excesso, pois esses dias vi uma análise no jornal em que ele falava assim: “aumentou cinquenta milhões em alguma coisa de janeiro de dois mil e vinte para janeiro de dois mil e vinte e um”. Então fico pensando na conta malfeita, porque, durante o ano de dois mil e vinte, quantos salários demos reajuste aqui? Vários. Quantos projetos aprovamos aqui? Quantas obras foram feitas? O quanto de despesa aumentou em qualquer coisa? Então, esse dinheiro, o quanto aumentou de população? Esse dinheiro, essa conta, que vejo todos os dias em redes sociais, já disse isso em entrevistas minhas, é uma conta malfeita. Tem que ser visto o que cresceu no ano, mas tem que ser comparado ao que gastou, as despesas também aumentam, haja vista que não há mais salários atrasados. Hoje temos construções sendo feitas, por exemplo, temos municípios nossos que reclamam de vicinais, mas tem municípios que faz muito tempo que não reclama, porém ninguém diz o que está sendo feito. Por onde a gente anda têm problemas, tem! Não é em dois anos e não é em dez que se faz o Estado que queremos. Necessidades existem, problemas existem, e aqui estamos nós. Uma coisa que acho muito difícil para o parlamentar cobrar do Governo é a construção daquilo que ele não colocou no orçamento para ser executado. Vem o dinheiro de onde para fazer? Enchemos de indicação, mas aprovamos um orçamento aqui e a maioria do que pedimos não consta no orçamento, pois não colocamos, e sei que a cobrança vem para nós, não vai para ninguém. Vamos ao interior e voltamos com um pacote cheio, embora temos que ter consciência que o dinheiro do Estado não é maior do que aprovamos aqui. O que tem para ser feito está no orçamento do que aprovamos aqui. Não sei se ele cresce de alguma forma, mas era isso. Queria dizer do mesmo jeito do projeto para a compra de vacinas. Qual é o estado brasileiro que está conseguindo comprar vacina? Alguns estão fazendo o contrato de risco para dezembro, para daqui um ano. Não sei se é um sonho, senhor deputado Jeferson Alves, um Estado que estiver comprando e saímos daqui correndo enforçar o governador para que ele compre também, mas ainda não vi. É o sonho de todos nós. O seu projeto foi um projeto que todo mundo se esforçou para aprovar, queremos que aconteça, mas estamos vendo alguns sendo presos comprando indevidamente no Paraguai cinquenta doses de vacina. Então, ainda não temos essa oportunidade. Queria eu que o grande “mito brasileiro” que todos chamam, e aqui não estou falando de

política, não estou falando se votei no presidente Jair Bolsonaro, não sei em quem vou votar, se vou votar nele de novo ou em outro, mas não é culpa do Estado. Os estados estão indo para a justiça para ter o direito de comprar a vacina. Obrigada, senhor deputado Jefferson Alves.

O Senhor Deputado **Jefferson Alves** continua. – Senhora deputada Aurelina Medeiros, Vossa Excelência, dos que estão aqui nesta Casa agora, neste exato momento, é a deputada com mais tempo de mandato, e percorreu por muitos e muitos anos o interior deste Estado, até os dias de hoje, principalmente ao lado do ex-governador Ottomar de Sousa Pinto, com quem teve o prazer de trabalhar e ser secretária de agricultura. Naquela época, senhora deputada Aurelina Medeiros, o nosso povo era feliz e não sabia, pois tinha o pró- custeio. A senhora lembra? Quantas vezes vi a senhora, na fila, junto com o ex-governador entregando o pré-custeio para quem não tinha. Era a felicidade daquele povo receber isso. Esses números de quinze milhões a mais de ICMS que estou falando aqui na Tribuna foram números repassados pelo secretário da Sefaz, o senhor secretário Marcos Jorge, um homem em que tenho respeito pela sua competência, e, sem nenhuma dúvida, um homem comprometido com o que faz, e faz muito bem. Quando a senhora toca nessa questão da vacina, quero dizer para a senhora que a Secretaria de Saúde, tive a informação, assinou a carta de intenção da vacina Sputnik. Foi a informação que tive. Era a mesma vacina que, há quinze, vinte dias, senhor deputado Coronel Chagas, estávamos aqui pedindo que fizesse essa carta de intenção. Esta semana tivemos um vídeo do senhor presidente Jair Bolsonaro, no qual ele vai enviar representantes da Anvisa até a Rússia para poder fazer a inspeção para que possamos estar adquirindo essa vacina com a celeridade possível e produzi-la aqui no Brasil. Têm dois ou três dias que o senhor presidente anunciou isso em cadeia nacional, em sua rede social. Para finalizar a minha palavra de hoje, o senhor deputado Jânio Xingú está com a palavra.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú**. – Senhor deputado Jefferson Alves, é um discurso no momento oportuno, muito bom, mas fiquei dois anos fora da base do Governo. Tínhamos um grupo aqui, eu não estava no Governo, mas o mandato do governador é atípico a outros mandatos. O governador assumiu o Governo antecipando a sua posse, devido a uma intervenção federal decretada pelo senhor presidente da República. No momento em que não tínhamos mais viabilidade econômica alguma para que a senhora ex-governadora, Suely Campos, tocasse o Estado, não tínhamos pagamento dos poderes, não tínhamos pagamento dos funcionários, um descontrole total. E foi nesse mar de descaso que o senhor governador Antônio Denarium assumiu o Estado. Então, passou o ano de dois mil e dezenove com muitas dificuldades, e depois pegou um ano de pandemia, de forma que o senhor Antônio Denarium, tenho conversado com ele, foi muito responsável em uma coisa, ele equilibrou as finanças do Estado. Roraima hoje está no azul. Esta semana o Poder Legislativo vai receber um pacote, que é um cobertor social do Governo do Estado, talvez o senhor não tenha conhecimento, mas o Governo do Estado está comprando, por exemplo, cem tratores. O Governo do Estado está fazendo um projeto de estágio remunerado para dar oportunidade a cinco mil jovens. O Governo do Estado está contemplando dez mil colonos com pré-custeio. O Governo do Estado vai chegar na ordem de quarenta mil pessoas recebendo cartão. O Governo do Estado está comprando equipamentos e motores para mais de mil e quinhentos pescadores. O Governo do Estado está mandando, talvez chegue hoje, mil auxílios emergenciais para contemplar músicos, camelôs, pescadores, aquelas pessoas que, porventura dependiam de eventos, dependiam de pessoas que se reuniam para ganhar o seu dinheiro. Vamos fazer isso em caráter de urgência. Imagine: se o governador não tivesse a responsabilidade de ter saneado as contas do Estado, se o Governador não tivesse o cuidado com as finanças do Estado, hoje, o povo de Roraima não estaria desfrutando do que vai desfrutar daqui para a frente. Portanto, o Governo fez a sua parte, e, agora, concordo plenamente com você, o maior patrimônio é o nosso povo, e é esse povo que vai ter os benefícios daqui para frente.

O Senhor Deputado **Jefferson Alves** continua. – Senhor deputado Jânio Xingú, Vossa Excelência é um homem de raciocínio rápido, não somente de raciocínio rápido, mas também em outros aspectos. Vou falar uma coisa para Vossa Excelência, os mesmos que lá atrás afundaram o nosso Estado, com o ex-governo da Suely Campos, são os mesmos que estão hoje no palácio, os mesmos, que o senhor governador Antônio Denarium pegou o Governo sucateado. São os mesmos que estão ao redor dele hoje, senhor deputado Jânio Xingú. Tudo isso que o senhor falou será bem-vindo por todos os pares desta Casa aqui, mas já está na hora, já estamos com quase dois anos e meio de mandato e essas pessoas ficaram esse tempo todo sem tudo isso que Vossa Excelência citou. Não se sabe como sobreviveram nesse momento difícil de pandemia que estão enfrentando. Quero lembrar para vocês que estão nos ouvindo, que tudo isso que o senhor deputado Jânio Xingú falou que vai ser realizado, isso não é favor de Governo, é dever, é

dever de Estado, não é favor. Político nenhum, quando manda qualquer tipo de matéria dessa importância, está fazendo um favor para você; é dever, é dever do Estado dar oportunidade e governar para os menos favorecidos, mas o que me causa espanto é uma série de obras dessas que vão ser feitas, de projetos que vão ser colocados para serem apreciados, somente agora nesse período em que estamos, mas serão bem-vindos. Como disse, vai contar com o meu apoio. Já quero, de antemão, dizer isso, mas as pessoas que estão hoje no palácio, cercando este Governo, que estão tomando as diretrizes de muitas políticas públicas e de muitos acordos políticos que estão fazendo no Estado, são os mesmos do passado. Então, é aquele faz de conta, fala e a população finge que acredita. O resultado é o alto índice de rejeição que esse Governo carrega, com mais de oitenta por cento. Não sou nenhum cientista político, senhora deputada Lenir Rodrigues e não quero ser, estou aqui como deputado estadual. Em política tudo pode acontecer, até boi voa, mas a única coisa que ainda não vi foi morto ressuscitar, nunca vi.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra o senhor deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o senhor presidente Soldado Sampaio, em nome do qual cumprimento os demais deputados, todos os representantes desta Casa, vocês que nos assistem pela TV Assembleia, pelo Facebook, pela Rádio Parente.

Senhor Presidente Soldado Sampaio, a Rádio Parente está transmitindo aqui a Sessão da Assembleia? Então, quero, primeiro parabenizar todos os servidores que compõem a saúde do Estado de Roraima, não somente pelo dia de hoje, mas por todo o trabalho que desenvolvem, todos os dias, do makeiro ao fisioterapeuta, médico, enfermeiro, assistente social e por aí afora, pois, realmente, trabalhar com escassez de recursos... Muitas vezes eu já trouxe aqui nesta Tribuna exemplares de IPI's de má qualidade, e mesmo assim esses profissionais estão lá, diuturnamente, para que nós tenhamos a possibilidade de sair com saúde das unidades hospitalares do Estado de Roraima. Nós temos, neste momento de pandemia, que exaltar muito mais ainda os profissionais e dizer que eles merecem todo o nosso respeito e todo o nosso apoio. Sabemos que esses servidores reclamam, e com razão, da falta de condições de trabalho, mas acredito que essas lacunas serão preenchidas ao longo desse trabalho. Já é tarde, mas antes tarde do que nunca. Então, quero parabenizar, enaltecer todos os servidores da saúde pública do Estado de Roraima, certo! E agora, aproveitar o espaço para fazer comentários, em cima do discurso do senhor deputado Jefferson Alves, depois da senhora deputada Lenir Rodrigues, da senhora deputada Aurelina Medeiros. Era isso que eu esperava quando fui buscar os votos, senhor deputado Coronel Chagas, que aqui nós tivéssemos a oportunidade de discutir as coisas de forma técnica, que pudéssemos levar sugestões ao senhor governador Antônio Denarium. Já foi dito que Roraima entrou para a História de forma negativa, senhor deputado Gabriel Picanço, como o primeiro estado a sofrer uma intervenção federal completa, e fico envergonhado, como um caboclo macuxi, e a ex-governadora ser uma roraimense que, infelizmente, saiu pelas portas do fundo. Isso me entristece muito, como um nativo desta terra, mas em muitas oportunidades aqui, também, senhora deputada Tayla Peres, usei esta Tribuna para criticar o senhor governador Antônio Denarium, de forma positiva, assim como fez o senhor deputado Jefferson Alves. Realmente, as pedradas estão indo ao senhor governador Antônio Denarium, porém, agora, temos que fazer o seguinte, temos que dizer o que o senhor governador Antônio Denarium tem feito de positivo, senhor deputado Jânio Xingú. Falou-se aqui em tuxauas, senhor deputado Jefferson Alves, e Vossa Excelência deve, com certeza, conhecer o Uiramutã. O senhor governador revitalizou noventa quilômetros, da placa até a sede. Estava com vinte anos que não passava uma máquina lá. Estão construindo uma belíssima ponte. Então, vejo que temos que mudar a metodologia, porque, quando a gente vai nessas comunidades indígenas, nas cooperativas... Ai, senhora deputada Aurelina Medeiros, sendo a mais experiente desta Casa, que anda mais do que qualquer um de nós, sabemos da realidade, senhor deputado Jefferson Alves, e está na hora de mudar um pouco, o Governo chegar e dar os tratores, entregar os tratores para a administração, para a gestão das comunidades indígenas ou das associações de agricultores, porque nós vamos nesses locais e há comunidades indígenas que têm três tratores parados e não tem manutenção. Andam até o trator quebrar o motor ou ficar sem o pneu. Então nós vemos uma metodologia diferente que a própria Secretaria do Índio está operando, vai até lá e faz o serviço e leva o trator para outro trabalho em outra comunidade. Está na hora, deputado Jefferson Alves, de o governador tomar as medidas chamadas sociais, mas como bem disse o deputado Jânio Xingú, logo chegará a esta Casa um pacote social para que possamos analisar e votar. Sabemos das dificuldades que o Estado de Roraima enfrenta, como a situação dos servidores desde 2016 sem a revisão

geral anual, só que nós estamos fazendo aqui uma análise de pouco mais de dois anos do governo do Antônio Denarium, onde ele pegou um Estado que entrou para a história de forma negativa, na questão da intervenção federal. Agora, foi feito um ajuste nas contas públicas para que o Governo do Estado possa melhorar a condição de vida do povo e, para completar, ainda veio a pandemia. Então nós enxergamos paralelamente o trabalho, reconhecemos o trabalho do governador Antonio Denarium, onde ele tem trabalhado 10 horas, 14 horas por dia e tem sido pouco, para melhorar e tirar Roraima do atoleiro. Aqui nós não ressaltamos que o governador está transferindo para os municípios, religiosamente, os valores do ICMS, para que os prefeitos, independentemente de partido político e de bandeira, recebam esse dinheiro e possam empregar nas atividades no município. Então nós precisamos, também, levar essas sugestões e críticas, deputado Jeferson Alves. Concordo com Vossa Excelência, mas, paralelamente, temos que ressaltar o trabalho que o Governador está fazendo. Não está bom, mas a coisa tende, com o trabalho, tanto do Poder Executivo quanto desta Casa, para nós podermos alavancar Roraima e fazer essas discussões técnicas, falar em valores e falar em PPA, LDO, LOA, acompanhar e fiscalizar e, realmente, levar as críticas e sugestões ao governador Antonio Denarium, mas, por outro lado, nós não podemos esquecer de dizer o que o Governador está fazendo de positivo, pois também é importante.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jeferson Alves**. – Vossa Excelência, mais uma vez, usa esta Tribuna e sempre presto muita atenção no que o senhor fala, pois é um homem que tem esse sentimento popular pelas pessoas menos favorecidas deste Estado e, por várias e várias vezes, vi Vossa Excelência usar esta Tribuna, até parecia nesta Casa uma andorinha só, que ficava martelando, martelando e, muitas vezes, não quero nem citar os colegas aqui, que ficavam chamando a atenção de Vossa Excelência: “de novo, Nilton, de novo”. E o deputado Nilton dizia: “é o meu dever como parlamentar, tenho que estar aqui cobrando”. Achava isso muito bonito em Vossa Excelência, sua persistência, porque é seu trabalho. Vossa Excelência falou durante esses dois anos uma coisa que tenho que dar razão ao senhor. Quero, de público, dizer que tenho que dar razão a Vossa Excelência, pois dinheiro nas contas do Governo tem, o que falta é o quê? Gestão. Isso nós ouvimos na eleição da qual já se passaram dois anos e meio, praticamente, e eu quero saber qual é a desculpa agora, pois as contas estão redondas, dinheiro tem em caixa e por que não se efetiva tudo isso que Vossa Excelência, durante esses dois anos, cobra todos os dias, como várias vezes eu cobre. Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência e dizer que estou convencido de que o senhor tem razão quando dizia e diz: que dinheiro tem, mas o que falta é gestão. Porque, se você tem dinheiro em caixa e não executa, isso é, no mínimo, falta de compromisso com a população.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** continua. – Muito bem, deputado Jeferson Alves. Nós temos que, realmente, dar a mão à palmatória e fazer esse papel aqui e não é dizer à população que está tudo bem, que está ótimo e excelente, nós temos que fazer as críticas sim, críticas construtivas e levar as reivindicações ao governador Denarium. Eu defendi e continuo defendendo os menos favorecidos, mas eu também entendo e repito que temos que dizer os pontos positivos que estão acontecendo em Roraima, e cabe a nós fazer essas cobranças ao governador e alertá-lo, e falar em nome desses menos favorecidos. Deputado Jeferson Alves, nós temos que falar em nome deles sim, porque são eles que estão sofrendo o arrocho e que estão sofrendo todos as intempéries desse momento difícil que o mundo vive por causa desse vírus. E tendo dinheiro agora, conta no azul, depois de muito arrocho, é hora da bonança. Acredito que, com esse pacote que o governador irá encaminhar para análise de cada um de nós e à nossa deliberação, assim iremos cumprir nosso papel de começar a melhorar a vida do povo, porque há uma enxurrada de coisas nas quais o Estado precisa melhorar. Vivo dizendo aqui sobre o IPER, assim como outros deputados, que o servidor não pode ser duplamente penalizado, porque todo mês é recolhido e descontado compulsoriamente do contracheque do servidor, e os gestores que dilapidaram o IPER, deputado Jeferson, que não sofreram nenhuma sanção até hoje, estão muito bem e os servidores irão ter que pagar de novo? Nós somos muito isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**. – Quería parabenizar Vossa Excelência pelo discurso e parabenizar também o deputado Jeferson Alves pelo discurso dele. Claro que esse é nosso papel de estar cobrando, mas como disse muito bem Vossa Excelência, temos que dizer os pontos positivos do Governo. Eu conheço os governos deste Estado desde 1984. Não sou líder do Governo e não tenho procuração para falar do governador Denarium, mas nós temos que dizer o ponto positivo do Governo. Só nas comunidades indígenas, meu amigo deputado Coronel Chagas, líder do Governo, da região de Sorocaima, nós fizemos mais de duzentos quilômetros de estradas vicinais nas patrulhas mecanizadas. Iguarimã, Bananal, Sorocaima, Guariba, Santa Rosa e Cauê, são seis comunidades indígenas que foram agraciadas com indicação nossa em 2019, com estradas

e vicinais, fora os tratores que foram distribuídos. Tem mais de 55 tratores de emenda do Senador Mecias de Jesus e Deputado Jhonatan de Jesus para serem entregues, a maioria em comunidades indígenas e na agricultura familiar. Nós temos que falar também da positividade orçamentária do Governo, da saúde financeira do Governo. O Governador Denarium tem feito sim um excelente governo na administração pública. Não tem um funcionário do Estado que reclame do Governo. Algumas pessoas dizem que é obrigação. Sim, e por que os outros não faziam? Nunca vimos e acho que todos nós aqui somos testemunhas que os governos tinham um calendário de pagamento entre os dias 5 ou dia 10 nos governos anteriores, e no Governo Denarium, não, o duodécimo dos poderes, das prefeituras, que é a contrapartida dos 25% do ICMS, são enviados rigorosamente em dia. Nós temos um problema energético? Temos, mas tem mais de cinco empresas sendo construídas no Estado, para que sejam produzidas a energia solar e energia com beneficiamento de óleos vegetais. Agora, o melhor presente para a população de Roraima, se o Governo Federal tivesse força e desse ao Governo Estadual, seria trazer a energia de Tucuruí para o Estado, que é fornecida com água, é fornecida através de turbina hidrelétrica de Tucuruí, mas, infelizmente, alguns brasileiros não deixam, como a Justiça está envolvida, quem está dizendo isso sou eu, como as ONGs estão envolvidas com o meio ambiente. São essas pessoas que temos que expurgar da nossa sociedade, são os maus brasileiros, que não deixam com que a Amazônia se desenvolva, e não culpar uma pessoa que está fazendo o bem para Roraima. Eu não conheço neste Estado de Roraima, e eu ando muito no interior e eu andei, de novembro para cá, 22 mil quilômetros, e não tem uma ponte ou estrada interditada neste Estado, não tem uma escola que esteja faltando ser recuperada ou que não esteja sendo. Só que temos que entender o seguinte: nosso papel é de saber onde está doendo o “calo do nosso pé” e o sapato que temos que usar. Eu acho que não tem um governo, durante esse tempo que estou aqui no Estado de Roraima, que tenha um governo de gestão. Nós estamos com problema na Saúde? Estamos, e é um problema nosso? Não, o problema é mundial e que, infelizmente, vem de uma pandemia que acabou assolando a saúde e perdemos muitos amigos e familiares, mas nós temos que pedir a Deus que nos ajude a resolver. Eu não vi nenhuma vez um pai ou mãe de família ser desassistido. Claro que sabemos que não é às mil maravilhas, mas não faltou atenção nossa e do Governo do Estado. As pessoas dizem que falta medicamentos, mas tem os similares que ajudam. Então, eu estou dizendo isso, porque, é claro que temos pontos negativos no Governo, mas temos muito mais pontos positivos para que não possamos fazer uma acusação de desgoverno. O governador Denarium tem tratado o Estado com respeito e eu nunca ouvi dizer que ele participa de esquemas e que tenha empresa, ou que alguém faça algum tipo de trabalho, digamos, escuso, para o Governo. Então, temos que defender, como diz o doutor Iradilson Sampaio, o mesmo pau que dá em Chico dá em Francisco, e então nós temos que defender o legado, o bom. Temos que defender assim como eu estou fazendo, e eu não conheço nenhum desmando que venha desmerecer a governabilidade do Governo do Estado. A única coisa, ao meu ver, que falta ao governo é propagar, fazer propaganda e dizer: “nós estamos fazendo estradas, escolas e estamos construindo, através dele, as termoeletricas, que vão fornecer energia solar e energia vegetal”. Como o deputado Jeferson falou, no Baixo Rio Branco são duzentos e cinquenta motores de rabeta que vão ser dados, com canoas e com estrutura, para que os pescadores possam pescar. Então eu acho que estamos no caminho certo. Falta a máquina engrenar e, se Deus quiser, essa pandemia irá passar para que o Estado de Roraima possa crescer. Obrigado e bom dia!

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** continua. – Obrigado, deputado Gabriel Picanço. Eu também procuro fazer essa análise e esse paralelo, porque toda vez que subo nesta Tribuna eu digo que sou servidor público do Estado de Roraima. Claro que temos problemas na segurança pública e na saúde, mas Roraima só tem 32 anos, o governador Denarium pegou o Estado na intervenção. Quando nós nos candidatamos, assumimos a responsabilidade de buscar resolver todo e qualquer problema. Os servidores públicos têm muitas coisas a reivindicar? Têm. Repito que desde 2006 não tem revisão, condições de trabalho também. A Saúde Pública é a espinha na garganta do Governador Denarium. Agora, deputado Gabriel Picanço, nós vemos muitos segmentos omissos. Onde é que está o CRM em toda essa pandemia? Eu só me lembro o CRM ter aparecido no início da CPI da Saúde para tentar se justificar, porque dizem que estamos criminalizando os médicos, porque os médicos isso e aquilo. Não estamos tentando criminalizar, não. Certo? Mas nós temos que buscar resolver esse problema, levar essas demandas ao governador Denarium, uma, duas, dez vezes e quantas vezes forem necessárias e, por outro lado, exaltar os pontos positivos. No Uiramutã, deputado Eder Lourinho, fui passar o carnaval em 2019 lá, e tinha a questão do problema da água, deputado Gabriel Picanço. Não tinha água na sede, e, ano passado, foram construídos dois poços artesianos lá para sanar esse problema. Eu já falei aqui dos noventa

quilômetros da RR-171, que liga das placas até a sede do Uiramutã. Então estamos buscando resolver esses problemas que estão acumulados há uma década, e nós não falamos dos causadores desses problemas que iniciaram, nas duas últimas gestões. Não estou dizendo aqui que foi apenas nas duas últimas gestões. Mas Roraima tem apenas 32 anos e cadê a energia? A culpa é da Lenir Rodrigues? Não é. A culpa é do Jeferson Alves, da Aurelina Medeiros ou minha? Claro que não. São muitos interesses, porque se nós tivéssemos uma energia confiável, essas empresas que estão na zona franca, possivelmente elas estariam aqui. Se nós tivéssemos os 650 km de asfalto que ligam a Georgetown, nós teríamos muito mais produção e a facilidade de escoar essa produção.

Para finalizar, eu quero dizer o seguinte: nós não podemos nos esquivar e colocar o lixo debaixo do tapete, mas todos nós temos a responsabilidade de resolver esses problemas. Hoje, o principal é a Saúde. Ressalto, cadê o CRM? Eu, particularmente, desconheço as atividades do CRM para ajudar a resolver o problema na Saúde. Se eu tiver sendo injusto, eu quero que a Diretoria do CMR me envie e formalize quais são atos que estão sendo praticados para ajudar nessa questão da pandemia. Então, quero me despedir, hoje, agradecendo a todos vocês e dizer que estamos aqui à disposição para críticas e sugestões e falarmos a verdade, porque nós não podemos colocar o lixo debaixo do tapete e nem crucificar apenas uma pessoa que está trabalhando para ver se Roraima se desenvolve e tira o pé da lama. Muito obrigado e um bom dia a todos!

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Bom dia a todos os nobres colegas, aos funcionários da Assembleia Legislativa, a todos os ouvintes e também a todos os telespectadores que estão nos assistindo pela TV Assembleia e pelo *facebook*. Eu sou um cara que não tenho nenhum tipo de problema com os meus colegas, mas eu acredito que o tempo, senhor presidente, para cada um falar com relação à Tribuna, ele tem que ser respeitado até por questão de justiça. Nós temos colegas que têm doze minutos para falar e eles falam trinta minutos e o próximo, assim, sucessivamente, deixando os demais com um tempo menor e fazendo a Sessão ficar muito maciça. Então, aproveito a oportunidade e peço aos nobres colegas que forem usar a Tribuna que respeitem o tempo que foi estipulado, para que não tenhamos uma Sessão longa e que nós possamos ser mais diretos com relação aos problemas que vamos tratar, principalmente em relação à Tribuna da Casa do Legislativo. Eu abro minhas palavras, dizendo que, no final de semana passado, nós estivemos visitando os hospitais de Mucajaí e o de Iracema, e estamos visitando os outros hospitais, já que não foi possível visitar todos os hospitais do Estado, por conta de uma viagem que tínhamos que fazer. Deixo bem claro que não estamos aqui para falar mal da Secretaria e nem do Governo, pelo contrário, estamos aqui para somar com o Governador Antonio Denarium e somar com a Secretaria de Saúde, e como nós podemos fazer isso? Fiscalizando e mostrando à Secretaria e ao Governador onde há problemas dentro da nossa saúde e não ficar só falando. Temos que levar soluções. O primeiro local que visitamos foi o Município de Iracema. Lá tivemos uma visita naquele hospital, onde ele precisa, imediatamente, de uma reforma completa, porque é um hospital que vai atender muito ao Município de Iracema e automaticamente, irá desafogar o Município de Boa Vista em relação ao Hospital Geral. Lá também tem a questão da iluminação, onde a equipe da Secretaria já visitou, questão de falta de estrutura e conforto médico; também temos o problema da climatização. Fizemos todo o relatório e vamos encaminhar para a Secretaria de Saúde, assim como foi feito no Município de Alto Alegre, para que o secretário também possa fazer as adaptações e, no caso do Município de Iracema, uma reforma urgente naquele hospital, que tenho certeza que vai mudar bastante a saúde daquele município. Então, fica aqui o meu pedido para que a Secretaria de Saúde possa mandar os técnicos para aquele hospital e que, em um curto espaço de tempo, ele possa ser reformado e recuperado, e a população daquele município e das vicinais, Roxinho, até mesmo Mucajaí, possam ser atendidas por um novo hospital. Eu acho que se nós investirmos bastante nos hospitais do Estado e na capital, nós vamos, com certeza, melhorar a saúde do Estado, principalmente dentro da capital. Fui ao Município de Mucajaí também, mas os problemas eram menores, mas o calcanhar de Aquiles hoje é a questão dos médicos. Nós sabemos que estamos em uma transição, pois existia uma cooperativa, mas agora ela é gerenciada pelo Governo e isso cria um desgaste, mas, infelizmente, em uma pandemia, como nos encontramos, hoje, quem está pagando é a população, e a população já não aguenta mais ficar em filas esperando o atendimento que demora, principalmente com um vírus tão mortal como é o novo Coronavírus. Só havia dois médicos e, por sinal, muito bons. O que a gente pede é que olhem com mais carinho para aqueles municípios. Falei com a coordenadora Jucineide e ela me informou que o secretário iria resolver o problema. A gente não está lá para fazer sensacionalismo, não estamos lá para falar mal do Governo de Roraima, para criticar a gestão do Governo de Roraima. A gente sabe das dificuldades que o governador

tem com relação à saúde, com a imigração. Temos um vírus que está devastando o nosso Estado. Infelizmente, a saúde, hoje, vem passando por dificuldades e essas dificuldades, se o Legislativo e o Executivo estiverem juntos trabalhando, tenho certeza absoluta que vamos vencer, inclusive esse vírus. Outra forma de vencer isso e não consigo entender, tento, penso e repenso, não é nada político, é a situação do Governo Federal... Aproveito a oportunidade e peço que a nossa bancada federal se una para que possa imunizar o nosso Estado. Chega a ser surreal o fato de você ter condições de comprar a vacina, você ter dinheiro para comprar a vacina e não poder comprar porque o Governo Federal te proíbe! Isso é um absurdo! Estão morrendo milhares e milhares de brasileiros por causa de uma dose da vacina. A Sputnik, que é uma vacina Russa, a que colocamos o secretário para falar com um dos representantes, ela custa, salvo engano, sete dólares. Você converte e com todo lucro que ele poder ter, ela fica com um valor de 100 reais. Quem tiver condições...

Aparte concedido à senhora Deputada **Yonny Pedroso**. – Gostaria de pedir esclarecimento do Requerimento que dei entrada nesta Casa, senhor presidente, solicitando ao Governo do Estado... Logo que começou a questão de compra da vacina, entrei com requerimento, solicitando prioridade da classe militar: policiais civis, corpo de bombeiros, militares e toda guarda, por conta dessa disseminação do vírus. São as pessoas que estão no embate nas ruas defendendo a população contra o crime e demais. Enfim, ontem o Governo noticiou que os policiais militares iniciariam a vacinação, e por conta da má organização e por falta de informação, foi suspensa a vacinação, por conta de que não classificaram, na verdade, quais seriam as prioridades. Então, dei entrada com requerimento nesta Casa e gostaria que fosse aprovado, hoje, nesta Sessão, solicitando que o Governo realize a publicidade na lista de prioridade na vacinação, por conta de tanta má informação. O próprio corpo de policiais não entende e acho que a classificação deveria ser por idade, como está sendo utilizado em todo Brasil. Não só os oficiais, quem está na rua e não só a parte administrativa, mas que fique de uma forma clara e transparente, que haja essa transparência na lista de prioridade e que seja também observada a questão da idade, independente onde o policial esteja fazendo seu serviço, enfim, onde estiver lotado. Obrigada, deputado!

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. Obrigada, deputada, pelo seu aparte. Eu também assinei o seu requerimento. Acho que a segurança pública, o nosso presidente, que é soldado da Polícia Militar, sabe da importância que a segurança pública tem hoje com relação a essa pandemia. Parabéns aos médicos, parabéns aos profissionais da saúde, mas também parabéns a todos que fazem a nossa segurança: Policiais Militares, Guarda Municipal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária e Polícia Civil, que estão na linha de frente. Eles teriam que ser prioridade também. O Deputado Chico Mozart falou do pessoal do Detran, agentes de trânsito, policiais penais, essa classe tem que ser vacinada, porque está na linha de frente. Estão ficando doentes, eles também têm tanta importância como a classe da saúde, e a gente vê alguns policiais que perderam sua vida por conta da falta da vacina. Chamamos o secretário Marcelo, que foi muito gentil, esteve na Assembleia, na Comissão de Saúde, e lá nos informou que havia 26 mil doses paradas e que não poderiam ser usadas, porque tinham que ser destinadas às comunidades indígenas, para as quais não tinham o transporte necessário. Então a gente pediu que essas vacinas fossem usadas na população e, quando tiver o transporte adequado, que o Ministério providenciasse as 26 mil doses...

Aparte concedida à senhora Deputada **Aurelina Medeiros**. – Deputado Renan, é impressionante o que tem acontecido nesse país com relação à vacinação. Nós sabemos que a lista de prioridades não é definida pelo Estado, é definida pelo Governo Federal, tanto que para a educação e a segurança entrarem agora em prioridade houve ação judicial no STF para que se abrisse prioridade a essas pessoas. Então, quando chega aqui, quando o secretário esteve aqui, falamos muito sobre isso. Teve algumas vezes que foram liberadas vacinas, quando Manaus estava em uma crise muito violenta e nós ficamos sem vacina e cobramos isso. Não é o estado que define a prioridade. A gente vê toda hora gente sendo presa porque descumpriu, porque estava fora da lista, não era prioridade. Toda hora isso é cobrado pelo Governo Federal. Naquela reunião, foi bom você ter lembrado, deputado, que esta Casa encaminhou documentação ao ministro da Saúde, Governo também, pedindo que as 28 mil doses de vacinas que foram destinadas pelo Ministério da Saúde do Governo Federal às comunidades indígenas, que já receberam 100% da sua quantidade de vacinas, e sabemos que têm comunidades bastantes isoladas e que nem de avião temos acesso a elas, e pedimos que essas vacinas pudessem ser liberadas para o Estado utilizar. O Estado também fez documento, a Secretaria de Saúde também, nós cobramos dos nossos parlamentares federais que fossem ao Ministério da Saúde e a resposta que tivemos não foi oficial e tem muita gente envolvida com esta questão. Não dá para mexer com essas vacinas e corremos o risco

até de perder. Eu queria frisar que já foi objeto de cobrança nossa e que ficamos aqui nessa angústia, que a prioridade é definida em Brasília, que não querem nem saber quantas pessoas têm aqui e precisam ser vacinadas. Obrigada!

Aparte concedido ao senhor Deputado **Jorge Everton**. – Deputado Renan, eu acompanho sua dedicação, seu empenho, seu trabalho em prol da segurança pública do Estado, como eu acompanho o trabalho da deputada Yonny, deputado Sampaio, deputado Nilton, deputado Coronel Chagas, de todos os 24 deputados que estão empenhados em uma segurança pública de qualidade. Só corroborando com que todos disseram, essa preocupação, desde o início, é desta Casa. Esta Casa, como um todo, teve reivindicação minha, do Sampaio, Yonny, sua, você fez gestão nesse sentido, porque, realmente, as pessoas não entendem o projeto de imunização nacional. Depois que a vacina é destinada para o estado, é criada uma lista de prioridade para evitar distorções, para evitar, por exemplo, que um prefeito fure a fila para poder ser vacinado, esse tipo de distorção que não é aceitável. É mais uma recomendação, porque o próprio STF já decidiu que é o estado que define essas prioridades com base, lógico, sem fugir muito da prioridade nacional. Ele não pode atropelar. Foi motivo de indagação minha os presos terem prioridades, os agentes de segurança, e, finalmente, chegou a vacina para vacinar os policiais, que não podem se eximir por estarem na rua trabalhando, pois têm que garantir a segurança pública da nossa população. Aí se pensou: qual o critério? Inclusive eu dei sugestão nesse sentido, se formos usar o critério da idade, vamos cometer injustiça. Por exemplo, eu sou delegado de polícia, vou fazer 47 anos este ano, talvez eu fosse vacinado sem estar na ponta, na rua, no contato direto com a população. Eu e os deputados Nilton, Sampaio, Coronel Chagas, nós somos policiais, fazemos parte do sistema de segurança pública. Então, se cria a regra só da idade, a gente não vai efetivamente beneficiar quem tem que ser beneficiado, que são os policiais do grupamento especial, que estão nas ruas, os policiais plantonistas, que estão diariamente, trabalhando, os policiais que atuam na delegacia em defesa da mulher. Então precisamos da prioridade de quem está na rua, esse é o ponto. E aí, a partir desse primeiro ponto definindo, esse grupo aí, a gente respeita a idade. Os policiais da força tática, que estão na rua trabalhando, prendendo, algemando, esses policiais são prioridades. 20% do efetivo vai ser vacinado, inicialmente, os que não estão na rua vão por idade. Então, acho que esse critério é o mais sensato e tem que ser transparente. Concordo com a deputada Yonny, para evitar que o policial que, às vezes, está à disposição do Tribunal de Justiça, à disposição do Ministério Público, está à disposição da Assembleia, à disposição de algum lugar que, efetivamente, não está na rua algemando, prendendo, conduzindo, investigando e que passe na frente dessas pessoas. Lógico, todos têm que ser vacinados, mas não tem vacina para todo mundo. Então esse critério acho sensato, e aprovei essa decisão e esse empenho, que é dos 24 deputados, não é mérito do deputado Jorge Everton ou dos deputados Sampaio, Chagas, Nilton, Renan, Yonny, não! Esse mérito é da Assembleia, que fez, desde o início, o seu papel de gestão, ou seja, diretamente através do documento ou através de um diálogo com o Executivo. Então todos os 24 deputados estão de parabéns e o Governo do Estado por ter tomado essa decisão. Deputado Renan, parabéns e obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. Obrigado, deputado Jorge Everton. Eu até fiz uma indicação, e quando a gente faz uma indicação a gente pede em nome dos deputados desta Casa, para que os agentes penitenciários e os agentes de trânsito entrem nessa prioridade para serem vacinados. E, como Vossa Excelência falou, deputado, quem tem que ser vacinado com relação à segurança pública é quem está na ponta da lança, aquele policial que está fazendo ocorrência, policial que está levando algum preso para dentro de um hospital e, às vezes, fica lá quem atende ocorrência na rua. Isso não era nem para ser discutido, isso é questão de gestão, questão de ter consciência, de sensibilidade com aquele policial que está na rua, na ponta da lança. Temos um presidente da Assembleia que é policial, sabe da importância do policial militar que está na ponta. O soldado, subtenente, cabo, sargento, que está atendendo as ocorrências e, às vezes, infelizmente, está sendo contaminado por um vírus que, de certa forma, vem ceifando vidas e vidas, e pode também estar levando para dentro de casa uma doença, um problema pior. Infelizmente, não existia essa responsabilidade de colocar nossos profissionais da segurança pública para que eles fossem prioridade.

Aparte concedido ao senhor Deputado **Coronel Chagas**. – Deputado Renan, quero parabenizá-lo pela sua manifestação e preocupação, que é a preocupação de toda esta Casa e de toda sociedade. Nós tomamos a iniciativa, juntamente com deputado Sampaio, deputado Jorge Everton e Nilton Sindpol, de apresentar o requerimento, aprovado por esta Casa, para incluir todos os profissionais de segurança pública na ordem de prioridade no Plano Nacional de Imunização. Essa iniciativa foi feita em outros estados, porque esses profissionais da segurança pública não pararam um dia sequer, de trabalhar durante a pandemia. Nós temos policiais 24 horas

por dia, fazendo operações, prendendo pessoas, tendo contato com pessoas contaminadas. Estão se contaminando e estão morrendo em todos os estados da federação. São altos os números de contaminação dos profissionais de segurança pública e de mortes também. Aqui no estado já morreram mais de 30 profissionais de segurança pública. Quando a gente fala de profissionais de segurança pública, estão incluídos os policiais militares, policiais civis, bombeiros, policiais penais, agentes de trânsito, guardas municipais, socio-educadores, todos constam no requerimento. E a partir do momento que foi aprovado por esta Casa, o requerimento passou a ser de todos os deputados estaduais. E o governador Antonio Denarium foi sensível a isso, pois, imediatamente, oficiou ao Ministério da Saúde, solicitando que os profissionais assim o fizessem. Em outros estados ocorreu a mesma ação, e, graças a Deus, está sendo feita a vacinação. Em alguns estados começaram e aqui começaria hoje, entretanto, houve a necessidade, dentro dessa categoria, de haver a ordem de prioridade, aqueles que estão na linha de frente e, dentro desses que estão na linha de frente, como falou o deputado Jorge Everton, aqueles de maior idade, de forma que, chegando as vacinas que foram destinadas a essa categoria, a gente possa avançar. Sua fala é muito importante, vem reforçar esse posicionamento desta Casa e endossar a preocupação do Governo do Estado em fazer isso. Iniciaria hoje, porém, houve uma necessidade de ordenar essa lista de prioridade das categorias e acredito que amanhã, já estejamos dando início. Parabéns pela sua manifestação, é isso que esta Casa tem que fazer, trabalhar nesse sentido. Quero também parabenizá-lo, Deputado Renan, por, na reunião com o secretário de Saúde, ter puxado esse assunto dessas 26 mil vacinas que estão estocadas, e que são destinadas às comunidades indígenas, em razão da logística estar demorando. Há comunidades que só temos acesso apenas via rio, embarcação, e essa vacina tem um prazo de validade. Sua fala nesse sentido foi muito importante. O Governo está tentando, junto ao Ministério da Saúde, usar parte dessa medicação para depois ir repondo, à medida que for usando nas comunidades indígenas. Pelo menos 22 mil vacinas poderiam ser usadas e depois repostas.

Outro ponto que quero trazer aqui, dentro desse aparte, aproveitando esse assunto da vacinação, é que a gente ouve muito se falar que o Estado está demorando, e que a vacinação está lenta. Na verdade, a responsabilidade da vacinação é dos municípios. O Estado recebe as vacinas e, imediatamente, faz a distribuição. Nesse ponto, a nossa capital, o Município é o penúltimo colocado em vacinação nas capitais brasileiras, é o 26º colocado. Só estamos ganhando de Macapá. Então, há uma lentidão no Município de Boa Vista. O Estado está recebendo as vacinas que chegam do Ministério da Saúde e está, imediatamente, transferindo aos municípios, e a nossa capital está lenta. Eu vejo aí alguns setores de comunicação, alguns blogueiros ligados a grupos políticos atacando o Governo do Estado, mas, na verdade, a responsabilidade é do Município, e o Município está lento, tanto é que é o 26º dentre as capitais. Então, fica essa observação para que nós possamos verificar, efetivamente, e dar a César o que é de César, apontando o dedo para a Secretaria Estadual de Saúde na questão da vacinação, quando quem faz isso é a Secretaria Municipal de Saúde, e na nossa capital, a vacinação está sendo muito lenta, e aí temos que dar a César o que é de César. Era isso, senhor deputado.

O Senhor Deputado **Renan Filho** continua. – Para finalizar, por questão de justiça, a gente sabe que a Polícia prende, mas quem passa 14 dias lá com os presos, no caso, os reeducandos, durante a quarentena, são os policiais penais. Então, é uma classe que tem que estar dentro da prioridade, isso é importantíssimo. Deixo aqui o meu apelo a toda nossa bancada federal... Os próprios deputados aqui já perderam um ente querido, e nós precisamos que a nossa bancada federal possa ter uma didática mais forte com relação ao Ministério da Saúde, que, pelo amor de Deus, ele deixe o nosso Estado importar vacina, que a gente possa comprar vacina e vacinar a nossa população. Eu acho que a gente vai começar a vencer esse vírus quando a população do Estado de Roraima estiver totalmente vacinada e a gente só pode fazer isso através da força política. Então, eu me somo às autoridades federais e peço apoio de todos os 24 deputados para que a gente, numa só voz, junto à população, junto com a bancada federal, junto com o nosso governador, com os prefeitos, a gente possa sensibilizar o Ministério da Saúde, e o Ministério possa começar a liberar para que os estados comprem a vacina e vacinem a sua população. Você pode comprar vacina para gripe, você pode comprar qualquer tipo de vacina, só não pode comprar a vacina da Covid. Isso é um absurdo! Essa é uma questão que tem que ser discutida lá em Brasília e é para isso que nós temos os nossos representantes. Então, a gente deixa aqui o nosso pedido para que a nossa bancada, junto com a Assembleia Legislativa, possa somar forças e que essas vacinas possam vir para beneficiar o Estado de Roraima. Presidente, muito obrigado pela sensibilidade que o senhor teve com minha pessoa. Obrigado, Jardel, obrigado a todos os meus colegas de parlamento, todos os telespectadores que estão nos assistindo. Eu me somo aos 23 deputados,

para que a gente possa, em curto espaço de tempo, vacinar toda população do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, Deputado Renan.

Não havendo mais oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia. (Discussão e votação em turno único: **1 - Projeto de Lei n. 078/2020**, que “dispõe sobre a definição de data e horário de aplicação de provas de concursos públicos estaduais e dá outras providências”, de autoria da deputada Betânia Almeida; **2 - Projeto de Lei n. 094/2020**, que “institui diretrizes para o incentivo ao setor cultural do Estado de Roraima, durante a pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 e dá outras providências”, de autoria do deputado Renan Filho; **3 - Projeto de Lei n. 135/2020**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação das rotas do transporte escolar pelo Poder Executivo Estadual”, de autoria da deputada Catarina Guerra; **4 - Projeto de Lei n. 158/2020**, que “institui no Estado de Roraima o Dia do Auditor de Controle Externo, a ser celebrado anualmente no dia 27 de abril, e dá outras providências”, de autoria do deputado Jorge Everton; **5 - Requerimento n. 039/21**, de autoria da deputada Tayla Peres, que requer da Secretaria de Segurança de Estado da Saúde –SESAU que sejam disponibilizados, com urgência, leitos de UTI para o Hospital Regional Sul Governador Ottomar de Souza Pinto, localizado no Município de Rorainópolis; **6 - Requerimento n. 037/21**, de autoria da Deputada Angela Á. Portella, que solicita que seja requerido ao governador do Estado de Roraima a vacinação de professores e profissionais da educação, de forma imediata, para viabilizar o retorno das aulas presenciais. Em bloco: **7 - Moção de Pesar n. 017/21**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, aos familiares do senhor Adevan de Azevedo Bríglia; **8 - Moção de Pesar n. 018/21**, de autoria do deputado Marcelo Cabral, aos familiares do Senhor Antônio Edson Lopes Araújo; **9 - Moção de Pesar n. 019/21**, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, aos familiares da Senhora Rosinete Ribeiro de Alcântara; **10 - Moção de Aplausos n. 22/21**, de autoria do deputado Soldado Sampaio, aos jornalistas do Estado de Roraima, pelo Dia do Jornalista, comemorado em 07 de abril, pelo nobre ofício de apurar fatos e levar as informações, com credibilidade, aos cidadãos de Roraima; **11 - Requerimento n. 040/21**, de autoria da deputada Yonny Pedrosa, que requer que o Governo do Estado de Roraima, através da Delegacia-Geral da Polícia Civil, do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros e do Comando-Geral da Polícia Militar realize a publicidade da lista de prioridade de vacinação contra a Covid-19 dos policiais civis, bombeiros e policiais militares).

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 078/2020, de autoria da deputada Betânia Almeida.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 078/2020).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto de lei.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Esse projeto de lei, senhor presidente, visa justamente beneficiar a população concurseira do nosso Estado, haja vista que não disponibilizamos de tantos concursos, de tantas oportunidades, agora, nesse período de pandemia, principalmente. O que vem fazer esse projeto? Justamente que os poucos concursos que sejam realizados, que as datas não coincidam umas com a outra, possibilitando com que os candidatos possam participar de todos os certames, desde que tenham todas as condições legais exigidas em edital, pois sabemos que o edital, depois de publicado, vira lei do concurso. Então, visando essa população, pois sabemos que a nossa sociedade vive em função do contracheque, temos que incentivar cada vez mais a nossa população a estudar, porque é a saída, sabemos disso. É a saída para um mundo melhor, a saída para se qualificar, e justamente habilitar o profissional no mercado de trabalho a ter estabilidade financeira. É disso que a nossa população precisa. Então, mediante a esse momento de pandemia e pós-pandemia também, que os horários de concursos, dentro do Estado de Roraima, não coincidam um com o outro. Era isso, senhor presidente. Peço aos nobres pares que votem favoráveis a esse parecer.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o projeto em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os senhores aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Os deputados que estão presentes podem votar no painel e, em seguida, os votos dos deputados que estão participando de modo virtual.

Solicito abertura do painel eletrônico.

Aproveitando o momento de votação, quero informar que a Escolegis está abrindo o aulaõ pela TV Assembleia e em redes sociais da Assembleia para o concurso...

Informo que os deputados terão o tempo de até um minuto para, querendo, justificarem seus votos.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** pede Justificativa de Voto. – Isso, senhor presidente. Atendendo a pedidos, em razão da Escolegis não estar podendo realizar, ainda, por questão de segurança, as aulas presenciais, foi disponibilizado essa transmissão, atendendo a sua solicitação e com a sua autorização. O aulaõ será realizado no próximo dia 17 de abril e vai disponibilizar aulas voltadas para concurso público. Temos aí vigente o concurso da Polícia Rodoviária, entre outros que se encontram com editais aptos para serem abertos. Então, vai ser transmitido pela TV Assembleia. Vai ter a transmissão de aula de direito penal, português, raciocínio lógico, direito processual, matérias determinantes nas bases, noções de direito constitucional, voltadas a todos esses concursos. Então, é buscando atender a população que estamos utilizando os mecanismos existentes para atender a necessidade dos alunos para o concurso público.

Vale lembrar, também, antecipando minhas explicações pessoais, que, amanhã, quinta e sexta, estão abertas as inscrições para mais de cinco mil vagas de cursos na área administrativa, área da saúde e marketing, cursos solicitados pela população, que irão começar logo mais na segunda-feira, dia 12. Já foi disponibilizado a todos os gabinetes e peço que reforcem seus servidores para que eles possam participar e assim perceber a importância do trabalho realizado pela Escolegis, e ser mecanismo de divulgação, aperfeiçoamento e capacitação. Então, fica aí essa solicitação atendida pelo nosso presidente, esse aulaõ que será realizado no dia 17 de abril.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputada Catarina. Reiterando, cinco mil vagas oferecida pela Escolegis estarão abertas as inscrições. O aulaõ será transmitido pela TV Assembleia, pelas redes sociais e também pela Rádio Assembleia, que entra no ar nos próximos dias. Aulaõ preparatório para concurso público.

Vou fazer a coleta dos votos dos deputados que participam de maneira virtual.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 078/20, com 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 094/2020, de autoria do deputado Renan Filho.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 094/2020).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão o projeto.

O Senhor Deputado **Renan Filho** – Quero pedir o apoio dos meus pares para que a gente possa aprovar esse projeto. Nós sabemos que a classe cultural é uma das classes mais atingida com relação a essa pandemia. Temos vários e vários artistas que vivem da nossa cultura e estão extremamente prejudicados sem poder trabalhar, sem poder levar o que eles têm de melhor, que é a sua voz, o seu trabalho à frente da cultura, e a gente pede apoio dos nobres deputados para que a gente possa, além de aprovar, valorizar mais essa classe, que vem sofrendo muito com essa pandemia, não só essa classe, mas todas as classes culturais. Fui presidente da Comissão de Cultura e sei o quanto é importante a cultura no nosso Estado. Um estado sem cultura é um estado sem história. Eu aproveito a oportunidade para pedir o apoio dos nobres pares para que a gente aprove esse projeto e, além de aprovar, o governador, em um curto espaço de tempo, possa sancionar essa lei, para que a cultura roraimense possa estar mais segura com relação à pandemia. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o projeto em votação. A votação será nominal e eletrônica para os deputados presentes e nominal para os deputados em modo virtual. Votando “sim”, os senhores aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na.

Informo que os deputados terão o tempo de até um minuto para, querendo, justificarem seus votos.

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por aprovado Projeto de Lei n. 094/2020, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 135/2020, de autoria da deputada Catarina Guerra.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 135/20).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Trata-se de um projeto de extrema importância, na qual não está criando uma obrigação, apenas para tornar a transparência e publicidade, que é algo tão importante, garantia de um direito constitucional existente, que é um direito ao transporte escolar. Essa divulgação pode acontecer por meio de murais nas escolas, no site da Secretaria de Educação, no site do Governo, onde é perceptível a ausência de informação da prestação desse serviço. Isso faz com que haja uma evasão

escolar muito grande devido às dificuldades existentes dos transportes nos interiores, em localidades de difícil acesso. Então, garantindo a legalidade e constitucionalidade desse projeto, peço que os demais colegas votem favoráveis a ele, a fim de que a gente, através das escolas, dos sites, de qualquer meio de comunicação, tornemos público, tornemos transparente a informação da existência da rota do transporte escolar, do carro, podendo ser incluído o nome do motorista e demais informações existentes para garantir a segurança no transporte a esses alunos e como forma de fiscalizar a existência desse trabalho fornecido. É um anseio da população, dividindo a responsabilidade com os pais, os quais podem fiscalizar e nos auxiliarem nesse trabalho de fiscalização exercido por nós, deputados e, assim, garantir um direito, que é o direito do transporte escolar sendo fornecido de forma transparente, e o aluno tendo informação adequada, possa utilizar esse serviço prestado pelo Governo do Estado. Então, eu conto com os demais colegas para que possamos ter êxito na votação positiva desse projeto.

O Senhor Presidente **Evangelista Siqueira** – Presidente, primeiro gostaria de parabenizar a deputada Catarina Guerra pela iniciativa. Eu fui o relator desse projeto na CCJ e, de pronto, ao me deparar com ele, emiti parecer favorável pela aprovação, exatamente por entender a relevância. Vivemos em um tempo em que a publicidade das ações governamentais e legislativas se tornam imperativas, deputada Catarina, para a população que anseia em acompanhar, fiscalizar, para poder ter a crença de que o dinheiro público está sendo executado da melhor maneira possível. Então, por essa razão, emiti parecer favorável pela aprovação desse projeto. E, na mesma linha da autoria, deputada Catarina Guerra, conclamo os demais pares para adoção do relatório, que há pouco foi lido. Aprovando o projeto, estamos colaborando para dar transparência às ações do governo, sobretudo num campo tão sofrido, que é a educação. Parabéns, deputada Catarina, e, de antemão, já me declaro favorável ao projeto de lei.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir, coloco o projeto em votação. A votação será nominal e eletrônica para os deputados presentes e nominal para os deputados em modo virtual. Votando “sim”, os senhores aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na,

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Informo que os deputados terão o tempo de até um minuto para, querendo, justificarem seus votos.

Dou por aprovado a Projeto de Lei n. 135/2020, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 158/2020, de autoria do deputado Jorge Everton.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 158/2020).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco o projeto em votação. A votação será nominal e eletrônica para os deputados presentes e nominal para os deputados em modo virtual. Votando “sim”, os senhores aprovam a matéria; votando “não”, rejeitam-na,

Solicito à abertura do painel eletrônico.

Dou por aprovado o Projeto de Lei n. 158/2020, por 13 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 039/21, de autoria da deputada Tayla Peres.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Requerimento n. 039/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento n. 039/21.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 037/21, de autoria da deputada Angela Águida.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Requerimento n. 037/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovado o Requerimento n. 037/21.

A Senhora Deputada **Yonny Pedrosa** pede uma Questão de Ordem. – Senhor Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que colocasse em votação, hoje, o meu Requerimento, que trata da lista de transparência dos policiais militares.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Acato a solicitação de Vossa Excelência e vou orientar à assessoria técnica para buscar o referido requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da

Moção de Pesar n. 017/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lida a Moção de Pesar n. 017/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a Moção. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar n. 018/21, de autoria do senhor deputado Marcelo Cabral, pelo falecimento do senhor Antônio Edson Lopes Araújo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lida a Moção de Pesar n. 018/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a Moção n. 018/21. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar n. 019/21.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lida a Moção de Pesar n. 019/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a Moção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura da Moção de Aplausos n. 022/21, de autoria do senhor deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lida a Moção de Aplausos n. 022/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a Moção de Aplausos n. 022/21. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com a matéria permaneçam como estão. Aprovada.

Aproveito para parabenizar toda nossa equipe da Assembleia que nos dá cobertura aos trabalhos realizados por esta Casa, em nome da Soninha e dos demais jornalistas. Muito obrigado pelo excelente trabalho prestado em favor deste Poder e estendo a todos os jornalistas roraimenses e brasileiros o nosso respeito e reconhecimento pelo trabalho de todos vocês.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento n. 040/21, de autoria da senhora deputada Yonny Pedrosa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – (Lido o Requerimento n. 040/21).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão o Requerimento.

A Senhora Deputada **Yonny Pedrosa** – Presidente, só quero reforçar minha fala. Talvez eu não tenha sido muito clara no meu posicionamento anterior, quanto a essa questão de publicidade e de prioridade. Por questões de justiça, a prioridade, lógico e óbvio, é para os policiais militares que estão nas ruas, à frente de toda essa questão da pandemia, até porque, ultimamente, tenho recebido relatos de policiais que atendem ocorrência, que os próprios presos tentam tossir ou até cuspir nos policiais, tentando amedrontá-los de alguma forma por conta do vírus. Então, quero deixar claro aqui que a prioridade, com certeza, é maior para os policiais que estão nas ruas, mas que todos obedeçam aos critérios de idade, até que todos possam ser vacinados e, que quando abrir de forma ampla, que todos obedeçam ao critério por idade. Somente isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Passaremos agora para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor presidente, gostaria de pedir a Vossa Excelência para que entrasse em contato com a SESAU, porque na reunião que foi tratada sobre a vacinação dos servidores da segurança pública, eu lembro que Vossa Excelência frisou claramente que fossem vacinados todos, 20% de cada corporação, bombeiros, policial militar, policial civil, Detran, Guarda Municipal e policiais penais, e a informação que eu acabei de receber é que os policiais penais estão fora e os funcionários do Detran também estão fora. Na realidade, senhor presidente, os órgãos de segurança pública trabalham de forma conjunta, então, é importante salientar e descobrir o motivo de retirar um policial penal, que recebe a guarda dos presos que também estão com Covid. Para mim isso não faz sentido, por isso peço que Vossa Excelência interceda nesse assunto. Gostaria também de pedir a Vossa Excelência que colocasse como prioridade os projetos que foram encaminhados pelo Poder Executivo, que tratam dos auxílios às pessoas que trabalham diretamente com eventos, como os garçons e todos os que trabalham com evento. Nós tivemos

ontem em uma reunião com o governador, e essas pessoas estão há um ano paradas, os fotógrafos e as pessoas que trabalham com festas, porque não estão podendo trabalhar em virtude do decreto municipal. O governador atendeu nosso pedido e encaminhou uma série de pacotes de apoio para essas pessoas e acho que a gente tem que correr e aprová-los o quanto antes. Salvo engano, tem um auxílio até de R\$ 1.500,00, que vai ser discutido nesta Casa. Então, peço a Vossa Excelência que pautar o quanto antes, para podermos ajudar essas pessoas que estão precisando. Obrigado!

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor presidente, quero parabenizar todos os jornalistas pela passagem do seu dia. Que Deus os ilumine e proteja todos os seus familiares. Quero também agradecer aos colegas que votaram a favor do nosso Projeto de Lei 196, que torna os templos e as igrejas como serviços essenciais. Hoje estava assistindo o jornal e vi que no Ceará estão votando esse mesmo projeto. Em Brasília, no Congresso Nacional, estão votando também, já deu até uma polêmica, e em São Paulo também, onde um ministro deu o ok e o outro desfez, mas o importante é que este projeto é essencial para toda a população do nosso País e porque não do mundo. Então, Roraima, se Deus quiser, assim que o governador Antonio Denarium fizer a bondade de sancionar esse projeto, as igrejas e os templos religiosos estarão aptos a ajudar o povo do nosso Estado. Por isso quero agradecer a cada um de vocês que votou a favor, inclusive o senhor presidente, desse projeto que fará muito bem para a população do Estado de Roraima.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quero registrar meus parabéns aos jornalistas, mas quero, de forma especial, mesmo distante, porque não esteve presente hoje, deixar registrado nos anais desta Casa os meus parabéns para o deputado Dhiego Coelho, pela passagem do seu aniversário. Desejo-lhe muita saúde e paz e, também, quero deixar registrada as minhas condolências para a família do bombeiro Ozemir de Macedo Cabral. Nossos sentimentos a toda a família Macedo Cabral, que é o segundo irmão que foi vitimado pela Covid-19, uma família tradicional e que merece nosso respeito e nossas orações.

O Senhor Deputado **Jeferson Alves** – Senhor Presidente, quero parabenizar todos os jornalistas, em nome da Leo, que foi minha assessora de imprensa nesta Casa e hoje faz parte do quadro da Assembleia Legislativa, dizendo que vocês são pessoas muito importantes, que levam a informação com credibilidade e com respeito e têm um papel fundamental dentro da sociedade. Quero parabenizar Vossa Excelência, o deputado Jorge Everton, Nilton Sindpol e Coronel Chagas, pela iniciativa de priorizar os agentes de segurança pública. Essa é uma grande conquista para que possam se imunizar nesta questão das vacinas. É muito importante, pois eles estão na linha de frente, salvando vidas, lutando pela população e nada mais justo do que esse reconhecimento e essa prioridade. Então, parabenizo Vossa Excelência, que encabeçou isso junto com os deputados Jorge Everton, Coronel Chagas e Nilton Sindpol.

Por fim, quero finalizar, lamentando, estive lendo a Folha de Boa Vista, na coluna “Parabólica”, e tem uma passagem que diz que governadores de quase todos os estados estão se mobilizando para comprar a vacina que já está autorizada pelo Congresso, a vacina russa Sputnik, e alguns governadores já assinaram a carta de intenção. Serão em torno de 60 milhões de doses e, para nossa tristeza, nosso Estado ficou de fora. O Governo do Estado de Roraima não assinou esse consórcio e, infelizmente, vamos ficar de fora. Se for realmente verdade essa matéria, acredito que seja, porque a Folha tem credibilidade, isso é muito triste para o Estado. Volto a insistir que não podemos politizar esta discussão, as vidas têm que estar em primeiro lugar. Não assinar esse termo de intenção por não querer contrariar o Governo Federal, acho essa uma situação inexplicável. Sou aliado, sou defensor do presidente Bolsonaro, mas, antes de defender o presidente Bolsonaro, tenho que defender a população, que precisa dessa vacina, o mais rápido possível. Então, quero lamentar a postura do Estado de Roraima, do Governo do Estado de Roraima em não assinar, juntamente com os demais governadores, o termo para a aquisição dessa vacina.

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** – Senhor Presidente, o dia 7 de abril é o Dia Mundial da Saúde, então quero agradecer e parabenizar todos os profissionais da saúde que estão no combate a essa pandemia há mais de um ano. Mesmo diante da exaustão, das adversidades, esses profissionais têm se colocado à frente desta situação. E a melhor forma de agradecimento é cuidando da nossa própria saúde, é usando a máscara, é higienizando as mãos, mantendo distanciamento social e, se puder, ficando em casa, aí sim vamos estar parabenizando, agradecendo aos profissionais de saúde e amando cada vez mais uns aos outros. Gostaria também de parabenizar, em nome da Soninha, que faz um belíssimo trabalho nesta Casa, todos os jornalistas, parabenizar a minha equipe, o Jânio Tavares e demais, que também estão na linha de frente. Era só isso, senhor presidente. Tenham todos uma boa-tarde e fiquem com Deus.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Também gostaria de

parabenizar nosso colega de parlamento, deputado Dhiego Coelho, pela sua troca de data, desejando-lhe muita saúde e muita paz, em nome deste parlamento. Com relação à fala do deputado Jorge, a informação que temos é que chegaram 1.800 vacinas para os agentes de segurança pública e seria distribuído algo em torno de 20% entre os órgãos que compõem a segurança pública. Essa é a última informação que eu tive, mas vou procurar saber junto à Secretaria de Saúde se houve mudança nessa regra, e claro que a destinação é para aqueles agentes que estão na ponta da lança. Essa foi a orientação que nós tivemos conhecimento, dada pelo Governo do Estado e pelo secretário de saúde. Os projetos de Lei de autoria do Executivo deram entrada hoje, nesta Casa, já pedi para que seja dada a devida tramitação e, com certeza, estarão na Ordem do Dia da próxima semana. Só informando que, a partir da próxima semana, estará entrando no ar a Rádio 98.3, a Rádio Senado, que retransmitirá a programação da TV Assembleia, é a Rádio Assembleia e a Rádio Senado. Então, boa parte da programação será de autoria deste Poder. Desde já, solicito a nossa equipe de comunicação que dê a devida publicidade para conhecimento da sociedade roraimense desse novo meio de comunicação feito pela Assembleia, que é a Rádio Senado, em parceria com a Assembleia, pela frequência 98.3. É mais uma ferramenta para este Poder se comunicar com a sociedade.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a presente Sessão, convocando outra para o dia 14 de abril, à hora regimental. Participaram da Sessão as senhoras e os senhores deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jânio Xingú, Jeferson Alves, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Neto Loureiro, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renan Filho, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 67ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia quatro de maio de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas, deu-se a sexagésima sétima reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos da Resolução n.º 041/19 e alterada pela Resolução n.º 044/19, nos termos da Resolução n.º 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom dia senhoras e senhores. Vamos dar início a mais uma reunião da CPI da Saúde, a sexagésima sétima reunião desta CPI, e para isso eu faço a solicitação para a secretária proceder à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro aberto os trabalhos desta Comissão.

Quero desde já cumprimentar ao senhor Deputado Nilton Sindpol, vice-presidente desta CPI; ao senhor Deputado Jorge Everton, relator desta CPI e aos senhores Deputados Evangelista Siqueira e Renato Silva, que estão participando por videoconferência.

Solicito à Secretária desta Comissão que faça a leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, por já ser de conhecimento de todos os senhores deputados e senhoras deputadas o teor da reunião da ata anterior, peço a supressão de sua leitura.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, acato o requerimento verbal do Deputado Evangelista Siqueira pela dispensa da leitura da ata, por já ser de conhecimento de todos os deputados e colocou-a em discussão. Não havendo quem queira discutir, colocou-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que concordam com a ata sexagésima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, CPI da Saúde, permaneçam como estão. Aprovado.

Nós temos no expediente o Requerimento n. 08/21, de autoria do senhor Deputado Nilton Sindpol, que requer que se requisite da Secretaria de Estado da saúde, a regulamentação referente a pagamentos efetuados a médicos cooperados de procedimentos realizados. Será deliberado na Ordem do Dia. Era o que tínhamos na leitura do Expediente. Vamos partir imediatamente para a Ordem do Dia.

Temos na Ordem do Dia para deliberar o Requerimento n. 08/21 e peço ao senhor Deputado Jorge Everton, relator desta CPI, que proceda à leitura.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Lido o Requerimento n. 08/21, de autoria do senhor Deputado Nilton Sindpol, que requer que o senhor Secretário de Saúde do Estado de Roraima, o Ailton Antônio Soligo, encaminhe a esta CPI, a regulamentação referente do pagamento efetuado

a médicos cooperados por procedimentos realizados. Nos termos do artigo 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cominado com o artigo 295 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, solicito que seja encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a regulamentação de pagamentos efetuados a médicos por procedimentos realizados, considerando que essas informações não constam no contrato gerado entre Coopebras e Secretaria de Saúde do Estado de Roraima, Sesau.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o requerimento de autoria do senhor Deputado Nilton Sindpol. Não havendo quem queira discutir. Em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam com o requerimento permaneçam como estão. Aprovado.

Determino à senhora Secretária desta CPI que providencie o requerimento do Expediente de requisição ao Secretário do Estado de Saúde, o senhor Ailton Antônio.

Temos também, Deputado Nilton Sindpol, Vossa Excelência possui requerimento em mesa, que é para a convocação... está circulando pelas redes sociais as cópias de contracheques de alguns profissionais da saúde, com salários altíssimos, muito acima do teto constitucional e o Deputado Nilton Sindpol está apresentando requerimento para a convocação desses profissionais da saúde para que tragam esclarecimentos a esta CPI, de como se chegou a esses valores nos contracheques. Vossa Excelência gostaria de deliberar esses requerimentos agora ou somente depois das oitivas?

O Senhor Vice-presidente **Nilton Sindpol** – Depois das oitivas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo, muito bem. Então, vamos partir imediatamente para as oitivas. Informando aos senhores deputados que a esta reunião da CPI, agora, temos a presença, presencialmente, da Deputada Lenir Rodrigues. Nós temos dois depoimentos estabelecidos na reunião anterior, para serem ouvidos hoje, do senhor Edivaldo Pereira Vieira, vice-presidente da Coopebras; e o senhor Edilson Pereira Vieira, gerente Operacional da Coopebras. Essas oitivas estão acontecendo por requerimento do Deputado Nilton Sindpol, que é vice-presidente desta CPI. Então, solicito à assessoria desta CPI que conduza a este plenário, o senhor Edivaldo Pereira Vieira para prestar esclarecimentos a esta Comissão.

Registramos também a presença do Deputado Neto Loureiro, membro desta CPI.

Bom dia senhor Edivaldo.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom dia

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor pode puxar o microfone mais para próximo do senhor.

Senhor Edivaldo, vou fazer a leitura da sua Ficha de Identificação e caso haja alguma inconsistência, o senhor informe no microfone para que possamos fazer a correção. Inicialmente, quero agradecer o seu comparecimento a esta CPI. O senhor que está acompanhado do Advogado Círio Brito da Silva e a senhora... eu não tenho a ficha da Advogada, da senhora aqui, a não ser que esteja...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ela não é advogada, somente está me acompanhando caso precise de alguma coisa, para me auxiliar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Preciso dos dados dela de qualquer forma. Vou autorizar a presença dela para lhe auxiliar, mas preciso que ela preencha uma Ficha de Identificação para constar na Ata desta reunião.

Ficha de Identificação do depoente nesta CPI da saúde. Nome: Edivaldo Pereira Vieira. RG: 226.896/SSP-RR. CPF. 206.049.045-68. Filiação: Jerozina Pereira Vieira e Valdomiro Alves Vieira. Data de nascimento: 06/08/1961. Profissão: Empresário. Brasileiro. Casado. Reside no bairro Caçari.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Exatamente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito que o senhor Edivaldo fale sempre claramente e sempre ao microfone, tendo em vista que a Ata desta reunião será transcrita na íntegra, a partir da gravação deste áudio. Informo também que o seu depoimento será gravado por gravação de vídeo e áudio, registrado em CD-ROM, e que também o seu depoimento está sendo transmitido pela TV Assembleia. O senhor tem alguma objeção a isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nenhuma.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor no seu depoimento está acompanhado do seu Advogado Doutor Ciro Brito da Silva, OAB da Bahia n. 28279, com endereço profissional: Av. Tancredo Neves, 274 bloco A, Sala 603, Salvador – BA.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Certo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Logo após o preenchimento da ficha de sua secretária, faremos constar os dados dela também aqui.

Vamos passar a palavra aqui, senhor Edivaldo, ao Deputado Nilton Sindpol, que é o autor do requerimento da sua convocação. Após ele fazer os questionamentos que julgar pertinentes, nós abriremos a palavra para os demais deputados que estão participando desta reunião, para caso queiram fazer algum questionamento, e, ao final dos questionamentos, caso o senhor ache necessário para a sua defesa e quiser apresentar mais alguma informação, lhe será oportunizado. Assim será os procedimentos durante esta reunião. Bom, com a palavra então o senhor deputado, autor do requerimento da convocação do senhor Edivaldo, Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia, senhor Presidente Coronel Chagas, ao relator Jorge Everton, à senhora Deputada Lenir Rodrigues, o senhor Eder Lourinho e os senhores Deputados Renato Silva e Evangelista Siqueira, que estão de forma remota. Bom dia a todos os servidores desta Casa, e a vocês que acompanham mais esta reunião da CPI da saúde pelo facebook, e aos nossos colaboradores desta Casa. Ao senhor Edivaldo, seu Advogado e a sua assistente, bom dia.

Sou Deputado Nilton Sindpol, como já disse o senhor Presidente Coronel Chagas. E a primeira pergunta, o primeiro questionamento que tenho ao senhor é o seguinte: quando se deu o início, o primeiro contrato entre a cooperativa médica e a Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Em dois mil e cinco.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E de lá para cá foram outras licitações ou apenas termos aditivos, senhor Edivaldo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, teve licitações, porque tem um período que pode, então quando termina aquele período, tem nova licitação.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. Nós verificamos no processo, e aqui consta no Estatuto da Cooperativa que o senhor é o vice-presidente.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Exato.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – E que também outros depoentes nesta CPI, como no caso do senhor Jorrimar, que chegou a ser o presidente por um período, e o senhor o vice-presidente, e que o senhor teria mais poderes como vice-presidente, do que o próprio presidente, como foi no caso do período do senhor Jorrimar, e também, hoje, na presença do médico que reside em Rorainópolis, o senhor Dimião. Como o senhor explica as mudanças estatutárias para que o vice-presidente tenha mais poderes que o próprio Presidente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu não tenho mais poder que o Presidente, eu simplesmente trabalhava mais do que os outros, pois ficava todo tempo na cooperativa, e era minha dedicação, mas não poder. Se ele pode assinar no banco eu também posso. Então não tenho mais poder, como diz a mídia, em que fala que eu tinha poder absoluto, que sou o dono da cooperativa, não. Eu fazia a cooperativa funcionar, foi bom para os médicos e foi bom para todos, para o estado de Roraima. Dizem que a cooperativa é um câncer, não, ela foi uma benção, tanto para os médicos, como para o estado de Roraima. A Cooperativa nunca lesou o erário público, nunca. Trabalhei com ética, seriedade e honestidade, junto ao Governo do Estado. A Coopebras nunca colocou um plantão para médico nenhum, nenhum, sem trabalhar, para beneficiar ele ou tão pouco, colocou o médico para beneficiar a Coopebras, nunca. Por isso, ela tem vinte anos no mercado, e uma empresa, uma entidade, não pode ficar vinte anos assim, trabalhando e roubando. Então a Coopebras nunca roubou nada do Governo do Estado. O que estão dizendo aí, não é verdade, é uma inverdade, falar que ela lesou, e, até agora, todas as testemunhas de acusação durante o processo que está sendo investigado pela justiça, ninguém conseguiu provar nada de roubo do erário público da Coopebras, junto ao Governo do Estado. O próprio Secretário, ano passado deu uma entrevista na mídia, falando que o contrato da Coopebras não tinha nada errado, estava tudo certo. Então, o que aconteceu na verdade foi, quando a polícia foi lá, a Polícia Civil, foi lá na Coopebras e levou o nosso servidor, levou as coisas da Coopebras, lá tinha as folhas dos médicos na Coopebras, e tinha a folha dos cooperados e fundadores, como eu e outros cooperados que trabalhavam internamente, como o Jorrimar, essas pessoas recebiam da Coopebras. Mas como são recursos próprios, e, então, a polícia, sem saber, colocou esse recurso como se fosse do Governo do Estado. Logo veio a prisão preventiva. Pediram prisão preventiva e foi concedida essa prisão preventiva, mas, na verdade, ninguém, todas essas pessoas estão com prisão para quem estava com prisão preventiva e foi preso... teve um que foi preso e passou noventa dias na penitenciária, mas ele nunca roubou nada. O nome dele nunca constou na folha de pagamento da Sesau. Ele nunca recebeu recurso. No entanto, justamente, ele foi preso, passou noventa dias na penitenciária e saiu com um habeas-corpus em Brasília, quando o Ministro viu que não tinha por que ele estar com prisão preventiva, e concedeu o habeas-corpus. Então, esse processo é um dos processos mais injustos aqui de Roraima, que acho que não vai conhecer outro, porque esse foi demais,

você pegar pessoas inocentes e prender. E outros, como Jorrimar, ouvi o depoimento dele falando, que nunca fez nada. Nunca o nome dele constou na Sesau, trabalhando e recebendo da Sesau através da Cooperativa, não. Ele recebia do recurso próprio da taxa de administração da cooperativa, do nosso recurso. Essa cooperativa é uma das mais bem administradas que já teve em todo o tempo. Nunca uma cooperativa durou tanto tempo aqui em Roraima, e ela vai continuar. Ela não vai fechar as portas, como dizem: sepultou. Sepultou o quê? Tem muita coisa na cooperativa, e vamos provar que ela nunca roubou dinheiro do erário público. E se alguém provar tem que vir aqui dizer: “olha aqui, roubaram”. O nosso sistema de trabalho na cooperativa é com ética. Por exemplo, já teve médico que estava lá no Hospital Geral, o plantão dele era das sete da noite até sete da manhã, e ele combinou com o outro para ele sair uma hora e outro ficar até sete da manhã. Tínhamos uma equipe dentro do hospital, pois lá tem a sala de administração nossa, que controlava tudo, e foi lá que ele pegou, que ele fez e colocou um esparadrapo na porta o plantão dele, junto com o outro, combinou com o outro, e foi para o nosso RH. E nós pagamos meio plantão para um, e meio plantão para o outro, e quando ele veio reclamar, falamos: “não, o senhor só deu meio plantão”. Então, nós nunca trabalhamos... o que estão dizendo aí de mutirão, de um monte de coisa, tudo é inverdade, e nós vamos provar que não existe nada disso. O médico recebeu o que produziu, todos os médicos. Nenhum médico roubou. Teve um médico que devolveu para a cooperativa R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Falei: “o senhor não roubou, o senhor trabalhou normal, por que está devolvendo?”. E ele disse: “não quero confusão na minha vida”. Ele é especialista. Liguei para a advogada e perguntei o que faço com esse dinheiro? Ela disse para devolver para a Sesau, e eu transferi no mesmo dia para a Sesau, e ele já tinha pago imposto, já tinha declarado que recebeu aquilo, não sei porque ele devolveu, mas devolvi para a Sesau o dinheiro. Nós nunca fizemos conchavo com dinheiro com médico nenhum, para beneficiar ele ou a cooperativa. Nunca fizemos conchavo ou coisa semelhante com político nenhum. Essa cooperativa foi criada dentro do Sebrae, independente, por isso ela durou esse tempo todo, porque se fosse criada com fins políticos talvez não tivesse durado. Mas, infelizmente, foram dois anos, dois anos e dois meses, que nós vamos lutando pela cooperativa, provando que não tinha nada errado, provando que trabalhava correto, mas já sabe, lutar contra um Governo, aí não é fácil, chega um momento... eu fui envergonhado muito, não só eu, mas todos foram envergonhados. O Presidente de Dimiã, que trabalha de Rorainópolis, vinha toda semana aqui e foi envergonhado porque o dinheiro que ele ganhou, ele ganhou como médico, lá ele trabalha e muito, e o dinheiro que ele recebeu foi o pró-labore. Tudo para mim, a partir de janeiro de 2019, foi só “coisas” assim que vieram me envergonhar, me envergonhou aqui, me envergonhou na Bahia. Pessoas que pegam o telefone e ficam bloqueando para eu poder não falar com eles, alguns, outros me dão o melhor apoio. Mas confio em Deus, tenho certeza que Deus é um Deus de justiça, Ele vai fazer justiça e isso vai ser tudo esclarecido, e as pessoas vão ver que nós não somos bandidos, que a cooperativa em todo esse tempo atuou com seriedade, com honestidade, junto ao Governo do Estado. E mais uma coisa vou lhe dizer, não há nenhum outro meio que tenha o custo e benefício melhor para o Estado do que a Coopebras. Isso é uma prova, pois o nosso orçamento está aqui, nove milhões e seiscentos e poucos reais, nove milhões e seiscentos e poucos, e agora fizeram uma nova lei, dizendo que é quinze milhões o orçamento. Está aqui na lei, quinze milhões, e que vai tirar esse recurso do orçamento da Coopebras. Isso não é verdade, o orçamento da Coopebras era nove milhões oitocentos e pouco, e o valor agora é de quinze milhões. Então, de cara, tem um aumento de 53% no novo sistema de saúde, ou seja, mais de cinco milhões por mês, e isso dá mais de sessenta milhões por ano. Então, como a Coopebras estava roubando se o outro que está entrando já está entrando com sessenta milhões a mais?

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Senhor Edivaldo, gostaria que o senhor se ativesse a responder única e exclusivamente ao questionamento. O senhor vai ter toda e qualquer oportunidade ao longo da sua fala de esclarecer todo e qualquer ponto que o senhor julgue necessário, certo? Então, analisando aqui as solicitações, o requerimento que fizemos para a própria cooperativa, segundo o próprio Estatuto, o profissional médico para fazer parte, ele precisa fazer um Termo de Adesão e de muitos, nós não encontramos esse termo. Então, gostaria que o senhor falasse sobre isso. Havia médicos cooperados que não assinaram, que não formalizaram o Termo de Adesão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nenhum, nenhum sequer. Todos os médicos, antes de receber, eles têm que ir lá fazer, antes mesmo de trabalhar, fazer a adesão. Eles passavam pela presidência, pelo Conselho de Administração, e na hora, se não tivesse tudo “ok”, era bloqueado o recurso dele até ele ir regularizar ao RH.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Ok. Então, senhor Edivaldo, essas escalas dos plantões médicos... estamos fazendo os questionamentos,

já fizemos há vários aqui. Quem realmente confeccionava essas escalas dos médicos da cooperativa, já que ela atingia apenas, ela era contratada apenas para fazer, para disponibilizar à Sesau médicos e bucomaxilos. Quem realmente confeccionava essas escalas, a cooperativa ou a Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Olha, nós somos responsáveis pelas escalas dos cooperados. Tem cooperados que é do Estado e...

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Não, somente um instante, por favor.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Estou me referindo exclusivamente aos médicos cooperados, única e exclusivamente aos médicos cooperados. Quem confeccionava as escalas desses médicos?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, primeiro, a unidade tem um encarregado lá que é o médico daquela especialidade. Ele faz o que precisa. Primeiro ele coloca os plantões dos concursados, e o que faltava entra com a Coopebras. Daí o Edilson, o Edilson que até é meu irmão, ele era supervisor nessa área e ia lá e vinha com a escala que nós iríamos tomar conta. Mas a escala é feita dentro da unidade, primeiro, a prioridade é para o médico concursado, e o que sobra, que já tinha uma quantidade de plantões X, que já sabíamos, vinha para a Coopebras.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, se nós fizermos os cruzamentos, não vamos detectar médicos cooperados substituindo concursados, enquanto deveriam estar em regime de contratação de concursado. Sendo mais claro, temos médicos cooperados do Estado que forneciam a sua força de trabalho para a cooperativa. Certo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Certo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então, se fizermos o cruzamento, podemos encontrar médicos que deveriam estar trabalhando pelo contrato do concurso, mas que, na verdade, estavam realizando suas atividades profissionais pela Coopebras?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Essa parte de concursados, não temos gerenciamento com eles. Eles não aceitavam nem a gente falar nada com eles em horário do Estado. Diziam: o que você tem a ver com isso? Era problema dele com o Estado. O que a Coopebras fazia, sempre fez, era colocar o médico na vaga que existia, porque não tinha médico concursado, ou então o concursado estava de férias, ou de licença médica. O próprio coordenador solicitava o médico. Hoje tem o Pega Plantão, mas antes não tinha. Era feito na sala da cooperativa, acionava, ligávamos para o médico daquela especialidade e colocávamos ele lá.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Naquela estrutura física da cooperativa, a Cooperativa Coopebras pagava algum aluguel, pagava alguma taxa nesse sentido? Pois lá no próprio Hospital Geral existe uma sala da cooperativa. Existia algum pagamento para o Estado para a utilização de energia, água, e locação daquele espaço físico?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nas unidades, não existia. Outra coisa, a sala foi retirada porque o contrato foi extinto.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Não, durante o contrato.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Durante o contrato, não existia pagamento de aluguel para o Estado. Estava a cooperativa para controlar os nossos médicos, que eram muitos. Então, tinha uma equipe nossa trabalhando lá vinte e quatro horas, para não deixar o médico faltar. Tudo era para ser resolvido ali dentro, caso não fosse resolvido, era o Edilson quem tomava conta dessa área, então acionava a sede.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – O senhor Edilson que era o supervisor, que era seu irmão, e que também faz parte da cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, o Edilson era funcionário CLT da Coopebras.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Da Coopebras?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ele não faz parte da Diretoria, de nada.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo, porque até verifiquei junto ao Estatuto e não consta realmente esse cargo, por isso estou lhe questionando sobre isso, onde é que o senhor Edilson, formalmente, entraria na estrutura da Coopebras.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Somente para aproveitar a oportunidade. Eu trouxe o Edilson de Manaus, ele trabalhava na época em cooperativa, ele já tinha experiência. Então na época pegamos o contrato e depois ele veio para cá, e ele foi contratado pelo regime CLT.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Nós verificamos, senhor Edivaldo, que o Ministério de Contas do Estado, emitiu uma recomendação com o n. 02/2017 direcionado ao Secretário de Saúde, na época Doutor César Pena Faria, com as orientações de que a Sesau não autorizasse o pagamento dos cargos de direção e coordenação, através da Coopebras; que todos os procedimentos realizados na Sesau não fossem pagos em forma de plantão; que os procedimentos sejam realizados e pagos em forma de

mutirão organizados, conjuntamente, pela Sesau e pela Coopebras; que a Sesau ficaria proibida de contratar outros profissionais pela Coopebras que não fossem médicos ou cirurgiões dentistas, com a especialização em bucomaxilos. Essa recomendação do Ministério Público de Contas do Estado, ela foi informada para a cooperativa através da Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nós tomamos conhecimento. Esse documento, inclusive tenho ele aqui, foi feito pelo Ministério Público de Contas e passou por outros órgãos, estava a Doutora Jeane, estava todo esse pessoal, mas foi conjunto com a Sesau. Primeiro, vamos por etapas: quando foi feita a licitação, era para contratar médicos, bioquímicos, enfermeiros, por isso o valor do contrato, o valor do processo era de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), só que eles não contrataram nenhum desses profissionais, somente médicos e bucomaxilos, cirurgião buco. Ai, o processo, o contrato, foi em torno de R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) para doze meses. Essa recomendação foi feita para fazer um mutirão, que nada mais é do que o procedimento, é a mesma coisa, só muda o nome. O mutirão é o quê? Você tem duas mil hérnias para fazer, tem uma fila com duas, três mil hérnias. Se essas pessoas não fizerem essa cirurgia, muitas vão à óbito, pois se for esperar o TFD, tem também lugar para ir, então demora muito. Então, na época, o Doutor Kalil teve uma ideia, que eu achei excelente. Não tem nada a ver com dinheiro, estamos falando nisso, mas estou falando aqui de funcionamento. Foi chamado o cirurgião lá, e cirurgias pequenas foram feitas a R\$ 300,00 (trezentos reais), trezentos para o médico, trezentos para o auxiliar, e trezentos para o anestesiista. Ou seja, uma cirurgia custava R\$ 900,00 (novecentos reais) para a Secretaria de Saúde do Estado, usando toda a estrutura do Governo. Lá no Hospital Geral, um médico, um bom cirurgião, fazia em torno de oito cirurgias, por dia, dava a sala para ele, só para ele, ele ficava de manhã e às vezes até de noite, dez horas da noite. Ele fazia ali em torno de oito a dez cirurgias. Supomos que ele fizesse oito cirurgias por dia a R\$ 300,00 (trezentos reais), dava R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), e isso é equivalente a dois plantões, que, na época, custava era R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) cada um. Então, um médico por dia ganhava em torno de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), por dia. Em uma semana, ele ganhava R\$ 12.000,00 (doze mil reais); em um mês ele ganhava R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) de produção. Agora, se o senhor fizer as contas de oito cirurgias por dia, tem quarenta cirurgias, até dava mais, por semana cento e sessenta cirurgias por mês, então isso fez com que a fila de procedimentos de cirurgias que estavam pendentes comessem a cair, através deste mutirão. Então, nisso aí, o médico estava roubando o quê? Nada. Ele chegava lá, ficava em uma sala para ele- bons cirurgiões faziam isso- e dávamos essa produção. Era tudo controlado pelo hospital, a cooperativa também controlava tudo, tudo, nome do paciente, tudo, e o médico recebia. Ai quando falava que recebia quarenta e oito, cinquenta mil no mês, porque tinha um teto. A Coopebras tinha um teto, não podia passar de cinquenta mil, era o teto máximo se ele não fosse do Estado; se ele fosse do Estado, quarenta horas, iria diminuir para trinta horas. Isso tudo foi estabelecido pela Procuradoria e a Secretaria de Saúde do Estado, e a Coopebras seguia rigorosamente. Quando vinha mais do que aquilo, nós cortávamos para pagar no próximo mês, quando o médico tivesse teto.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então foi instituída essa moeda na gestão do senhor Secretário Kalil?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O senhor está falando moeda, mas não é moeda.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Isso não é uma forma de pagamento? Então a forma de pagamento já que o contrato da cooperativa com o Estado é claro, por isso estou me referindo desta forma, porque foi uma forma encontrada de remunerar os profissionais médicos.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O nosso contrato é plantão. O médico estava lá, entrava sete da manhã e saía nove horas da noite, dez horas da noite, até o último paciente sair, ele tinha que ganhar o plantão. Ele estava dentro da unidade... é porque falaram moeda, inventaram mil e uma coisas durante esse período, mas na verdade ele recebia pelo plantão dado. Outra coisa mais, depois continuando a pergunta que o senhor falou, quando o Governo entrou, ele extinguiu isso. Muitos pacientes foram a óbito, e passaram a ir ao Ministério Público entrar na justiça e pedir para operar em particular. Em uma cirurgia de trezentos reais, pagava-se R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou seja, tem cirurgia até de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Chegava uma ordem judicial e tinham que pagar. Então, quem perdeu com isso? Primeiro o povo, porque quem está doente não pode esperar, pois a doença, a bactéria se renova em ordem geométrica, e o paciente não aguenta. Então isso foi uma coisa boa? Foi. Melhorou muito a saúde nessa época, que teve o mutirão.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Certo. O que constatamos nas análises, justamente se contrapõe em alguns pontos, mas é interessante

que possamos esclarecer a todos aqui que nos assistem, que nos acompanham na questão da CPI, porque, evidentemente, o senhor tem conhecimento que o primeiro secretário da atual gestão, ele saiu dizendo que era impossível fazer o controle, fazer a saúde do Estado melhorar, pois existiam muitos interesses políticos lá, e que essa questão toda, tinha todos os níveis de políticos, sejam ele estadual, federal, e que uma das coisas que ficamos preocupados, realmente, era essa questão toda, de não sabermos como realmente se dava esse controle, esse fluxo, entre o Estado, pagando a cooperativa, porque imaginamos que o Estado, ao contratar uma cooperativa, ele é ineficiente, ele não tem condições, ou ele não quer fazer concurso públicos, ou fazer seletivos. Certo? Então o Estado contratando a cooperativa, ele está “desperdiçando” recursos públicos, quando ele mesmo poderia contratar esses médicos de outras formas, e não necessariamente se utilizar de um intermediário para esse fim, porque a Sesau se transformou, principalmente nessas últimas décadas, objeto de investigação pela Polícia Federal, Polícia Civil, a CPI, buscando também a verdade real sobre essa situação. Mas, nós também temos a formalização dos fatos, como o senhor falou no início, está buscando provar, e não estamos aqui para julgar, estamos aqui para fazer a análise dos fatos.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Já que o senhor falou isso, vou lhe dizer uma coisa, a Coopebras, por exemplo, não exige: “ah, porque paga a taxa”, mas o custo para a Sesau... se teve esse problema político, a Coopebras não se envolveu em nada de política. Queríamos trabalhar e receber o dinheiro, ver o médico produzindo, cuidando do paciente, esse era o nosso objetivo. Então, por exemplo, vamos falar aqui que hoje o Governo está contratando pelo Estado vinte horas ou quarenta horas. Olha só, a Coopebras pagava por hora: se o médico fosse lá no Coronel Mota...para um especialista ir ao Coronel Mota é carne de peixe, não é ali que ele ganha dinheiro, entenda, mas ele ia porque ele tinha plantão, ele tinha mutirão, ele tinha que conhecer os pacientes. Como ele iria fazer cirurgia se ele não conhecia o paciente antes? Ele tinha que ir ao Coronel Mota. Ele ganhava por hora, por exemplo: quatro horas, que é para fazer um atendimento, ele ganhava quatro horas naquele dia, então, o total de contrato dele eram quatro horas. Se fossem dois mapas, eram oito horas, se fossem três mapas, eram doze horas. Então, não tinham isso de vinte ou quarenta horas. Se fizessem isso, o valor da carga horária da Coopebras seria um absurdo. Se o senhor pegar a fatura verá que as nossas cargas horárias são as mais mínimas possível, mas muito mínima, que não tem impacto nenhum com a Sesau, em relação ao que está sendo feita agora. É infinitamente menor, por quê? Porque a gente pagava por hora o que o médico fazia, e eles nunca reclamaram de nada. Diziam: quero fazer três mapas. E nós respondíamos: é só doze horas que o senhor vai receber. É só pegar os contracheques da Coopebras que lá terá, oito horas, dezesseis horas, trinta horas e tem até quarenta horas, mas são poucos, por quê? Porque juntava tudo, somava o total de horas, dividia por quarenta e cobrava da Sesau. A Sesau está fazendo de outra maneira, fica um custo infinitamente maior.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Senhor Edivaldo, então com a sua experiência de empresário no Estado de Roraima, se a CPI for fazer o cruzamento das escalas por médicos, e verificar os outros contratos que os profissionais têm, então não vamos encontrar sobreposição de escalas, porque se o médico estava contratado como concursado, e ele tem o período ali para...ele é concursado como cirurgião, então ele tem que exercer as atribuições dele de cirurgião, correto?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Correto.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Então esse mesmo médico, ele não estava recebendo, ao mesmo tempo, pelo Estado, como concursado, e pela cooperativa, se nós fizermos o cruzamento das escalas e dos vínculos empregatícios desses profissionais, nós não vamos encontrar sobreposição?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Olha só, tem médico aí que tem carga horária, trabalha em vários locais, isso para nós não interessa, nós não temos nada a ver com isso. O nosso contrato é com a Secretaria de Saúde. O que interessava para nós era a Secretaria de Saúde e Coopebras. Então, nós procurávamos ver dentro do RH todas as informações dos médicos. Tinha 40h, 60h, e o sistema da Coopebras já colocava lá, a carga horária, o CH dele no Estado. Tinha lá 30h, 20h, então já se sabia o limite dele. Mas quanto a outros, se ele tinha Prefeitura, se ele tinha outro não sei onde, isso para nós não interessava, isso não é problema nosso, nós não temos nada a ver com a vida dele.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Não, mas nós só estamos perguntando em relação a Sesau e cooperativa. Se ele está contratado pela cooperativa naquele determinado período, então ele tem que estar à disposição do Estado, e não pode estar, ou poderia estar em outro município, com escala e outra...entendeu? O que nos atem aqui é só cooperativa e Sesau, não nos interessa, realmente, a vida do profissional médico, mas pelo contrato, pelo que ele estava recebendo, porque é dinheiro

público e cabe a nós verificarmos a lisura desses pagamentos, única e exclusivamente isso. Nós também fazemos questão de ressaltar que essa cooperativa não tem o condão de criminalizar os médicos, mas nós temos que apurar essas denúncias, porque são muitas as denúncias que chegaram até esta Casa Legislativa, e nós não poderíamos nos furtar de apurar.

Inclusive, senhor Edivaldo, eu fiquei até surpreso como parlamentar, eu estou aqui com, à época, a cooperativa médica foi ao Poder Judiciário, para me tirar da condição de Vice-Presidente desta CPI. Eu gostaria que o senhor tecesse um comentário.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, não foi isso não, a verdade não é essa não. Deixa-me falar aqui, eu sei que o senhor já falou isso várias vezes, já ouvi. Quando começou logo falando da Coopebras, o senhor fazia um juízo. Antes mesmo de esclarecer, o senhor já estava fazendo juízo da Coopebras, como se a Coopebras estivesse fazendo coisa errada. Então nós entramos lá para que o senhor não ficasse, na hora da Coopebras, não na CPI, a CPI não tem nada a ver, mas em relação a Coopebras eu estou falando da CPI da Coopebras, porque o senhor já estava fazendo juízo, antes mesmo de ver as coisas. Foi por isso que nós estramos, mas não proibimos o senhor da CPI, nós nunca fizemos isso não. O senhor pode ler lá o termo, o advogado que entrou foi outro advogado nosso, mas nada diz. Quem somos nós para proibir um Deputado de falar alguma coisa? Nós temos todo o respeito, nós não queremos nada disso, mas como estava fazendo juízo antes mesmo, ainda iam criar a CPI, aí por isso que nós entramos. O senhor me desculpe, mas...

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Nós ficamos surpresos, justamente porque estamos aqui como representantes do povo, fomos eleitos para isso nas urnas. Se sou Vice-Presidente da CPI, fui eleito pelos meus pares aqui dentro desta oitava legislatura, então causou realmente estranheza, que a cooperativa tenha ido ao poder judiciário para me afastar da condição de Vice-Presidente da CPI.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Deputado, não era, pode ler, que não era para lhe afastar de Vice-Presidência não, era para o senhor não fazer juízo. O senhor estava fazendo juízo antes. Entenda, pode ver o processo, nós não pedimos para lhe afastar, quem somos nós para pedir para afastar um deputado de uma CPI? Ainda nem existia CPI, estava em... Por favor, desculpe aí, mas só para esclarecer.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Ok. Estou com umas perguntas aqui para podermos... acredito que o senhor, mais do que ninguém, tenha o maior interesse em esclarecer todas e eventuais dúvidas, não é?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, senhor.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Nós pegamos processos, senhor Edivaldo, e eles estão eivados de vários erros grosseiros, desde a numeração de páginas até o último contrato que teve com a cooperativa, se deu através de pregão presencial. Nós verificamos junto ao processo, dentro do processo, que essa modalidade de licitação, ela não foi precedida de ampla pesquisa no mercado. Então, nós ficamos surpresos com o que encontramos nesse contrato, por conta dessas questões grosseiras. Mas, nós estamos trabalhando para que possamos chegar a essa verdade real, e pergunto do senhor: como era o seu trânsito dentro da Sesau? Vou usar um jargão popular, no popular, o senhor era aquele empresário que entrava sem bater na porta? Como que era seu trânsito lá, em relação a Sesau? Porque o que nós temos conhecimento é que o senhor tinha um trânsito livre lá dentro da Secretaria. Nos explique como que se dava esse seu trânsito lá na Sesau, por gentileza.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, quando eu chegava na Sesau, como qualquer outro, eu tinha que sentar lá, esperar, tomar um chá de cadeira. Se chegasse um deputado, ele entrava na frente, se chegasse uma autoridade, entrava na frente, eu tinha que esperar o meu momento para ser atendido. Com todo Secretário sempre foi assim, eu nunca tive esse trânsito que estão dizendo aí, eu conhecia o pessoal da Sesau, mas meu trâmite era normal, chegar lá, sentar, dar meu nome e esperar para ser atendido. E muitas vezes não era nem atendido, voltava no outro dia, porque era um fornecedor, como qualquer outro.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Seu Edivaldo, ok. Quem fazia a contabilidade da cooperativa e como que se deu essa entrada? Tem uma empresa também, de nome Contad que faz parte do grupo da Coopebras, não é?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, não faz parte do grupo da Coopebras. A Contad é minha.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Não? Explique para a CPI então essa situação aí, por favor.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Primeiro repita a pergunta, por favor.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Essa questão dessa empresa que, possivelmente, faz parte do grupo da Coopebras, a Contad. Como é que ela entrou para prestar serviços a Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, eu já tinha uma Contad antes, em 1991 eu já tinha uma Contad. Eu tinha uma Contad lá em Manaus também. A Contad faz o faturamento do Estado, não tem nada a ver com Coopebras. A Contad é minha, eu e minha esposa, nós faturamos. Nós estávamos agora no exército aí, faturamos quase 3 milhões. A Contad é uma empresa independente que tem seus funcionários, tem 103 funcionários, CLT, tudo certinho e ela faz o faturamento do Estado. O que é que tem a ver com Coopebras? Absolutamente nada! Nem os médicos da Coopebras conhecem a Contad, ninguém sabe de Contad. A Contad pega o faturamento, ela passou... antes, o Estado faturava R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) por mês, depois que nós pegamos a Contad, em um ano, foi para R\$ 7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais). Eu cheguei para o Secretário e falei: o Estado aqui fatura bem menos do que o município..." citei até Feira de Santana, na Bahia, que lá o faturamento é maior que o Estado todo de Roraima. Isso era um absurdo! O que precisava mudar? Mudar o conceito dali, de dentro do hospital, porque o paciente chegava lá, saía e levava debaixo do braço o papel, aquele IH dele acabava não indo para o Sistema SUS e ele perdia. Aí eu chamei o Kalil na época e falei: "nós temos como fazer esse faturamento desenvolver" por que o que acontece hoje, é que estão levando o dinheiro do Estado. O Estado presta o serviço e não recebe do SUS, enquanto o hospital particular recebe. Eu já fui gerente de hospital, fiz o faturamento, fiz pessoas enriquecerem. Então, eu falei: "eu vou fazer, se quiser eu faço", mas o Kalil não quis. Depois eu consegui pegar o contrato, comprei a empresa e mudei o nome para Contad, porque eu já tinha uma Contad antes, entendeu? De 1991 a 1994. Eu fiz exatamente o faturamento aqui em Roraima, e o faturamento foi para mais de sete milhões, depois foi subindo, e ainda está pouco...

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Hoje ele orbita em qual valor, do faturamento, hoje, senhor Edivaldo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Hoje está em torno de 8 ou 9 milhões, só de AIH.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É né?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É. Mas podia estar em R\$ 15.000,00 (quinze milhões de reais), porque têm muitos procedimentos que o Estado não pode cobrar. Faz, mas não tem lá a ultrassom registrada, não tem a tomografia registrada naquela unidade, e aí você não pode cobrar do SUS. Isso é um trabalho que tem que ser feito, mas depois que entrou aí o Governo, nós não tivemos mais acesso. Orientamos, mas não fazem o que nós pedimos.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Mas isso aí é uma observação muito anterior ao atual Governo. Eu lhe pergunto, porque o Estado, que somos nós, realiza o atendimento do cidadão, que chega nas unidades hospitalares, e ali tem um custo. Então o que o senhor está dizendo é que, muitas vezes esse custo, ele não é reembolsado ao Estado via SUS, certo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Exato.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – E que o Estado está perdendo recurso financeiro?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Perde.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Perde, não é?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu tenho lá agora, esse mês passado, estava vendo, quase R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) que o Estado não recebeu e eu também perco, porque eu ganho percentual.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Qual é o percentual da Contad?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O percentual da Contad parece que era 7%, mas quando o Governo entrou parece que reduziu para 5,5%.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Mas qual foi a barreira assim, que o senhor encontrou, intransponível, para fazer o Estado ter esse ressarcimento, e evidentemente, a sua empresa também seria beneficiada com o aumento da receita.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nós estamos lutando. Por exemplo, esse mês lá, tem esse faturamento de quase R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), nós estamos tentando mostrar para o Secretário, pois com essa mudança de Secretário não é boa não. Quando estamos alinhando as coisas, vai e sai, aí... Eu tenho interesse por quê? Se em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões), eu vou ganhar quanto aí, vezes 5,5%, não é? Então eu tenho interesse que tenha o faturamento para o Estado, mas nós não conseguimos, porque muitas vezes o Secretário não dá muito valor, acha que não precisa disso, não precisa da Contad, que estamos fazendo um trabalho que um funcionário público pode fazer. Mas não vê como empresário, ele não vê o benefício que está trazendo. Infelizmente, o Governo, muitas vezes é assim.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Certo. Quem fazia, senhor Edivaldo, a contabilidade da Coopebras? Esses recursos que o senhor recebia da cooperativa, a título de remuneração como Vice-Presidente, que,

segundo o senhor Jorrimar, ele recebia um valor x e o senhor recebia muito mais que ele. Explique para nós como se dava seu pró-labore.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O pró-labore é igual. Agora, eu tinha uma diferença que era R\$240,00 (duzentos e quarenta reais) por cada cooperado. Como tem 500 cooperados, o senhor calcula aí, 500 cooperados a R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), dá R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – E isso aqui está no estatuto? Que eu não consigo encontrar.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, isso aí era desde o início que eu ganhava, desde o início quando começou a cooperativa. Só que era pouco, e aí a cooperativa foi crescendo, crescendo, e eu passei a ganhar mais.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Mas não tem escrito isso em lugar nenhum. Eu não consigo encontrar.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso aí é dinheiro da Coopebras, não é dinheiro de Governo. Outra coisa, eu pagava 27,5% de imposto de renda, e todos esses anos eu declarei no meu imposto de renda tudo que eu ganhei. Tudo que eu ganho eu declaro. Eu não tenho laranja na minha vida, tudo é em meu nome. Eu não tenho sócio em empresa nenhuma com ninguém, a minha sócia é a minha esposa. Eu não quero sócio não quero nada, quero viver assim porque eu já perdi muito dinheiro no passado tendo sócio, eu não tenho mais sócio, minha sócia é só minha esposa. Mas tudo eu declaro. Todos os meus bens... foi fácil a polícia pegar, todos os meus bens estão declarados, pois quando eles foram na minha casa, eles pegaram lá, e também pegaram aí no sistema, porque está o imposto de renda. Está declarado tudo o que eu tenho na minha vida. Eu estou tentando desbloquear com os advogados, está tudo bloqueado. Minha vida foi bagunçada, de tudo que você pensar. A minha vida foi bagunçada de todas as maneiras, documentos sumiram e eu tenho que procurar, tem coisas que a polícia levou e não anotou, é assim. A minha empresa está com a contabilidade precisando fechar, mas os documentos estão lá, porque levaram, entendeu? Infelizmente. Mas eu nunca roubei nada de ninguém, eu trabalho desde novinho. Tudo o que eu tenho na minha vida foi trabalhando. Eu tenho a Contad, eu tenho a Dendê, tenho outras empresas. Ah, 120 mil! Quem dera! Se eu faturasse 500, eu gero emprego, tudo que eu ganho eu invisto em negócios. Eu não tenho dinheiro nenhum na conta corrente, eu tenho é dívida em banco. Devo três milhões de imposto de renda na Dendê, devo mais de um milhão na Contad, de imposto. Então minha vida é uma vida de trabalho que gera emprego. As pessoas que me conhecem acham estranho essa situação que eu estou passando, mas Deus sabe, eu entrego na mão de Deus, porque tudo vai ser esclarecido. Eu agradeço a Deus por estar aqui, hoje, para poder esclarecer, porque na mídia as pessoas... a mídia não vai na Coopebras, ela não vai lá falar com ninguém, aí liga para os advogados, mas não vai na Coopebras perguntar nada, e aí divulga que não encontrou ninguém. A Coopebras está todo tempo de portas abertas, tem lá gerente, tem toda uma equipe, mas não perguntam, não vai lá perguntar, só divulga.

Eu passei 7 meses foragido, não foi fácil para mim, mas eu mantive meus negócios funcionando, mas é assim mesmo, se Deus quiser eu vou me recuperar.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É, porque foi justamente isso que nos causou estranheza, muitas coisas. Tipo, quando foi dito que o valor do seu pró-labore aí, nós não encontramos no estatuto, e ficamos nos questionando: ué, e onde surgiu esse valor? Isso aí é claro, esse dinheiro, o contrato da cooperativa com o Estado que remunera o seu quadro de servidores celetistas, seus empregados, e nós ficamos nos perguntando, justamente. E outro ponto que o senhor até tocou aí também, a cooperativa, já tinha a Contad, a Dendê, os geradores, então as suas empresas estavam ali, inseridas, dentro do sistema da Saúde Pública de uma forma bem profunda. Então, isso aí cabe a nós esclarecermos juntamente com pessoas como o senhor, que está aqui tendo a oportunidade de falar. Onde é que tá? Onde é que está escrito aqui que o senhor tem direito a x reais por cada um e tudo, para chegar ao valor de 120 mil?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Deputado, o senhor me desculpe, mas isso aí é problema interno nosso, da Coopebras. Isso aí não tem nada a ver com a CPI aqui, a Coopebras. Isso aí pode falar, mas isso é uma coisa interna da Coopebras. A Coopebras, dizem que ela tem um rei, me chamam de rei. A Coopebras não tem rei, porque ela não é monarquia, ela tem um conselho de administração, tem o conselho fiscal e tem a diretoria, e tudo era esclarecido lá, internamente. Eu pagava o imposto de renda e a despesa que eu tinha também era muita, e pronto.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É, nos cabe fazer essas indagações e esclarecimentos, justamente por se tratar de um dinheiro de origem pública, e aí nós temos que saber como esse dinheiro... Quanto recebia cada médico e os porquês, e também a questão da Coopebras, para podermos fechar essa contabilidade, porque o que nós não podemos é deixar

as coisas soltas. Realmente, o que nós ouvíamos falar é que o senhor era o rei da Sesau, o bam-bam-bam, que mandava na Saúde Pública do Estado...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, eu não mandava na Saúde Pública do Estado.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Diziam: o senhor Edivaldo é o que manda e desmanda na Sesau!

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, isso aí é só conversa.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É só conversa, não é, senhor Edivaldo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Dentro da cooperativa, sim. Eu chegava lá e tinha médico lá que queria fazer as coisas e eu dizia: “não pode ser desse jeito, tem que fazer de acordo com o contrato que nós temos aqui”. E eles me respeitavam. E eu garanto para o senhor uma coisa, hoje, para os médicos, só não para o Sindicato dos Médicos, que são uns 15 aí, poucos, mas os médicos não querem que a cooperativa acabe, eles me preferem eu ganhando R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) lá por mês e gerindo os contratos deles, do que eles ficarem ganhando hoje como está aí. Eu lhe garanto que eles querem. Eles vão lá e falam comigo: “Pô, não pode fechar a cooperativa, tem que continuar”.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – A época que o senhor Jorrimar foi presidente, ele sabia dessa questão, como se dava esse pagamento desse valor para o senhor?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sabia sim.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Sabia né?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ele diz que não sabia não, mas sabia.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Sabia né?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É, a gente também suspeitou que ele soubesse, como é que ele era o presidente e não tinha conhecimento do que acontecia.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É, eu não entendo isso.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É, nós estamos aqui para buscar essa verdade.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Só um minutinho, senhor deputado. Esse valor não é dinheiro do Estado: Ah, porque vinha do Estado! Não, mas tem a licitação, tem a taxa de administração, é dinheiro da cooperativa aí, não é nada com o Estado, o Estado pagou... Se falar do Estado, nós temos aqui, em 2018, a Coopebras pagou de multa por atraso, porque repassou o dinheiro atrasado, nós pagamos algo em torno de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) de multa e juros dos impostos. Em 2019 de novo; em 2020. Então tudo isso aí ninguém fala, é como se o dinheiro da Coopebras fosse todo para mim. Também não falam que a folha da Coopebras, o contrato era de nove milhões, oitocentos e pouco. A Coopebras pagava R\$ 6.200.000,00 (seis milhões e duzentos mil reais) de folha, recolhia R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) de impostos. A Coopebras recolhe imposto aqui para a Sefaz, recolhe para o imposto federal, INSS. Então, o que sobrava para a Coopebras não era o valor da nota, era 10%, hoje, 10% do valor da folha básica, do que o médico recebe, porque o médico recebe integralmente o que ele produz. Se ele produzir quarenta mil, ele receber R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e a Coopebras ganhava o percentual em cima do que o médico ganhava.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Sim. O senhor tem uma média de valor mensal da Coopebras?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Mais ou menos seiscentos mil.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Seiscentos mil?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Seiscentos mil.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – A Coopebras tinha alguma outra fonte, além desse contrato com a Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – É porque o que nos, realmente, deixou assim vendo de forma estranha, é que a cooperativa era formada justamente pelo senhor, seu irmão, sua esposa, então era uma empresa bem fechada com relação aos seus colaboradores.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Digamos assim, familiar?

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Familiar.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Olha só, como eu disse para o senhor, a Coopebras é uma coisa bem maior que isso, nada familiar. O Edilson, porque é uma pessoa muito competente no serviço que ele faz, ele trabalhava lá e eu o trouxe para cá por conta disso. Mas a minha esposa, por exemplo, ela é alheia a tudo isso, alheia mesmo. Hoje ela foi...estava foragida, prisão preventiva, mas ela não participava de nada aqui, era alheia a tudo isso.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Mas ela recebia o dinheiro.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Agora vou lhe falar porque ela recebia. Ela recebia por estar em Salvador, R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para tomar conta do escritório lá em Salvador. O que o escritório fazia? O escritório servia para quando chamávamos médicos, o médico ia lá e olhava. Porque, se o médico vai lá e vê uma “espelunca velha” não vai querer trabalhar, vai dizer: “Ah, o que é isso?”. Então lá tinha um escritório bem montado, tal e tal. Minha esposa é formada em administração, tem pós-graduação na Fundação Getúlio Vargas, é auditora da ISO. O senhor vê toda essa estrutura que tem na Coopebras de logomarca, de RH, que tem estrutura no HGR, tudo foi ela que criou. Ela vinha aqui com a equipe dela, passagem dela, tudo, e ela recebia um cheque no valor da diferença, por isso que falam em quarenta e tantos mil, mas ela ganhava, por Salvador, R\$ 6.000,00 (seis mil reais), e o serviço que ela implantava aqui, com o custo dela, ela recebia um cheque, que a polícia colocou o que ela ganhava e mais o cheque, então. O senhor vê que o relatório não bate. Ela recebia o cheque, era depositado na conta dela, mas tinha mais... Aí colocou lá que ganhava quarenta e quatro mil, pegou lá relação, por quê? Pegou lá no servidor. Lá no servidor tinha tudo. Terminava aquele aí colocava os cooperados, eu, o Jorrimar, as pessoas que eram cooperadores, aí dava o total para poder bater com o imposto. Quem fazia isso era a contadora lá no relatório. Aí a polícia foi lá copiou e colou, só fez algumas mudanças, e, infelizmente, deu tudo isso.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Nesse período de 2005 a 2021 que a Coopebras teve contrato com o Estado de Roraima, em algum momento desse, o senhor teve, passou por algum constrangimento de ser abordado por algum político para lhe exigir algum tipo de propina para que o contrato da cooperativa fosse mantido? Que nem disse o Secretário Ailton Wanderley, que é difícil equacionar a Saúde Pública porque existem muitos interesses políticos lá.

O senhor chegou a pagar alguma propina para algum político?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu acho que o senhor está me vendo hoje, assim, o senhor nunca me viu antes, não é verdade? Eu não conheço, não conhecia deputado, só pela mídia. Nós nunca tivemos nada com deputado nenhum. E quando chegava algum deputado lá para falar conosco sobre Coopebras, falávamos: “olha, nós não temos essa representação política aqui” o nosso negócio era trabalhar. Nós nunca fizemos conchavo, acordo com deputado nenhum, nunca. Por isso que nós duramos esse tempo todo, porque ninguém conhecia. Nós estávamos lá quietos, mas a partir do momento em que passamos a ser conhecidos, aí o senhor vê a mídia toda, aí começaram a falar “Edivaldo isto”, “O gangster” isso e aquilo, mas nada disso, somos pessoas que sempre trabalhamos corretamente, mas infelizmente... chegou um determinado momento da minha vida, vou fazer 60 anos, e veio tudo isso em cima de mim para me desmoralizar, mas nós não fazemos nada disso. Nós não temos acordo nenhum com deputado, me desculpe, eu sei que o senhor é deputado, estou falando assim, com político nenhum.

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Não, nosso objetivo aqui é justamente que se tivesse, o senhor dissesse quem são, porque cabe aqui esclarecermos para a população e sabermos realmente dessa questão de nós fecharmos, como o senhor disse, a contabilidade desses contratos. Se tivesse, o nosso objetivo era que o senhor não escondesse de ninguém, senhor Edivaldo. O senhor está aqui para nos ajudar, como cidadão, como empresário, como pagador de impostos, era dizer para nós. Se tivesse, esperávamos que o senhor dissesse. O senhor disse que não, então nós acreditamos no senhor, entendeu? Então, nosso objetivo aqui é justamente saber para onde vai o dinheiro do contribuinte, porque é fato que todos nós vamos precisar da Saúde Pública em dado momento da nossa vida, não é? E que a Saúde Pública seja de qualidade para todo e qualquer cidadão que venha precisar, porque nós estamos aí há mais de três anos sem cirurgias eletivas. A Saúde Pública do estado de Roraima... contrariando o que o senhor disse da cooperativa ser benéfica, eu particularmente não vejo assim, porque nós estamos há mais de três anos e as coisas só vieram piorando nessa última década. Muito dinheiro na Sesau e as pessoas reclamando todos os dias que não têm atendimento, não tem médico, não tem isso, não tem aquilo, é um furacão que recai sobre os ombros dos deputados aqui, tanto os estaduais como os federais, os políticos em geral, Chefe do Executivo, para que nós possamos contribuir, claro, para que nós possamos desatar esse nó, senhor Edivaldo, e nós tenhamos essa tão almejada, sonhada, saúde pública de qualidade.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu, senhor deputado, acho um absurdo roubar o dinheiro da saúde e deixar o povo sem saúde. Eu não concordo com isso, e nós nunca trabalhamos para lesar o erário público. A Coopebras nunca deixou faltar médico. Nós temos contrato com, por exemplo, Santa Maria do Boiaçu, que dá prejuízo para a Coopebras, Uiramutã, mas, no entanto, quando precisava do médico, ou ia de avião ou ia de voadeira de Caracará para lá, qualquer hora da noite nós chamávamos

o motorista para levar o médico lá em Caracará, Santa Maria do Boiaçu, e outros lugares. Nós nunca deixamos faltar médicos. Infelizmente, o Governo, a gestão, é que às vezes não compram medicamentos. Quantas vezes nós compramos medicamentos, material, às vezes tinham cirurgias programada e a cirurgia não ia ocorrer porque faltava pouca coisa e nós comprávamos. Com R\$ 10.000,00 (dez mil reais) comprávamos e mandávamos o material, porque tendo a cirurgia, o médico ganhava e nós também ganhávamos, mas não que fosse o interesse de estar ali fazendo coisa errada. Nós nunca fizemos nada de falcaturas, de coisas para beneficiar nem o médico, nem a cooperativa. Nós tínhamos um contrato muito bom, seria burrice da nossa parte fazermos isso. Para quê?

O Senhor Deputado **Nilton do Sindpol** – Senhor Edivaldo, eu agradeço sua presença aqui, ao senhor ter respondido nossas indagações. O nosso objetivo, como já falei em outras oportunidades, é o esclarecimento da verdade real. Então, Presidente Coronel Chagas, eu não tenho mais perguntas ao senhor Edivaldo. Muito obrigado.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu que agradeço, também, por estar aqui.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Com a palavra, a Deputada Lenir Rodrigues, para fazer os questionamentos que julgar necessários.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia. Quero cumprimentar o Presidente, cumprimentar o Deputado Nilton Sindpol, Vice-Presidente; Relator Deputado Jorge Everton; e o Autor da Proposição Deputado Renato Silva; deputados que estão on-line, Deputado Evangelista Siqueira. Eu sou a Deputada Lenir Rodrigues. Senhor Edivaldo, bom dia, bom dia a vocês.

Eu gostaria, senhor Edivaldo, de saber, se o senhor já tinha experiência anterior a 2005 na administração de cooperativas.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ok Deputada, bom dia. Sim, eu trabalhava antes em Brasília, no Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Eu era novinho e entrei lá com mais ou menos 20 anos. Eu fui treinado em São Paulo, na Cecresp, isso quando eu estava em Brasília, depois, vim para Manaus, transferido pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo e eu criei várias cooperativas em Manaus, no Distrito Industrial, e também, quando veio a Constituição de 1988, porque antes da Constituição, não se podia criar cooperativa de serviços. E eu fui o primeiro no Brasil a criar uma cooperativa de serviços, que foi criada aqui em Roraima em março de 1991. Quando saiu na Veja que criaram uma cooperativa em São Paulo, desse mesmo tipo, em 1991, em junho, o próprio Brigadeiro me falou: “Edivaldo, você criou primeiro!”, porque quando veio a Constituição, a Constituição permitiu que se criasse cooperativa. E eu entendia de cooperativa, eu sempre trabalhei nessa área. Então em Manaus eu criei a cooperativa dos anestesistas, cooperativa dos cirurgiões, porque eu tinha escritório de contabilidade em Manaus, criei a cooperativa dos ortopedistas, isso fora o Distrito Industrial; cooperativa de crédito, criei muitas cooperativas. É uma área que eu sempre dominei: cooperativas.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor disse que começou em 2005 e era realmente na gestão do Brigadeiro Ottomar. O senhor já o conhecia anteriormente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim. Eu conheci o Brigadeiro de 1991 a 1994, quando ele foi Governador.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Aqui mesmo em Roraima?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É, aqui mesmo. Eu cheguei aqui em 1991, agora fez 30 anos, em março.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Certo. O senhor colocou sobre a questão que tinha conhecimento sim do pagamento de cirurgias sob forma de plantão, e o senhor saberia precisar, mais ou menos, o período que começou esse procedimento?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Esse procedimento começou com o Dr. Kalil, como eu falei hoje, porque teve um mutirão de cirurgias, então era uma coisa...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então foi bem recente, agora no Governo da Dona Suely Campos?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Foi, começou esse mutirão, mutirão de cirurgias.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Quando o senhor falou sobre a Procuradoria-Geral do Estado, o senhor se sentia seguro com o parecer da Procuradoria-Geral do Estado?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Quando foi feito o contrato, foi para o Ministério Público de Contas, e no Ministério Público de Contas também tinha o Procurador do Estado lá na Sesau, lá tem uma Procuradoria. Então envolveu eles, o Ministério Público de Contas, o Procurador do Estado, também a Dra. Jeane na época, e estabeleceram-se regras sobre a quantidade de plantões que um médico podia ter, valor do

ganho que não podia passar de 50 mil, essas coisas...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Esses detalhes né.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Esses detalhes que foram cumpridos. O que aconteceu aí, foi que diziam que estavam fazendo procedimentos, mas o mutirão estava lá estabelecido por eles, para fazer mutirão de cirurgias...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Era um pedido da própria Sesau para a cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim. E o Ministério Público de Contas aprovou que podia ser mutirão, porque fica barato o valor e dá vazão na fila de pacientes que estão ali na espera da cirurgia.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Nós ouvimos aqui a Dona Oélia, e ela falou que a função dela era só pagar, só pagar, só pagar, mas eu gostaria de saber como eram os pagamentos dos profissionais, se pagava por um cartão específico, se era em conta corrente ou em cheque?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A maioria era em conta corrente. A Oélia se enrolou aqui quando a senhora começou a fazer perguntas, ela não soube responder, não sei por que, falou de notas...Bom, o cooperado, ele trabalha. Primeiro ele tem que se sentir seguro de que a cooperativa não rouba, se não rouba ele está se sentindo seguro, que tudo é certo ali. Depois que elabora a folha, tiram-se os impostos, tiram-se os adiantamentos que ele recebeu, porque, às vezes, vai lá e pega adiantamento, tira a pensão alimentícia, e tem o líquido. Desse líquido é feito uma relação bancária para ir para o banco e era aí que a Oélia entrava, para conferir se o líquido estava batendo com a folha, ela e o setor dela, conferia tudo e ela liberava. Ela era muito rígida nisso, mas o trabalho dela era mexer com essa parte de pagamento.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor, quais os procedimentos da cooperativa, que o senhor, de livre consciência, poderia fazer diferente para não estar nesse imbróglio jurídico que nós estamos vivendo hoje, observando aqui, envolvendo a Coopebras? O que o senhor acha que poderia ter sido diferente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu acho que faltou nós divulgarmos mais a Coopebras, porque a Coopebras só se preocupou em trabalhar. Tinha duas equipes para fiscalização, interior e capital, não deixava o médico faltar, não deixava o médico...se tinha médico, por exemplo, eles fiscalizavam lá em Baliza, aqueles lugares longes, mandávamos lá ver se os médicos estavam realmente trabalhando, se eles não estavam faltando. E muitas vezes nós pegamos alguns médicos faltando, que às vezes não iam para o plantão, nós puníamos, tirávamos, colocávamos outro, trabalhávamos sempre com seriedade. Mas a Coopebras não divulgava muito na mídia, e aí quando veio o novo Governo, começou a bater, e começou...A senhora imagina, a senhora é deputada, chega aí em plena pandemia, diz que a Coopebras desviou R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). Quem é que está lá, vendo um negócio desses que não vai condenar as pessoas? Então foi muito difícil para mim. Passei sete meses para explicar, para chegar lá no Ministro em Brasília, para conseguir um habeas-corpus, para provar que eu não sou ladrão, que eu não vivo roubando, eu trabalho, eu tenho negócio, tenho empresa, devo imposto, pago, recolho, gero empregos. Entre CLT e cooperativa somavam 900 pessoas, 500 na cooperativa e 400 de carteira assinada, CLT. Então tudo sob a minha responsabilidade. A senhora imagina, quando chega final do mês tem que pagar salário, pagar isso, pagar aquilo, vale-transporte, alimentação; é muita gente. Hoje caiu um pouco porque eu estou sendo bombardeado. Eu tenho a Dendê, então quando venceu o contrato da Dendê eu falei: “Olha, eu mantenho os preços de 2012 nas centrais” isso em 2018, mas preferiram colocar outra empresa, mais cara do que a minha. Eu também não falei nada, fiquei quieto, deixei para lá. E a Saúde a senhora vê aí que não tem ar-condicionado, a manutenção está péssima. Quando tinha a Dendê, você chegava lá e tinha o banco de sangue que não estava no contrato, mas nós fazíamos; o ar-condicionado tal que não estava funcionando, nós fazíamos, então, quando eu vi que começou a me prejudicar, que não tinha nada, não tinha argumento que eu fizesse, eu podia fazer dez páginas explicando tudo, aquilo ali não era nada, chegava lá e nem lia, aí eu me senti assim desmoralizado e falei: “deixa pra lá, que eu não vou mais cuidar” até em questão de ir atrás do contrato, eu disse: “deixa, corta, deixa acabar”.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor acha que foi levado a erro em algum procedimento realizado pelo poder público? E o que o senhor acha que não foi atribuição da cooperativa, e sim, do poder público da Sesau?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O comando, na verdade, a Secretaria autorizava. Então se tinha cirurgia, primeiro tinha um documento da Sesau autorizando. Tudo que a Coopebras fazia antes, era autorizado pelo Secretário de Saúde. E como a senhora sabe, nós estamos aqui, somos o contratado. Aí chega lá e o contratado diz: “olha, quero que façam esse e esse procedimento, tal, tal, tal”. Mesmo nós, às vezes, sabendo que não

era para ser feito daquele jeito, mas você acaba fazendo porque é uma emergência. A saúde não pode ser tratada como se fosse em outra secretaria, porque o pessoal está mexendo com vida, e precisa ser rápido, precisa agir. Às vezes, chega um paciente lá no Hospital Geral com, digamos, um tijolo na vesícula, um negócio bem grande que já está insuportável: “ah, mas o médico não tem mais teto para fazer”! Aí, o secretário me chamava e dizia: “olha tem que fazer essa cirurgia aqui, esse procedimento. Vai envolver dois procedimentos, um para tirar a vesícula e o outro para tirar as pedras que estão dentro da vesícula, dois médicos diferentes”. Mas eu dizia: “nenhum dos dois tem mais teto”, aí vinha um documento e eu chamava os médicos e falava: “olha, fique tranquilo que você vai receber, pode fazer, mas só no outro mês, nesse mês não dá mais para botar” e assim... não sei se eu respondi sua pergunta, mas eu quero dizer que...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – O senhor respondeu sim. Quero dizer que foi a primeira vez que nós vimos, eu tenho uma experiência grande também de gestão pública, mas foi a primeira vez que eu vi atribuição de vice-presidente... até o Deputado Nilton do Sindpol fez essa observação, que geralmente vice-presidente é para substituir o presidente, e na mudança de estatuto, vocês têm exatamente as atribuições que deveriam ser de presidente para vice-presidente, que era a sua pessoa. Então, por que se deu isso, na sua visão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso aí, desde que começou a cooperativa. Eu como vice-presidente, sempre tive bastante cargo dentro da Coopebras. Eu sou o mentor da cooperativa. Eu que criei ela com o Doutor Aírton Rocha de Souza. Dr. Aírton queria uma cooperativa que... foi criada no Sebrae. Mas eu sou um dos mentores da cooperativa, e eu sempre fui vice-presidente, porque tinha representante com todos os poderes, que é o presidente, mas médico não se importa muito com isso, eles querem trabalhar, ganhar o dinheiro deles na unidade, onde ele trabalha e tal. Mas para a senhora ter uma ideia, quando se fazia uma Ficha de Adesão, o presidente tem que ir lá olhar, porque ele é um médico, tem um diretor-médico para ir olhar a ficha, para ver o currículo do médico e é a maior dificuldade para eles irem lá fazer isso, para sentar e olhar a ficha. Então essa parte, eu lembro que uma vez estávamos precisando de médico na UTI do Hospital Geral de Roraima, e chegou um médico de Fortaleza, inclusive ele está aqui, hoje, trabalhando, mas na época ele disse que tinha experiência com UTI, e nós estávamos precisando. Então, eu olhei o currículo dele, que era dessa grossura assim, comecei a olhar e falei: “poxa, é muita coisa para uma pessoa que se formou há um ano”! Eu só olhando ali, porque eu ficava na cooperativa o dia inteiro, eu peguei olhei e olhei. Eu liguei para o Dr. Zé Pereira, falei: “Dr. Zé Pereira, chegou... conseguimos um médico aqui, que veio de Fortaleza e tem experiência, é intensivista, disse que trabalhava em Fortaleza. Eu queria que o senhor desse uma analisada no currículo dele”. Ele disse: “manda o currículo para mim”. Aí eu mandei, mandei levar lá, para ele olhar. Quando chegou na prática, ele não conhecia nada. Ele trabalhou uma semana só lá em Fortaleza como estagiário na UTI. Aí o Zé Pereira me ligou e disse: “esse filho da mãe não sabe nada, não pode! Ele nem conhece o equipamento tal e tal”. Aí, quando ele voltou, eu falei assim: “olha, doutor, não tem mais vaga na UTI, já entrou vaga, mas nós temos vaga no plantão do Hospital Geral de Roraima”. Ele disse: “não, eu não quero não”. Ele disse que não queria o plantão do HGR, e aí ele ficou por aí. Um dia ele foi lá com a Doutora Eugênia, que era Secretária de Saúde, e a Eugênia me chamou, quando eu cheguei estava ele lá. A Eugênia disse assim: “está aqui, achamos o médico que estávamos precisando”. A senhora imagina...eu dei um jeito, chamei a secretária, a Dra. Eugênia, para explicar, para vir lá comigo. Quando ela veio, eu contei tudo. Quando eu contei, ela disse: “poxa, eu vou rodar a baiana agora”! Eu falei: “vê como a senhora fala com ele aí”. Então, ela falou que não tinha mais a vaga e aquele negócio todo. Então quando eu estava na cooperativa, sempre procurei fazer as coisas corretas. Não tínhamos isso de favorecer médico, não tinha essas coisas. Infelizmente, hoje, está nessa situação aí.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu ouvi claramente quando o senhor falou sobre os profissionais que tinham a carga horária completa, tipo: tinha vinte horas mais quarenta horas. Mas mesmo assim, tinham contrato na cooperativa, e o senhor disse que isso aí não era muito problema de vocês. Por isso eu fiquei muito na dúvida, de qual era o procedimento que a cooperativa usava para detectar essa sobreposição de escalas. Porque eu analisei os autos, ano passado, no início do ano passado, eu e o Deputado Nilton, e o que nós vimos é que tem gente que recebeu plantão, mas estava em outro município. Então, como se dava essa frequência para fazer o pagamento? Porque foi isso que a Dona Oélia, falou: “eu fazia o pagamento, eu não sabia...”. Então alguém tem que saber. Já que o senhor era o mentor, era o que ficava lá dia e noite, eu quero saber como vocês faziam para detectar essa sobreposição de escalas. Não estamos aqui para criminalizar médicos, nada disso, nós queremos saber o porquê, se houve ou não pagamentos de forma equivocada. O dinheiro ia para a

cooperativa? Ia, mas era um dinheiro público. É esse o objetivo de nós detectarmos essa sobreposição de escalas.

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Olha só, pode até ter acontecido algum caso no passado de sobreposição na escala, mas é bom separar aqui plantão presencial e plantão de sobreaviso. Então, tem algumas especialidades onde o médico poderia estar de plantão em uma unidade -isso é caso raro, mas podia acontecer isso- e ele estar também de sobreaviso no HGR, como cardiologista, um exemplo. Então quando um paciente chegava ali, ele precisava sair correndo para atender o paciente, mas isso aí não é uma coisa...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Tipo, otorrino não é obrigado a ficar lá direto, só chama se tiver alguém precisando.

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Às vezes, um cara, chega lá engasgado e precisa tirar de imediato. Aí já tem uma equipe de plantão, de sobreaviso, são especialistas para atender Maternidade, HGR. Agora, em outro município, trabalhando lá e dando plantão aqui, eu acho difícil, pode ser até que tenha ocorrido, mas eu não conheço.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Mas será que isso também não aconteceu, com a história da... tipo no governo da dona Suely Campos, com a história da caravana?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, a caravana, quando foi feito o processo, colocaram mil plantões. Eu dei a ideia, falando, porque antes pagavam três mil, pagavam não sei quanto. Eu dei a ideia para o secretário, falei: estabelece um valor fixo para o interior na caravana. Tem um plantão no interior que não tem nada a ver com isso, estou falando do plantão que ia para as vicinais. Esse trabalho, em todos esses dois anos de 2019 e 2020, não foi feito pela Sesau. Então, aqueles que estão nas vicinais e precisam de atendimento: os ribeirinhos, esses não tiveram atendimento. O que aconteceu? No governo da Suely, esses plantões chegavam a oitenta por mês, mil por mês, orçado, mas esse plantão era R\$ 1.875,00 (mil e oitocentos e setenta e cinco reais) para o médico, porque o médico ia para o interior, levava a ultrassom dele, o outro levava equipamento dele, era problema deles, se quebrasse... não é que tinha aluguel de equipamento não, mas o plantão era maior por causa do deslocamento. Ele saía daqui para estar na vicinal tal. Ia no ônibus ou às vezes no carro dele. Então ele ganhava R\$ 1.875,00 (mil e oitocentos e setenta e cinco reais). Na época da Suely Campos...

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então senhor Edivaldo, pode ter acontecido esse fato dele estar na caravana... na verdade ele tinha que cumprir a carga horária dele aqui em Boa Vista, normal, e ele estaria na caravana cumprindo essa missão?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não existia isso. O que podia acontecer era assim, o médico estar no Hospital Coronel Mota, ele tem que atender quatro mapas de doze pacientes. Às vezes ele antecipava, trabalhava de manhã e de tarde para ir para a caravana naqueles dias, porque ele iria ganhar no plantão dele um valor maior. Geralmente, quando ia, eram dez dias, cinco dias, e não era qualquer médico que ia, nós tínhamos que adular o médico para ele ir, porque têm uns que gostam do interior e têm outros que não querem nem saber, não queriam participar. Então ele antecipava os pacientes dele, e ele ia. Não existe isso de ele estar aqui no Hospital Coronel Mota e estar lá. Outra coisa, volto a falar, na Coopebras o médico ganhava quatro horas, oito horas, doze horas, de acordo com a produção dele. A senhora pode pegar a nossa fatura na Coopebras, que a carga horária é coisa pequena, não tem. Hoje, na Sesau, o médico ganha quarenta horas, aí a senhora verifica: eu tenho dez médicos ganhando oito horas, dá oitenta horas, mas se eu pagar vinte horas para cada um ou quarenta horas; se eu pagar vinte horas para dez médicos, dá duzentas horas. Então é um absurdo! Nós pagávamos correto.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Edivaldo, esta CPI começou com uma denúncia do próprio Secretário de Saúde, Dr. Ailton Wanderley, falando da questão de influência de políticos no trabalho da Sesau. E eu lhe pergunto: o senhor já falou que está aqui desde 1991, e deve, com esses anos todos dirigindo, gerenciando essa cooperativa, conhecendo vários médicos... aqui quase todo mundo é parente, cada um é contra parente, não é? Eu gostaria de saber quais os políticos de Roraima com quem o senhor tem amizade e que puderam de alguma forma tentar ter prestígio, privilégios, com a Coopebras?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu não conheço político nenhum de Roraima, eu que tenho privilégio. Olha só, a minha vida...eu sou um crente, sou evangélico. Eu tenho um trabalho na igreja, que eu faço. Então final de semana, a minha vida é outra. Eu não tenho uma vida assim para... eu não ando em reunião, não ando participando de nada. Sou uma pessoa desconhecida nesse mundo de político, eu, realmente, não tenho esse conhecimento. Eu conheço vocês pela televisão, quando eu vejo lá, Lenir Veras, “essa, todo mundo conhece como deputada”, mas tem deputado aqui, que eu nem sabia que era deputado, eu não tenho esse relacionamento.

A Coopebras não precisava disso, ela tinha que fazer o trabalho dela, ela tinha um contrato e nós jogávamos duro para fazer o serviço, para não faltar médico, para fazer cirurgia. Se o governo tivesse se aliado a nós, eu lhe garanto que a saúde estaria muito melhor, mas muito. Infelizmente, quando começou o governo, eu fui lá com o Denarium, ele me recebeu umas três vezes, mas as pessoas que estavam lá dentro, me queimaram com o Governo do Estado. Começou a não querer ouvir o que nós falávamos. Eu queria assessorar, eu queria melhorar a saúde, porque eu tenho muitas ideias para que a Coopebras pudesse produzir mais, mas, infelizmente, pessoas lá dentro começaram a me descartar, porque queriam tomar os nossos contratos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Edivaldo, eu vejo assim, o senhor respondeu as minhas perguntas e nesse ponto, que é um dos principais, que é o objetivo mesmo da CPI... o senhor disse que nos conhece pela televisão, mas eu também não lhe conheço e não tenho amizade com Vossa Excelência. Mas assim, como o senhor passou tantos anos aqui, eu fiquei na dúvida se o senhor realmente não tinha amizade com nenhum político, porque eu não quero fazer juízo de valor. Mas vou manifestar assim, porque o senhor mesmo disse que foi lá com o Governador, duas vezes...

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Três vezes, fui tentar fazer alguma coisa, mas não consegui.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Isso, então... porque o senhor queria manter o contrato da Coopebras, não é?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso não era interesse. Eu fui... eu queria mostrar para ele que nós podíamos fazer uma boa saúde, principalmente, com um mutirão. Nós poderíamos pegar...porque as pessoas estavam ficando mutiladas aí. Às vezes quebram o braço e ficam ali esperando seis meses para fazer cirurgia, então tinha como fazermos, via Coopebras, e os médicos estavam ali, eles queriam fazer um mutirão, mas não consegui. Eu dou um exemplo, tem um policial da Civil, eu não vou dizer o nome aqui, que o filho dele caiu de moto e quebrou o braço. Ele foi lá comigo, na Coopebras, pedindo para eu ajudar, eu falei assim: “olha, eu não posso te ajudar, porque o governo não está fazendo cirurgia no momento, não tem cirurgia, mas eu posso te ajudar de outra maneira. Vende a moto do teu filho e eu converso com o Dr. Alexandre, do Lotty Íris, para ele fazer um valor menor na taxa de sala, nas despesas, contrato do médico tal e você irá ver que vai ser muito mais rápido e resolver tudo”. Ele fez. Depois ele foi lá comigo me agradecer, porque estava tudo certo com o filho dele, deu tudo certo na cirurgia. Então, têm pessoas aí que hoje não têm mais como emendar, o braço cicatrizou de qualquer jeito, está com o braço torto, só se quebrar de novo e fazer. Então, tem muita coisa que eu queria ajudar, mas infelizmente... talvez as pessoas pensaram que eu estava interessado no dinheiro e aí não quiseram minha ajuda nesse sentido, com a nossa experiência, com tudo, não quiseram.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Alguma vez a empresa... a fazenda Esmeralda Ltda, é sua e da sua esposa?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, é sim.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Alguma vez, essa fazenda recebeu créditos da Coopebras, na conta?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, o que aconteceu aí, é que podia ser cheque meu e eu colocar na conta da fazenda. Foi isso o que aconteceu, mas a fazenda receber crédito, não. Inclusive, a minha esposa fez 50 anos, e eu liguei para uma pessoa lá em Jequié-BA, falei: “eu quero te vender um gado, agora, porque eu preciso de um dinheiro e tal”. Ele foi lá comigo na fazenda e eu falei: “eu vou vender, porque minha esposa vai fazer 50 anos, vai fazer aniversário lá em Roraima, vamos fazer uma festa bem legal”. Ele é muito família, ele disse assim: “só por você ter falado isso, eu vou te pagar hoje mesmo”. Ele colocou o dinheiro na conta da fazenda. Esse cheque está na relação da polícia, como se fosse dinheiro da Coopebras. Eu vendi o gado, dei a guia, dei a GTA para ele, dei tudo, e hoje eu vejo o cheque como se fosse dinheiro da Coopebras, depositado na minha fazenda, na fazenda Esmeralda.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Certo, deixa eu lhe falar, vocês tiveram várias movimentações financeiras em 2017, 2018, do Fundo de Saúde, com origem do Fundo de Saúde. Essas maiores entradas na empresa de vocês, foi do Fundo de Saúde. E essas entradas não identificadas que nós não conseguimos ver de onde são, o senhor atribuiria esses recebimentos a quê?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A senhora está falando de quê? Eu não estou entendendo.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu estou falando que, analisando os autos, nós vimos que teve um nível financeiro muito alto, recebimento de valores, então, quase 30% do que foi recebido, sempre representava origem do Fundo de Saúde, então, realmente, era do seu contrato. E a sua empresa, recebia valor de algum outro lugar ou era somente do Fundo de Saúde?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A Contad, minha empresa, eu faturei de 2016 a 2020, R\$ 21.246.000,00 (vinte e um milhões duzentos e quarenta e seis mil), faturamento da Sesau e do Exército também, com quem eu tive contrato. Só a minha empresa, Contad, eu faturei R\$ 21.246.000,00 (vinte e um milhões duzentos e quarenta e seis mil), de junho de 2016 a dezembro de 2020. Então é o dinheiro que foi para a minha empresa. A Dendê... esse faturamento que estou falando aqui, foi aquele do Governo de Roraima mais o Exército. A Dendê, de 2014, que foi quando começou a fiscalização da polícia, de 2014 a 2020, a Dendê faturou R\$ 35.000,00 (trinta e cinco milhões). Então, eu tenho movimentação financeira para ter uma casa boa, para ter meus caminhões, tudo que eu tenho hoje está bloqueado pela Justiça, tudo como arresto de bem, para devolver dinheiro, sei lá, que foi criado uma dívida fictícia para nós. Então, eu tenho faturamento, não só essa, eu tenho outras empresas, eu vendo leite, eu tenho muitas coisas. Eu trabalho muito e hoje eu estou aí nessa situação, porque acham que eu não tenho que ter movimentação financeira, mas eu tenho, está aqui a prova.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Então, só para entender, além da cooperativa, o senhor teria suas empresas próprias, seria a Dendê, qual a outra?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Dendê, Contad... a Fazenda Esmeralda é a coisa menor.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Seria essas três fontes?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, eu tenho mais. Eu tenho a Dendê aqui e em Salvador também. Eu sou empresário, eu não sou funcionário público. Eu vivo do meu trabalho, eu devo muito. A Dendê deve hoje, uns R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) de imposto de renda, porque ultimamente eu só tenho gastado dinheiro com advogado, pagando conta, despesas demais. Desde de 2018 para cá, a minha vida tem desmoronado em relação a controle, tudo. Então a Dendê, hoje, eu devo três milhões de imposto na Receita Federal, a Contad, quase dois milhões.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Edivaldo, eu estou satisfeita.

Senhor Presidente, eram essas as minhas perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Passo a palavra para o Relator desta CPI, o Deputado Jorge Everton.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputado Nilton, Deputada Lenir e Deputado Evangelista, que acompanha *online*. Todos que nos acompanham e assistem pela TV Assembleia, *Facebook* e *Instagram*. Bom dia, senhor Edivaldo.

Eu queria começar por um dos questionamentos que a Deputada Lenir fez. Eu acho importante nós esclarecermos aqui para a CPI que a cooperativa iniciou no governo Ottomar, passou por dois governos, o do Anchieta, passou o final do governo do Anchieta com o Chico, depois a Sueli e o Denarium.

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Dois anos com o Denarium, dois anos e dois meses.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Exato. Foram vários governadores, alguns opostos a outros. A que o senhor atribui a permanência da Cooperativa, mesmo havendo essa alternância de poderes no Executivo?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eficiência na administração. A Coopebras, ela estava...a minha esposa é auditora do ESO, nós estávamos fazendo a gestão do ESO/9001, estávamos implantando na Coopebras. Quando colocamos o Pega Plantão, que hoje o Estado está usando, foi nosso sistema ali. Nós colocamos... estava modernizando tudo, então sempre estávamos procurando isso na Coopebras, na administração, nos recursos humanos, na estrutura, estrutura física, logomarca, tudo. E procurar o médico, receber corretamente, não enganar eles. Por isso que durou esse tempo todo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante esses governos, algum desses governadores procurou o senhor para fazer algum acordo financeiro ou privilégio financeiro?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nenhum.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor tem algum padrinho político ou algum senador, deputado federal ou deputado estadual que porventura abraçava a cooperativa?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tinha. Só um padrinho político, digamos assim, era Deus que me abençoava. Eu não tinha ninguém não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vamos ser precisos, porque já tem muito tempo do seu interrogatório, e eu quero ver se nós fazemos uma coisa mais rápida e eficiente para chegarmos a um entendimento. Responda: houve algum padrinho político, algum governador, algum senador, deputado federal ou deputado estadual, que beneficiou de alguma forma a cooperativa?

A Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Pelo contrário, sempre tive muitas pessoas que queriam tomar a Coopebras. Eu não tinha padrinho

político nenhum. Nós íamos lá, cara a cara, mostrava... o Ottomar mesmo, por exemplo, eu tive que mostrar para ele o custo e benefício. Ele era muito safo nisso, eu mostrei três vezes e ele não queria, falou que ia acabar com a Coopebras, e quando eu cheguei com ele e mostrei um dia para ele lá na CERR, eu mostrei o custo e benefício, a partir daí mudou, porque ele via números muito rápido, leitura dinâmica, ele ficou com a Coopebras. Eu passava o dia inteiro estudando o meu relatório, para chegar lá e falar em um minuto, era o tempo que tinha, um minuto, dois minutos.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O senhor, poderia explicar melhor... a contratação da cooperativa, ela foi contratada inicialmente para suprir a necessidade de médicos do Estado, para fazer esse vínculo de contratação direta. Como surgiu esse pagamento por produção ou não existia esse pagamento por produção?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não existia. O que existia aí, era que o médico trabalhava dentro da unidade do Estado, produzindo mesmo, ele estava produzindo porque ele estava ali com o mutirão, era um valor acertado antes. Então essa produção que falam “pagamento de produção”, eu tentei, nessa licitação de 2017, eu passei um ano tentando lá na Sesau, que o médico recebesse produtividade. Eles falaram que ia fazer, mas nunca fizeram. Mas o que fazia a produção a qual o senhor está se referindo, eram exatamente as cirurgias. O médico trabalhou, ele operou.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Deixa eu ser mais claro na minha pergunta. Não é que houve pagamento por produção. Chegou ao nosso conhecimento que um determinado secretário teria feito um acordo com os médicos de que todo pagamento que fosse ser feito por procedimento, iria ser determinado “x” horas de plantão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Nunca existiu isso? Como era efetivamente isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, pegava-se as cirurgias de ortopedia, de hérnia, de apendicite, algo que tinha, pois existia uma fila enorme. Então, o que ficou combinado? Quanto custaria essas cirurgias pequenas? R\$ 300,00 (trezentos reais). Calculamos, e o médico se convenceu que iria ganhar R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Diziam: “eu consigo fazer oito cirurgias, eu consigo fazer dez, mas quero a sala cirúrgica só pra mim”. Aí, outro médico ortopedista queria uma sala, então no Hospital Geral de Roraima tem “x” salas, aí separava ortopedia, hérnia, procedimentos de complexidade, e o médico fazia o procedimento lá, ele fazia as cirurgias e recebia em forma de plantão. Isso existia, mas o próprio Ministério Público de Contas concordou em fazer isso, disse que podia fazer com mutirão. O Ministério Público de Contas deu um parecer, dizendo que poderia fazer por mutirão, porque ficava barato para o Estado e tinha uma fila enorme, e tem, hoje deve ter uma fila em dobro.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Algum médico recebeu sem efetivamente prestar o serviço?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Qualquer médico que nós descobrissemos que estava recebendo, era cortado na hora. A Coopebras não trabalhava com isso, não precisava. Imagina que tem um contrato milionário, como dizem por aí, porque quando fala de um milhão, passa a ser milionário, se tem um contrato bom, para quê fazer besteira? Para quê fazer essas coisas para perder um contrato? Essas auditorias que tiveram, nenhuma comprovou nada contra nós, e o próprio Marcelo, como secretário, disse agora em 2021, que o contrato da Coopebras era um dos mais bens elaborados. Em 2020 ele disse que não encontrou nada errado no contrato da Coopebras. E nós continuamos, mas, infelizmente, quando venceu, não renovou mais por causa de pressão. Essa pressão aí, eu também estava foragido e não pude fazer nada, porque não podia aparecer, tinha que ficar escondido.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – A cooperativa possui algum fim lucrativo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Ela distribui sobras, todos os anos a cooperativa distribui sobras, menos nesses dois últimos anos que não, e está aí para resolver. Mas nos outros anos, os médicos quando chegava em março do ano seguinte, faziam uma assembleia e eles recebiam. Quem produziu mais, recebia mais, quem produziu pouco... porque na cooperativa tem médico que ganha dez mil, outro ganha cinco, outro vinte, trinta, quarenta, cinquenta, o máximo era cinquenta mil. Só na Covid que nós dispensamos a taxa, a Coopebras não ganhou nada para que o Governo pagasse o quisesse para o médico. Aí liberou para o médico ganhar, mas nós não ganhamos nada.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – As suas empresas, o senhor citou algumas empresas, elas possuíam apenas contratos com o estado de Roraima?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Por exemplo, a Dendê ela trabalha com muitas empresas aqui, nós também temos a matriz em Salvador, e lá não temos nada com o governo e aqui nós temos contrato

com o Governo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Essas empresas, elas têm relações em outros Estados, com outros tipos de negócios?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, eu tenho frete..., mas é a Dendê que tem lá em Salvador, a matriz é lá. A Dendê é mais velha que a Coopebras, ela tem 24 anos, fez agora, vamos fazer o aniversário dela aí.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Vou insistir nessa pergunta que a Deputada Lenir fez sobre as caravanas. Essas caravanas, elas eram organizadas por quem? Pela Coopebras ou pela Sesau? E essas movimentações nas caravanas, havia preocupação de checar se algum médico que estava de plantão, efetivamente, ele estava na caravana ou não estava, pois era obrigação dele, por já estar recebendo por aquele serviço. Não sei se o senhor...O senhor poderia me responder?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tenho sim. Como eu lhe disse, se fosse um médico especialista da área tal, por exemplo, um oftalmologista, que ele tinha que estar no Hospital Coronel Mota durante a semana naqueles três dias, tinha que fazer três mapas; na semana seguinte mais três, então ele antecipava os pacientes dele para aqueles dias, para que na próxima semana ele estivesse na caravana para o interior. Ele ia ficava lá uma semana, às vezes duas semanas, mas recebia o plantão de caravana, o plantão que no governo aí foi extinto. O governo encerrou o plantão, esses mil plantões, ele cortou. Não existiu caravana nesse governo agora, nunca existiu, não teve.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Algum médico fez alguma proposta indecorosa para que a cooperativa pudesse fazer algum acordo financeiro com devolução de recurso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso não, mas já teve médico que me fez proposta indecorosa. Uma certa vez, eu estava na cooperativa e um médico... nós temos um fundo, que é um Fundo de Apoio ao Cooperado para quando ele estiver doente. Então a cooperativa ajuda na recuperação dele, recurso próprio nosso, é depositado em uma conta do Banco do Brasil para cuidar disso. E o médico tinha um relacionamento com o Governador Anchieta, e foi lá com ele para que arrumasse R\$ 100.000,00 (cem mil reais) desse fundo, porque ele teve uma parada cardíaca, teve uma coisa no coração em São Paulo, não sei onde foi, ele gastou dinheiro lá. Ele foi lá com o governador, para eu arrumar... o governador me chamou para me falar: “ajuda o fulano, está aqui há muitos anos conosco”. Eu falei: “governador, o que ele quer é R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do fundo que nós temos na Coopebras e eu não vou arrumar para ele. O máximo que podemos arrumar é o valor do teto, porque lá tem quinhentos médicos, então o valor é quatro mil e seiscentos reais”, mas o dinheiro é nosso, não é dinheiro do governo. Ele disse: “você sabe o que faz?”. Quando ele chegou lá comigo, ele me esculhambou, disse: “você, que é o dono da cooperativa?”. Eu disse: “não é que eu sou dono da cooperativa, eu tenho responsabilidade aqui, e o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração irá ver se eu peguei R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e arrumar para você, para não ficar ruim para você, eu arrumo cinco mil, quatro mil seiscentos do fundo e mais quatrocentos reais de adiantamento, para ser descontado do seu próximo pagamento”. Ele não quis e foi lá e pediu cinquenta, foi lá de novo, no final acabou recebendo cinco mil reais e pronto. Mas nenhum médico fez proposta indecorosa para mim, porque sabia que nós não trabalhávamos assim. Nós nunca fizemos isso, nenhum um tipo de rolo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Chegou em minhas mãos um relatório da Polícia Civil, e eu não vou divulgar, porque eu não sei se está com restrição para haver divulgação, não é, Lenir? Se há sigilo no processo. Eu não sei se o advogado está aqui presente, não sei se está correndo em segredo de justiça.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Tem alguns documentos que estão em sigilo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então eu não vou fazer a leitura, para não violar esse segredo de justiça. Mas eu vou fazer uma pergunta, com base no próprio questionamento que a Deputada Lenir fez. O senhor, com alguma empresa sua, fora a cooperativa, recebeu algum recurso financeiro oriundo do Fundo de Saúde?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nunca. Existia um negócio de umas transferências...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Para a Dendê, Fazenda Esmeralda, para a Igreja Batista, o senhor recebeu algum recurso do Fundo de Saúde?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Porque, por exemplo, se eu tinha algum cheque meu, eu depositava onde quisesse, o cheque era meu, digamos do meu rendimento, mas a Coopebras nunca pagou para a igreja, nunca. A igreja vive dos dízimos, eu pago meus dízimos, mas isso não tem nada a ver com a Coopebras pagar dízimo para a igreja. Não existe isso.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então isso seria um

pagamento que o senhor teria recebido e teria feito depósito nessas contas. É isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu não sei do que o senhor está falando, mas eu...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – É porque eu não posso detalhar informação...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu estou entendendo. Eu nunca usei dinheiro para empresa, por exemplo...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu entendo que fica até difícil para o senhor responder, eu entendo doutor, perfeitamente, mas o senhor tem que entender que eu não posso divulgar para não ocorrer nenhuma irresponsabilidade.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu trouxe até aqui para mostrar para vocês, umas transferências que tiveram na Coopebras, valores altos, que era valor de novecentos e tantos mil, de um milhão e cem. Estão aqui os comprovantes que o dinheiro foi e voltou. Por que isso? A Coopebras tinha um processo de um médico, que inclusive o pessoal conhece, pois foi prefeito em Mucajaí, e esse processo chegava a mais de um milhão e meio. O advogado perdeu o prazo, e aí veio os bloqueios das nossas contas, ficou aquela ameaça: “vai bloquear, vai bloquear o nosso dinheiro”, e quando bloqueia, bloqueia tudo. Conversamos com a diretoria, para tirar o dinheiro da conta, para nós resolvermos isso com o advogado dele, e após resolver... aí nós tiramos, por exemplo, foi de 11 de abril, dia 16 voltou, está aqui e posso deixar com vocês, trouxe para isso. Dia 12 de abril foi para a Contad, cento e trinta e seis mil e depois mais um milhão e cem, mas no dia seguinte volta. Por quê? Porque, enquanto estávamos negociando com o advogado que ganhou a causa, nós estávamos tirando dinheiro da conta, porque senão podiam bloquear. Nós conseguimos negociar a causa por R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) e pagou mais o advogado. O advogado recebeu R\$ 100.000,00 (cem mil reais), o que estava fazendo esse acordo e o dinheiro voltou todo para a Coopebras. Não roubamos nenhum centavo. No relatório da polícia, eles colocaram tudo isso lá. A própria polícia disse que não entendeu o porquê o dinheiro ia e voltava, mas eu fiz o relatório, anexe os documentos, para mostrar que em nenhum momento... se quiser eu posso deixar aí com o senhor.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas entenda, a minha pergunta é se alguma dessas empresas recebeu alguma transferência direta do Fundo de Saúde para a conta delas.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nunca. Da Coopebras que está falando?

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Não.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ah, sim, recebeu. Dos serviços do Fundo Estadual de Saúde para a Dendê, por exemplo, é isso que está perguntando? Mas do serviço dela...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Isso. Para a Dendê, para a Fazenda, para a igreja, para a Contad...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Para a fazenda não, não. Para a Contad, sim, pelo contrato que nós temos com a Contad com a Sesau. O contrato com a Dendê, porque tinham dois contratos, Dendê Gerador e Dendê Ar-condicionado, ela recebeu dinheiro da Sesau, empenho, normal.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Do Fundo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Do Fundo Estadual de Saúde, porque o contrato era com o Fundo Estadual de Saúde, era com a Sesau. Eu trouxe os comprovantes, com os valores que foram recebidos. Nós recebemos do fundo...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Eu peço, Senhor Presidente, que a assessoria anexe aos autos esses comprovantes...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A relação de faturamentos...

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Bom, Presidente, sem mais perguntas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Evangelista Siqueira, pergunto se tem algum questionamento a fazer ao senhor Edivaldo.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, por favor repita, porque a internet falhou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pergunto se a Vossa Excelência tem alguma pergunta a fazer ao senhor Edivaldo.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Não, Presidente. Eu me sinto contemplado nas falas dos demais deputados.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Senhor Edivaldo, eu tenho algumas perguntas a fazer ao senhor. E eu vou procurar ser bastante objetivo. Quem comanda a cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A Cooperativa, como eu lhe disse...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – De forma bem objetiva. Quem comanda ela?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A equipe de direção da

Cooperativa. E eu estou junto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Eu estive lendo o Estatuto, porque a informação que nos chegou aqui é que, a figura do presidente, diretor-presidente, ela é meramente decorativa, e que quem efetivamente comandava a Cooperativa era o senhor. Nós fomos checar com informações e todas as que chegavam, era que quem efetivamente dava as cartas e quem comandava, era o senhor. Fomos verificar no estatuto e nos deparamos no estatuto que, quem tem efetivamente o poder da gestão é o vice-presidente. E o senhor, por coincidência, é o vice-presidente há muitos anos da cooperativa. Então nós verificamos lá que as atribuições do diretor-presidente são meramente de representação, de presidir a Assembleia Geral, de firmar contrato, porque assim exige, mas a parte da gestão de pagamentos, é do vice-presidente com o diretor financeiro. O diretor-presidente só assina com o senhor, procede?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas ele não assina com o diretor-financeiro?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Assina.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, mas é o que está no Estatuto. O Estatuto prevê no seu Artigo 34, se não me engano, que as movimentações financeiras serão feitas nas assinaturas, provavelmente dos cheques, de todo e qualquer pagamento de funcionários, médicos, contratos, aluguéis, enfim, a assinatura será feita pelo diretor-presidente mais o vice, ou o vice mais o financeiro. Mas o correto seria, o presidente assinar com o diretor-financeiro, correto? E só, eventualmente, o vice, na ausência do presidente, assinar com o financeiro. Não tem previsão no Estatuto da Cooperativa, de que o diretor-presidente irá efetuar pagamentos, assinando ele e o diretor-financeiro. Esse é o artigo 34, eu estou dando um exemplo de competência prevista no estatuto. E assim nós vamos verificar que as competências previstas para o diretor, vice-presidente, são... as competências principais da cooperativa ficam com o vice-presidente, esse é um ponto que chama a atenção da CPI, porque a figura do diretor-presidente é decorativa, está no estatuto, basta olhar os artigos 28 e 29. Vamos ler aqui: ao diretor-presidente compete representar a Coopebras em juízo e fora dele, assinar contratos, acordos, convênios, enfim, zelar pelos cumprimentos das leis do cooperativismo. Agora, vamos para o vice-presidente: fixar orçamento mensal, contratar e rescindir serviços de advogados, consultorias e assessorias. Isso deveria ser de competência do presidente. Contratar e demitir gerente, contador e técnicos especializados, acumular cargo do diretor-presidente, fixar orçamento mensal, semestral e anual às despesas da Coopebras, acumular cargos de diretor e presidente pelos impedimentos, de acordo com a letra A do parágrafo 9º do artigo 27. Ou seja, o que representa o afastamento ou impedimento do diretor, nos termos da letra A, parágrafo 9º do artigo 27, porque o senhor, efetivamente, assinava tudo e tomava todas as decisões, porque hoje o presidente reside em Rorainópolis, não é isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso representa uma ausência?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso foi decidido em assembleia, isso é de competência interna da Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E quem construiu esse estatuto?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Foi o Conselho de Administração. Ele foi feito por quê? Como lhe disse, o médico não tem tempo de ficar dentro da cooperativa...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E qual é o objetivo de tirar todos os poderes do presidente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não tiramos o direito.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O estatuto está dizendo e repassando para o vice-presidente, a ponto de o diretor-presidente não poder assinar, com o diretor-financeiro, os pagamentos, pois quem assina isso é o vice-presidente.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Quem assina é o presidente, com o vice-presidente, ou, então, o vice-presidente, com o financeiro. O presidente também assina, tem tudo no banco.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O vice-presidente pode assinar com o diretor-financeiro, ou seja, o vice-presidente pode efetuar pagamento sem conhecimento do presidente. Correto? Mas o presidente que é, em tese, quem deveria comandar a cooperativa, que não deve ter fins lucrativos, não pode assinar com o diretor-financeiro. Isso é esdrúxulo no contrato e demonstra que o poder de gestão não está com o presidente. Por isso que a gente fala que o presidente é uma figura decorativa, por ser médico, porque é uma cooperativa de médico e tem que ter presidente. Mas quem comanda é o vice-presidente. Isso é apenas uma observação. Então vamos para a primeira pergunta. Quantos familiares o senhor tinha trabalhando na cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tinha o Edilson, depois veio...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Edilson é seu irmão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim. Eu é que o trouxe. O Valdan chegou há pouco tempo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que ele é seu?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sobrinho. Ele se formou em Jequié, na Bahia. Ele veio para cá, não fui eu que chamei, aí o coloquei como analista contábil. Ele tem CRC e tal, mas depois vi as competências dele e tinha um gerente que saiu e ele chegou a ser gerente. A gerente saiu porque fez umas coisas lá e o Valdan assumiu a gerência.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. Qual o cargo do Valdan?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – De uns tempos para cá, ele passou a ser gerente da Coopebras e desenvolveu muito bem o trabalho dele.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E quem é o diretor administrativo-financeiro?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Maria Oélia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E antes dela? Ela ficou muitos anos lá?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Antes dela eu não sei. Já faz um bom tempo que está lá. A Oélia é uma cooperada fundadora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo, e quem mais? O senhor tinha Valdan, o Edilson, e a senhora Esmeralda também era funcionária?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É minha esposa, ela é cooperada fundadora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas ela é funcionária?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, ela recebia como cooperada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ela é médica também?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, ela é formada em administração, com graduação no FGV, auditora do ISO e outras coisas mais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas a cooperativa não era de médicos?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Nunca foi. A cooperativa foi criada no SEBRAE para médicos, bioquímicos, enfermeiros, tudo. Foi uma cooperativa não só de médicos...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A cooperativa que o senhor diz comandar tinha três familiares do senhor trabalhando na cooperativa, que é paga com o dinheiro público.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Pago com o dinheiro público, não. Pago com recursos da Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O recurso da Coopebras, qual era a fonte?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não importa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas a pergunta que estou fazendo: a fonte do recurso, de onde? A Coopebras, além do contrato com a Sesau, tinha mais outro contrato?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, o dinheiro era da nossa taxa de administração da Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor está defendendo uma tese que o dinheiro entra na conta da Coopebras, o dinheiro não é público, mas o dinheiro é público. Nós estamos investigando para onde foram os recursos públicos.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não é público. O dinheiro que entrava lá, a gente vendia o plantão para a Secretária de Saúde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O recurso é público. A fonte única de recursos da Coopebras é pública. A única fonte de recursos que o senhor falou antes...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A Coopebras é uma entidade privada.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por favor, me escute.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tudo bem!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A única fonte visto que o senhor não tem nenhum outro contrato é com o Governo do Estado, com a Sesau, não tem nenhuma outra fonte. Então, o dinheiro que vai para lá é público. Quanto a isso, não há nenhuma dúvida. Nós queremos saber o que foi feito com esse dinheiro público? Esse é o nosso objetivo. Agora, vou lhe fazer a pergunta: qual era o valor mensal aproximado... no início do Governo Denarium, a nota fiscal da Cooperativa que o senhor apresentava para o governo, quantos milhões de reais por mês?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O valor do orçamento da Cooperativa é de nove milhões e oitocentos e pouco por mês, bruto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nove milhões e

oitocentos e pouco. Isso é apurado a partir dos números de plantões tirados pelos médicos. Isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O máximo de plantões era de seis mil plantões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Se chegava a esse valor aproximado de nove milhões da nota fiscal, em razão dos plantões. Certo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Plantões, carga horária, essas coisas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Existia uma taxa de administração?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quanto por cento?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – 10%

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E essa taxa de administração era para a cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, se foi nove milhões...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não era assim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Explique esse cálculo.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Quando a gente pega a tabela, vemos que a taxa de administração é sobre o valor do que o médico produziu. Então, é o valor X e em cima do valor dele é que tem os 10%. Depois vem o PIS, CONFIS e vai gerar um valor de um plantão. A Coopebras ganha, o valor de faturamento da cooperativa gira em torno de seiscentos, setecentos mil por mês, porque não é em cima da nota. A Coopebras não ganha 10%...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, em uma nota de nove milhões e pouco, ficava para taxa de administração da cooperativa, pelo que entendi, em torno de seiscentos mil?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Seiscentos, seiscentos e cinquenta, dependia do mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então era descontado outras coisas, porque não era 10% bruto.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, é da nota fiscal.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Esses seiscentos mil reais, já que a cooperativa não tem fins lucrativos, era utilizado pra que tipo de despesas da Coopebras?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Despesas operacionais de todo tipo que o senhor pensar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos lá: folha de pagamento de funcionários, celetistas? O patronal ou já estava incluído...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, não tem nada a ver as nossas despesas com a Sesau com quem quer que seja. A Coopebras vivia do recurso dela.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Que oriunda de recursos públicos, se não o senhor não estaria aqui sendo ouvido.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Então, a minha empresa, a Dendê, depois que está lá, o recurso é público?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, seu Edivaldo, seria correto afirmar que, em torno desses seiscentos mil reais, a cooperativa sob o seu comando, já que os poderes de pagamentos eram do senhor, como vice-presidente e com o diretor-financeiro, era pra pagar folha de funcionários, aluguel de veículos, aluguel de imóveis, contadora, advogada, impostos, direitos trabalhistas, enfim, com esses seiscentos mil reais, perfeito? O senhor poderia dizer exatamente quanto é a folha mensal de funcionários?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Próximo de duzentos mil reais. Ai, tem encargos, um monte de coisa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Tem aluguel de veículos?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem aluguel de imóveis?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Quando estava em Salvador, tinha duas salas, minhas salas, que eu alugava para a Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Salas suas mesmas alugadas para a Coopebras?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, mas depois extinguiu.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E aqui tem algum imóvel próprio ou é alugado?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Alugado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E pertence a quem?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É meu. Sempre pertenceu a mim...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E quanto é pago de

aluguel?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Uns vinte mil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O daqui ou já somado com o de lá?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Só o daqui. O de lá acho que eram oito ou seis mil, não lembro bem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O daqui é vinte mil. A Cooperativa também tem uma empresa de contador contratada?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não. Tem contador próprio. Tudo dela.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tudo dela? Advogado....

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, é tudo da cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então já estão na folha de funcionários?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, advogado é separado. Tem também prestadora de serviço, tem outras pessoas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, vejo aqui que nós chegamos aqui a, no máximo, uns trezentos mil reais de despesas.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É mais do que isso. A Coopebras pagou de multa, juros, tudo quando o governo atrasa, tudo é custo para Coopebras. Tenho como exemplo aqui: em 2018, a Coopebras pagou só da folha de pagamento da Sesau, quando vem um Darf de um milhão e meio, um milhão e setecentos, se atrasa, 10%, 8% de multa, o tanto que for ali. É uma multa muito alta...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas esse Darf está incluído dentro desses seiscentos mil que sobra?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É tudo daí. Exemplo: em 2018 nós pagamos, a partir de maio, começamos pagar multa. Pagamos setecentos e nove mil; em 2019, pagamos seiscentos e quarenta e oito mil de multa; e em 2020, pagamos trezentos e sessenta quatro mil. Ai tem causa trabalhista, tem muitas coisas, muitos processos da Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Certo. Ainda dentro dessas despesas, a gente viu aqui no estatuto que há um pró-labore que se dá para os membros da diretoria.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor saberia dizer qual é o valor do pró-labore do diretor-presidente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – De oito a dez mil reais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – De oito a dez mil reais? Ok. E o vice-presidente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Parece que o pró-labore era de seis a sete mil reais. Era menos que o do presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Além desse pró-labore, o diretor-presidente tem mais algum vencimento? Sem contar as questões dos plantões....

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, não tem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o vice-presidente, tem mais algum vencimento?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu tenho. Eu ganhava outro valor. Eu tinha uma verba de representação, tudo que somado dá esse valor de cento e vinte mil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o presidente, que é a figura mais importante, não tem.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não sei se era mais importante, porque ele ficava mais em Rorainópolis tomando conta...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas antes dele tinha outro aqui.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eles não querem ficar dentro da cooperativa, administrando, tocando. O senhor pensa que é fácil tocar uma cooperativa com 500 médicos?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas quem deveria tocar a cooperativa não seria o presidente?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Bom, se ele quisesse ficar lá, tudo bem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então esse valor que chega a cento e vinte mil que o senhor informou, ele era calculado a partir...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Da quantidade de cooperado. Eu não ganhava isso no início, foi aumentando porque foram aumentando os cooperados e tal...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o senhor informa que esse valor de cento e vinte mil era calculado a partir dos números de cooperados que tinham contratos e prestavam serviços de plantão?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A gente tinha 600 cooperados e tinha mais ou menos, ativos, 500.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E onde está previsto isso, de que o vice-presidente receberia esses valores? Está no estatuto? Está

em outro documento?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Está previsto na reunião da diretoria.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem alguma ata que consta isso ou foi uma decisão do vice-presidente?

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Presidente, isso não é objeto da investigação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É objeto da investigação.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – É objeto de investigação o salário dos funcionários?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Doutor, o senhor não está autorizado a falar. O senhor pode orientá-lo.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Eu sei, só estou informando que não é objeto...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por favor, corte o microfone do doutor. O senhor está aqui para orientá-lo. O senhor pode sentar ao lado dele, falar para ele, mas responder por ele o senhor não pode.

É objeto da CPI. Estamos investigando mais de 40 contratos, investigando o recurso público. Tudo isso que é pago, tudo isso provém de uma fonte, recurso da saúde do nosso Estado.

Corte o microfone do advogado, ele não está aqui para fazer isso, ele tá aqui para orientar o seu cliente.

Então não tem previsão nenhuma. Senhor Edivaldo, pelo que entendi, foi uma decisão do vice-presidente se autorremunerar com um valor X. O senhor falou o valor antes por cada cooperado, qual é o valor?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não vou responder isso, porque é uma coisa interna da Coopebras. Por isso não vou responder.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pode ser interna, mas o dinheiro é público.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não é dinheiro público.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – É público. Pode ser até uma tese para sua defesa, mas o dinheiro é público.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Desculpa eu falar para o senhor: então, toda empresa que o senhor investiga, que recebe do governo o dinheiro é público?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nós queremos saber para onde vai o dinheiro. O dinheiro público, nós queremos saber para onde vai.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Uma entidade privada não tem mais autonomia para administrar seus recursos?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem autonomia, desde que de forma legal. Uma cooperativa, não tem previsão de pagar ao presidente e vice-presidente, a quem quer que seja, um valor específico por números de cooperados. Não tem. E o dinheiro é público.

Vou lhe perguntar mais uma vez: esse valor que chegava a cento e vinte mil reais bruto, que o senhor informa que foi feito a partir do cálculo de números de cooperados, ele teve alguma assembleia geral que deliberou isso? E colocou em ata isso para que pagasse ao vice-presidente isso?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso é uma coisa interna não vou responder, a diretoria sabe...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Muito bem. Fica consignado que o interrogado se negou a responder alegando que era questão interna.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O dinheiro, eu informava à Receita Federal tudo que ganhava.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A cooperativa, nesse período que o senhor ficou como vice-presidente, ela fez alguma transferência para empresa na qual o senhor é titular?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Entreguei aí todas as transferências que foram feitas. Foi só em um período de bloqueio...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor falou aqui de uma transferência de um milhão e meio que fez para evitar o bloqueio para empresa Contad, se não engano.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Foi. Contad e Dendê. Entreguei todas as transferências.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Da Contad, o senhor falou em um milhão e cem. Mas consta no relatório da Polícia Civil que houve transferências na ordem de R\$ 4.509.169,36 (quatro milhões quinhentos e nove mil cento e sessenta e nove reais e trinta e seis centavos) no período de 2014 a 2019. Essa diferença de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) para um R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não é só R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) está aqui, desculpa aí, mas...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então todos esses valores foram para a Contad e retornaram. O senhor está afirmando?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Toda. Está aí no documento, a entrada e saída.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não chegou às minhas mãos, ainda não tive tempo para analisar.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Se for somar vai dar muito mais de quatro milhões. São várias transferências que ia e voltava. Se somar vai dar outro valor, mas o dinheiro foi e voltou, dentro do período.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Vamos analisar depois. A Contad teve aqui, no período de 2014 a 2019, como falei, mais de quatro milhões de transferências.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A Contad não existia nessa época. A Contad existiu em 2016.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, eles fizeram análise da quebra do sigilo bancário dessa empresa e do período, e em análise, foi no período de 2014 a 2019. 2016 está dentro desse período, o valor de R\$ 4.509.000,00 (quatro milhões e quinhentos e nove mil reais), a Dendê R\$ 8.472.000,00 (oito milhões e quatrocentos e setenta e dois mil reais), a Fazenda Esmeralda R\$ 777.000,00 (setecentos e setenta e sete mil reais) de transferência. Uma Igreja...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Desculpa aí. Isso não era transferência, era cheque. Às vezes eu pegava o meu cheque no valor que recebia e depositava na conta que eu quisesse, podia depositar na conta da Fazenda, mas não é transferência. A Coopebras não fazia transferência para a Fazenda. Transferência é outra coisa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Também há cheque, transferência, depósito, enfim, para a Igreja Antioquia, de R\$ 142.980, 51 (cento e quarenta e dois mil novecentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos).

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso aí era o que depositava, mas não era da Coopebras. O dinheiro era meu. Eu recebia um cheque e queria depositar tanto na conta da Igreja. Eu botava lá.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O que consta no relatório da Polícia Civil, salvo melhor juízo, que foi dinheiro da cooperativa para essas empresas que estou falando.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, é assim. Por exemplo a Esmeralda recebia um cheque dela e ela colocava na conta da Igreja ou onde ela quisesse. Essa é a confusão que está acontecendo aí...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Posso estar equivocado, parece que o senhor misturava, pelo que está falando, cooperativa, Contad, Dendê, Fazenda Esmeralda, a contabilidade...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não misturava, a Contad tem o faturamento dela, a Dendê tem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu estou informando ao senhor que tem um relatório do inquérito da Polícia Civil que informa que saiu dinheiro da conta da cooperativa para as contas dessas empresas que, por coincidências, são empresas controladas ou de sua propriedade, sociedade, enfim: Contad, que pertencia ao Senhor Edivaldo e Senhora Esmeralda; Dendê, que pertence ao Edivaldo; Fazenda Esmeralda, Edivaldo; Igreja Antioquia, fundada pelo Edivaldo. Então são essas informações que constam no relatório de que seria dos recursos públicos que entrou na cooperativa e teriam ido para a conta dessas empresas. O senhor está informando que pelo menos de R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais) foram e retornaram. Esses valores todos também foram com esse objetivo, de tentar burlar o bloqueio?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, vamos separar a Igreja. Antes de ter a Igreja eu já era missionário. Fui missionário na Guiana Inglesa, Suriname, Curaçau, Caracas. Morei no Panamá uns dois anos, fazia “Belise”, aquela área da América Latina. Depois fui para a Inglaterra, morei em Liverpool por muito tempo, e não existia Coopebras. Depois fui para Gana, na África. Então, tenho trabalho na Igreja e dou meu dízimo. É uma coisa minha, social, que faço, não é dinheiro da Coopebras...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, esses R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte mil reais) é um dinheiro seu?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É meu.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Era isso que queira saber. O dinheiro é seu, não saiu da conta da cooperativa, saiu da sua conta para a conta da Igreja?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É meu. Por exemplo, eu recebo um cheque desses 120.000.000,00 (cento e vinte mil reais) que eu recebia...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pegou o seu pró-labore, seu salário e depositou lá?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito, entendido. Agora, há informação também nesse relatório, juntado aos autos, de que houve transferências da conta ou saque em dinheiro, cheque ao portador, da

cooperativa para sua conta no valor de R\$ 17.182.601,94 (dezesete milhões cento e oitenta e dois mil seiscentos e um reais e noventa e quatro centavos). Como o senhor esclarece?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu desconheço isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – No período de 2014 a 2019.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eles estão fazendo, como mostrei nesse relatório, são vários valores saindo e voltando, e se somar tudo dar um valor... têm várias transferências. Eu somei aí, mas a polícia deve ter somado, até achou estranho essas transferências indo e voltando, mas somou e vai dar cinco milhões. Mas não foi cinco milhões, nós queríamos tirar o dinheiro para não bloquear, tirava e colocava quase dois milhões.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas isso não foi em um caso onde teve tentativa de bloqueio e mandaram para a Contad? Ou teve outras situações?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não teve, foi só essa situação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Isso justifica transferir R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais).

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não foi só esse valor. Se somar os valores transferidos, vai dar uns R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) porque vai e volta. Entendeu? Mas o valor da transferência era em torno de R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), que era o valor do bloqueio, que queriam bloquear nosso dinheiro.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. R\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais), mas para a Contad, especificamente, segundo o relatório da Polícia Civil, foram R\$ 4.500.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) e para a Dendê R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais).

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, é porque tá somando. A Polícia Civil somou as transferências. A Coopebras não fazia transferências. As únicas transferências que foram feitas são essas aqui, abril, maio. Começou em 11 de abril e terminou 29 de maio, e foram feitas várias transferências: R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), foi e voltou; R\$ 136.000,00 (cento e trinta e seis mil reais), foi e voltou; R\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais), foi e voltou; R\$ 590.000,00 (quinhentos e noventa mil reais), foi e voltou; R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), foi e voltou; R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais), foi e voltou; R\$ 670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais), foi e voltou. Por quê? Mandou e depois trouxe o dinheiro depois que resolveu a situação, mais 500, e se somar isso dará um bocado de milhões, mas o dinheiro voltou.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Vamos fazer o encontro depois, de depósito e transferência de retorno. Pode chegar a 5, sete milhões, mesmo assim, há uma diferença muito grande 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) na Contad; para a Dendê e Esfrier R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais); Fazenda Esmeralda R\$ 1.077.000,00 (um milhão e setenta e sete mil reais); saques ou transferências para sua conta pessoal de R\$ 17.982.000,00 (dezesete milhões cento e oitenta e dois mil reais)...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não existem essas coisas, porque, assim... quando fazia a folha tinha médico que dizia: “eu não quero que neste mês o meu pagamento vá para a minha conta”. Outro chegava e pegava o cheque dele e colocava nominal à Coopebras para receber o dinheiro lá, porque ele não queria que, naquele mês... então todo mês tinha essas coisas. E antigamente também, 2014, 2015, os pagamentos era feitos cheques. Por exemplo, fazia o Darf, fazia o cheque, ia ao banco, o banco autenticava o cheque como cheque pagamento, pagava o Darf. Já gora em 2017, 2018, começou o sistema *on line*, que a gente paga dentro da Coopebras, a gente paga R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) já tem imposto limite para pagar, mas antes não era assim, fazia o cheque nominal à Coopebras, levava o Darf. Lá no estrato da conta consta como saque, cheque pago em dinheiro, mas o dinheiro não foi para a conta Coopebras, o dinheiro era para pagar o imposto anexo, só que no estrato bancário consta cheque pago: tantos mil reais, cheques grandes. Esse é um dos problemas que está acontecendo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E o cheque era em seu nome?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, nominal à Coopebras.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu estou querendo entender esses 17 milhões.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Eu não sei também, mas o que aconteceu aí era que eu levava o DARF, eu não, o boy levava um Darf, pagava o Darf com aquele cheque; no outro dia, era Inss, imposto estadual, PIS...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A cooperativa tinha que pagar esses impostos? Emitia os cheques?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim. Fazia o cheque, deixava em anexo: dia 25 recolhe esse; dia 20 recolhe esse aqui; dia 30 imposto estadual. Antes era assim: levava no banco o Dare e Darf junto com o cheque. A partir de 2017, já começou a pagar eletronicamente, não precisava mais mandar cheque para o banco. Antes era tudo pago em cheque, distribuição de sobra, tudo se fazia, 600 cheques e hoje não faz mais, se lança na conta. Então há uma confusão muito grande, porque ficou assim parecendo que recebesse milhões, todo dinheiro da Coopebras parece que não paga imposto, não paga nada, simplesmente para o Edivaldo, e para os médicos que recebem os valores deles, o resto para o Edivaldo, porque são muitos milhões. Se eu tivesse recebido 17 milhões, se tivesse recebido tanto dinheiro assim, eu não estava devendo três milhões de imposto na Dendê, dois milhões de imposto na Contad. Estamos inadimplentes hoje com os impostos... não estou entendendo onde está o dinheiro, virei o vilão da Coopebras, não existe imposto, só dinheiro para Edivaldo...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Eu vejo, seu Edivaldo, na melhor tentativa da verdade, que o senhor misturava muito as questões das empresas suas com a cooperativa. Ao transferir recursos para a cooperativa, para as empresas devolverem, enfim. E aí é a mesma coisa de uma empresa pequena, em que o proprietário, às vezes, tem que pagar coisa pequena e o proprietário tira do bolso dele, da pessoa física, para pagar da empresa, depois não entra na contabilidade e gera uma confusão muito grande. Pode ser que o senhor tenha cometido esses atos parecidos com esse e que tenham gerado essa confusão aí na contabilidade. Procurando, na melhor das hipóteses, uma resposta a isso.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – O Senhor imagina o seguinte: em março de 2019, todo o nosso dinheiro da Coopebras, dois milhões e pouco que temos no fundo, foram bloqueados. O Ministério Público bloqueou o dinheiro da Coopebras. Você sabe o que é chegar no outro dia na empresa e não ter um centavo na conta, uma empresa que movimenta dez milhões por mês! Fui ao Banco do Brasil pegar empréstimo e não conseguir, fui ao Santander pedi 200 mil emprestado, e o Santander disse: olha, eu te conheço, sei que não vai...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Senhor, pessoa física?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, Coopebras. Eles arrumaram 700 mil para a Coopebras, depois pegamos mais 400, se não fecharíamos as portas porque não tinha dinheiro para nada, e nós conseguimos manter a cooperativa aberta. Eu avalizei o valor da operação junto com minha esposa. Tínhamos que avalizar porque era casado, foi uma coisa emergencial. O Banco do Brasil não quis arrumar por causa do bloqueio. Foi quando a polícia foi na minha casa, pegou a arma, aí veio o bloqueio. No outro dia cheguei na Coopebras e não tinha um centavo na conta, não tinha para pagar nada, nem adiantamento para o médico, e fui pedi no Santander 200 mil para a cooperativa, e ele me arrumou 700, depois mais 400. Pagamos depois que o dinheiro saiu, mas levou um ano para o dinheiro ser desbloqueado. Já foi muito sofrimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Seu Edivaldo, a sua esposa, o nome dela é Esmeralda?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Esmeralda.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Qual era o vencimento dela?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Ela ganhava para ficar em Salvador, para atender o escritório de lá. Esse dinheiro era creditado na conta dela, no final do mês. E o trabalho que ela fazia de vir aqui final do mês, montar toda essa estrutura com a equipe dela, tudo por conta dela, ela recebia...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas que serviço ela fazia aqui? O senhor não tinha a cooperativa, toda uma equipe?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Toda uma estrutura de RH...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Todo mês ela vinha aqui?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Todos os meses não, mas ela sempre vinha ...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E esses quarenta e cinco mil que eram creditados na conta dela, eram para essas despesas. Certo?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não eram creditados; era feito um cheque no valor do serviço que ela fazia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O senhor poderia enumerar esses serviços para justificar essas despesas fixas de quarenta e cinco mil/mês?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não era esse valor; era de trinta e poucos mil mais seis mil que ela ganhava fixo.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ela ganhava de salário seis mil, fixo...

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Salário, não. Ela ganhava como produção de cooperados, com recursos próprios da cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Produção, o senhor falou?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim, porque ela era cooperada-fundadora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, mas quem é cooperada... queria entender essa produção.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Tem serviço prestado, que são as pessoas que prestam serviços que não têm vínculo com a cooperativa. Mas, ela é cooperada e como outros que estavam na fundação da cooperativa. Entendeu?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tinha mais alguém que tinha esse vencimento, como o senhor, por número de cooperados, e a sua esposa, que recebia essa espécie de acréscimo, esse *up grade* no vencimento, sem ser médica, em razão dos plantões?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, não tem.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Só o senhor e sua esposa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Acho que a Oélia recebia também uns R\$ 6.000,00 (seis mil reais). Ela recebia porque ela era cooperada e ficava ... de seis a oito mil.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas esse não era o salário fixo dela ou ela recebia além do salário?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ela tinha o pró-labore porque ela ficava fora do horário, que é como se fosse uma espécie de hora extra, porque ela ficava fora do horário, produção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esse é um valor bem baixo em comparação ao senhor e a dona Esmeralda, não é? Mas era um acréscimo. O senhor poderia nos informar se a cooperativa efetuou pagamento a clínicas particulares através de valores de plantões médicos aos donos dessas clínicas?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, a gente não trabalhava assim. O que acontecia é que tinha médicos, algumas especialidades, pouquíssimas, porque o governo, quando atrasava o pagamento, o médico suspendia o atendimento. Ele, também, às vezes, era dono de alguma clínica, de alguma coisa e aí ele era cooperado. Em alguns casos, coisa excepcional mesmo, alguns exames que não tinha como fazer e para fazer a cirurgia era necessário se fazer o exame. O secretário autorizava aquele médico a fazer aquele procedimento e a gente pagava para ele com a quantidade acertada, tipo: dava x reais, nós dividíamos em plantões e pagávamos. Mas quem autorizava isso era o secretário de saúde com documento, com ofício. Não era a Coopebras que queria, até porque para nós não interessava, isso não gerava lucro. Nosso negócio era outro, eram os plantões, carga horária e não exames médicos. Isso acontecia porque era necessário para a realização de cirurgias. Como o governo atrasava e a Coopebras não, ele ia e fazia conosco depois que o secretário autorizasse, mas esses casos raros. A Coopebras não tinha interesse nisso. Isso não gerava lucro para nós, era simplesmente para desafogar a Sesau, porque tinha pacientes precisando fazer.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas, com todo respeito, uma cooperativa não tinha que visar lucro, não é?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Não, distribuía todo o ano.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Quando o senhor fala, parece que o objetivo era gerar lucros.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A palavra correta seria sobra, eu não falei.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Seu Edivaldo, em algum momento houve pagamento de cargo de chefia dentro da estrutura da Sesau, através de plantões pela cooperativa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Os médicos que trabalhavam, por exemplo, diretor do Hospital Geral, então, existia uma escala para que ele ficasse, por exemplo, se acontecesse um acidente e ele está lá na cama dele, ele teria que sair para ir lá resolver.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas isso é um plantão de sobreaviso.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ele já ganhava de sobreaviso para isso. Então chegava no mês ele já tinha a carga horária dele, aí ele tinha mais x plantões porque ele trabalhava durante a semana, porque o estado só tinha quarenta horas. Quarenta horas eram três plantões, mais as horas que ele fazia de ambulatório, dava as quarenta horas, então o restante ele dava plantão. Aí tinha o plantão de final de semana, tinha os sobreavisos a noite para esse diretor, por isso que dizia que ele recebia no cargo dele, mas, na verdade, ele recebia pelos plantões que ele estava disponível para a unidade, para esse cargo no HGR. Para os outros, esse valor era tão pequeno, 3, R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), que colocavam ali plantões de sobreaviso para o médico encarregado, responsável pela sua especialidade. Aí tinha escala de plantões que o médico cumpria, sobreavisos ou presencial, e ele recebia, aí que chamam como se fosse o cargo dele, como se ele estivesse recebendo

pelo cargo. Mas se não estivesse aquele médico ali, quem é que iria fazer a escala? Quem é que iria administrar aquele setor, aquela unidade? Digamos, o trauma. No trauma tem um médico que cuida do trauma, então esse médico ganhava para ser...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas isso era uma função administrativa, o diretor do trauma.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Mas não é diretor do trauma, porque tem administrativo lá, estou falando dos médicos, de cuidar dali das partes dos médicos.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Que eram pagos através dos chamados plantões.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – De sobreaviso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, além da escala de plantões que o médico tinha, de vinte no mês, alguns recebiam outros plantões por conta dessas atribuições a mais.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Certo, uns eram de vinte, outros dez, cinco.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, claro, tem o número aqui de forma hipotética. Porque, na verdade, a Secretaria de Saúde deveria ter uma estrutura orgânica contendo esses cargos que deveriam ser comissionados, de chefia. Isso era pago, então, de forma disfarçada, de plantão, para manter o profissional lá com essa responsabilidade.

Eu pergunto se mais algum deputado tem mais algum questionamento a fazer. Retorno a palavra à deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ouvindo o depoimento do senhor Edivaldo a Vossa Excelência, senhor presidente, eu tenho algumas perguntas a fazer. Senhor Edivaldo, logo no início do seu depoimento aqui, o senhor falou que tinha algumas pessoas aqui que são seus parentes: Edilson, que é seu irmão, e Valdan, que era seu sobrinho, mais a dona Esmeralda, que é sua esposa, não é?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Sim

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Eu gostaria de saber o grau de parentesco do Senhor Assis Paulo da Silva com sua esposa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – É cunhado, mas ele não faz parte da cooperativa.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ele não fez parte?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ele fez parte do conselho fiscal, porque ele é cooperado fundador, lá no início.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Pois é, eu exatamente analisei os cooperados fundadores. Então ele consta lá como cooperado fundador. Outra pessoa que eu vi como cooperada fundadora é a dona Leurinéia, que era funcionária da Contad. Leurinéia Gomes Pereira era funcionária mesmo da Contad?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ela foi da Contad em 1991, 1992, 1993 e 1994.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, aí ela participou como cooperada fundadora também?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Quando foi criada a cooperativa, eu a convidei a participar lá no Sebrae e ela foi.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Sim, certo. E essa senhora Maria Costa Menezes também constou como cooperada fundadora. Ela é o que para a sua esposa, dona Esmeralda?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Na época em que ela entrou, ela namorava com o que é marido dela hoje. Ela não era nada da Esmeralda.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Na época que ela entrou, mas hoje ela é cunhada da sua esposa?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Quando ela começou, só namorava e não tinha nada, não era parente. Ela nunca assumiu cargo nenhum na Coopebras. Só foi no dia da fundação no Sebrae.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E a dona Gláucia da Silva Pinheiro, consta nos autos que ela era empregada doméstica na sua casa. Como senhor a convidou se ela era empregada doméstica?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – A Gláucia era uma governanta lá em casa na época. Eu não sei por que, mas a gente conversando, porque nem precisava, já tinha gente suficiente, mas a Gláucia era uma pessoa muito esperta. Hoje é formada, conseguiu se formar e ela foi participar. Eu não lembro porque, mas eu a convidei na época.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – E eu encontrei também uma cooperada fundadora, que é residente na cidade de Salvador, Maria Lúcia de Souza Ferreira.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ela não é fundadora.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Ela é só cooperada?

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** – Ela é só cooperada. Ela ficou aqui um tempo, aí ela ficou cooperada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Era isso que eu queria saber, se ela viveu aqui em Roraima em algum período.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** - Ela não viveu muito tempo aqui não, e aqui ela se filiou à Coopebras e ficou como cooperada.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Consta nos autos que ela era recepcionista da Igreja.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** - Isso aí da Igreja foi depois.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - O senhor não quer explicar isso, porque ela era da Igreja e findou sendo cooperada, se ela morava em Salvador.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** - Na época em que a gente a conhecia, nem tinha igreja, depois foi que ela se converteu, pois era católica. Mas nada que fosse contratá-la para a Igreja. Hoje ela é funcionária da Igreja, agora, mas antes era funcionária da Coopebras.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Eu só queria entender mesmo, seu Edivaldo, muito grata. Senhor Presidente, era isso que eu queria perguntar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Senhor Edivaldo, os questionamentos que os senhores deputados tinham que fazer ao senhor foram feitos. Se o senhor tiver mais alguns questionamentos que queira fazer, acrescentar eu vou lhe passar a palavra.

O Senhor **Edivaldo Pereira Vieira** - Obrigado. Eu agradeço a oportunidade de estar aqui hoje. Para mim, isso é muito bom para eu poder esclarecer as coisas, pois eu não estava tendo essa oportunidade. Eu fui muito massacrado pela mídia, por tudo e sem defesa nenhuma. Mas quero dizer para vocês que a Coopebras sempre trabalhou com ética, seriedade, nunca procurou lesar o Estado em nenhum momento. Nunca procuramos inventar plantão fantasma como dizem aí. Nunca fizemos esse tipo de falcatura ou qualquer rolo, para tirar ou lesar o dinheiro do Estado. Eu sou uma pessoa direita, trabalhei com honestidade e ética, e hoje eu estou em uma situação que até empresários grandes não querem nem falar comigo porque estão achando que eu sou tudo isso aí: por causa da pandemia tirou o dinheiro da saúde. Jamais fiz isso, nunca vou fazer porque, dificilmente, uma pessoa com 60 anos, que vou fazer agora, que todo o tempo viveu com ética e honestidade, de repente, não vira um bandido. Então, eu acho isso aí uma coisa incoerente na vida de pessoas. Essa equipe toda para qual foi pedida prisão preventiva, isso foi ilegal, injusto, porque eu digo que são pessoas direitas que só têm aquela renda. Se você olhar o patrimônio deles, é nada. Foi pedido prisão preventiva, mas foi uma coisa precipitada, deviam ter visto primeiro, e depois pedir a prisão, se fosse o caso, mas não foram vocês que pediram. Realmente, foi muito triste isso e eu lamento ver essas pessoas que trabalharam comigo, pessoas que têm mais de vinte anos que são funcionários, que trabalham comigo há mais de trinta anos, trabalham comigo desde 1983, os quais conheço, sei que nunca fizeram nada errado, e alguns passaram noventa e dois dias na penitenciária. Isso é muito duro, mas está bom. Eu só queria falar isso e agradecer a vocês pela oportunidade de estar aqui hoje, falando. Muito obrigado!

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Nós que agradecemos. Antes de encerrar o seu depoimento, eu quero que conste em ata que foi autorizado a presença da Senhora Marília Gabriele de S. Gomes, RG 381695-8, da Secretaria de Segurança Pública, para auxiliar o senhor Edivaldo na compilação dos documentos que ele trouxe.

Agradecemos seu comparecimento e pelos esclarecimentos que o senhor trouxe a esta CPI. Logo após o senhor assinar o seu termo de comparecimento, o senhor estará liberado.

Comunicamos aos senhores deputados que vamos fazer uma pausa de dez minutos e, logo em seguida, retomamos aos trabalhos.

(Após o tempo estipulado).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Está reaberta a reunião. Vamos fazer, agora, a oitava do senhor Edilson Pereira Vieira.

Solicito à assessoria desta CPI que conduza o senhor Edilson a este Plenário para que a gente possa dar início ao seu depoimento.

Boa tarde, senhor Edilson. Nós vamos fazer a leitura da Ficha de Identificação que o senhor preencheu e se tiver alguma informação que a gente não conseguiu ler, o senhor nos informe.

Ficha de Identificação. Nome: Edilson Pereira Vieira. RG 1136261-8-SSP-AM. CPF 193.333.742-72. Filiação: Jerozina Pereira Vieira e Valdomiro Alves Vieira. Data de nascimento: 03 de dezembro de 1967. Administrador. Brasileiro. Casado. Residente no bairro Liberdade. O senhor se faz acompanhado do advogado, o doutor Glauber Rocha Moreira, OAB/BA 562-39.

Seja bem-vindo, doutor, ao Estado de Roraima. O senhor também está acompanhado da senhora Alana dos Santos Melo, RG 519727-9, SSP-RR. A senhora Alana é secretária do senhor?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Das unidades de saúde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Nós vamos autorizar a presença da senhora Alana para lhe auxiliar com alguma informação e com manuseio de alguma informação.

Eu informo ao senhor que o seu depoimento está sendo registrado através de gravação de vídeo, áudio e depois de CD-ROM. Então, toda informação que o senhor for fazer, que a faça bem próximo do microfone para podermos registrar isso. Também, seu depoimento está sendo transmitido pela TV Assembleia. O senhor faz alguma objeção a isso?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O senhor foi intimado a comparecer...

O Senhor Advogado **Glauber Rocha Moreira** - Senhor Presidente, desculpa interromper o início dos trabalhos, mas eu lhe pergunto em que condições o senhor Edilson será ouvido: como testemunha, informante ou indiciado?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Ele está como investigado, tanto é que não prestou o compromisso de falar a verdade. O senhor foi intimado a comparecer a esta CPI que foi instalada a apurar denúncias de irregularidades feitas pelo então secretário de Saúde, doutor Ailton Wanderley, de supostas irregularidades em contratos firmados pela Secretaria de Saúde com empresas diversas. Dentre os contratos que estão sob investigados desta CPI, está o contrato da empresa que o senhor trabalha, que é a Coopebras. É um dos contratos. Em razão de requerimento apresentado pelo deputado Nilton Sindpol e aprovado por esta CPI, o senhor está aqui hoje atendendo essa convocação. O prosseguimento do seu depoimento vai acontecer da seguinte forma: nós vamos passar a palavra inicialmente ao autor do requerimento de sua convocação, o deputado Nilton Sindpol. Após ele concluir os questionamentos dele, nós iremos ver se tem algum deputado que queira fazer alguma pergunta ao senhor, e, após esses questionamentos dos membros da CPI, nós vamos, caso o senhor tenha o interesse em prestar mais algum esclarecimento, oportunizar para que o senhor possa fazer isso.

Esclareço que o senhor está acompanhado de advogado, e ele é apenas para lhe orientar. Caso tenha alguma dúvida ao responder algum questionamento, o senhor poderá consultar seu advogado. Ele não poderá interromper ou responder pelo senhor nessa fase do inquérito. O causídico sabe que não é oportunizado. Então, somente orientar que o senhor não poderá responder pelo seu cliente.

O Senhor Advogado **Glauber Rocha Moreira** - Presidente, quero falar da existência da Lei 13.245, que altera o artigo do Estatuto da Advocacia no artigo 7º, inciso XXI, que permite ao advogado orientar o seu cliente e acompanhar a sua defesa, não responder, mas poderá intervir quando for necessário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Se houver a necessidade em alguma pergunta o senhor interromper, o senhor poderá fazer, perfeitamente, assim como lhe é facultado, tendo em vista que o senhor não está aqui como testemunha, não responder a algum questionamento que não achar... conforme fez o depoente anterior.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Eu estou à disposição para responder a qualquer pergunta de qualquer hospital do Estado de Roraima, onde a cooperativa prestou serviços.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Então, nós vamos dar início ao depoimento do senhor Edilson. Para isso, eu passo a palavra ao autor do requerimento, o deputado Nilton Sindpol.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Bom dia, presidente, relator, deputada Lenir e membros. Senhor Edilson Pereira Vieira, eu sou o deputado Nilton Sindpol. Temos aqui a missão de esclarecer muitos pontos obscuros com relação ao contrato da cooperativa com a Sesau. A primeira pergunta é se o senhor poderia nos descrever se aconteceu da cooperativa pagar médicos como uma forma de moeda para que eles fizessem as cirurgias eletivas durante o período de vigência da cooperativa com a Sesau.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Deputado Nilton, em abril de 2015, o doutor Kalil, pelo fato de a fila de cirurgias estar muito grande, ele fez uma reunião com os cirurgiões-gerais, ortopedista e ali definiram, a cooperativa não participou. Definiram que fariam um mutirão de cirurgias que seriam pagas conforme a presença no centro cirúrgico. Fecharam um valor de um plantão de três cirurgias. Cirurgias de porte pequeno, médio ou grande. Eu tenho aqui um relatório para deixar à disposição de vocês com o nome de pacientes e cirurgias. Quando chamaram a cooperativa, quem estava sempre nas unidades da cooperativa e Sesau era eu. Eu que convivia nos hospitais. Ele chamou e disse que tinha feito este acordo e que passaria a ter cirurgias dia e noite. Esse plantão que o médico ganhava, custava mais ou menos uma cirurgia, 200 ou R\$ 300,00 (trezentos reais), ou então descontava tudo. Era R\$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais) por três cirurgias. Isso conta com pré-operatório e pós-operatório. Ele internava o paciente, cuidava, preparava, operava e dava alta. Então houve sim, começando a partir de abril de 2015. Nesse 2015, o centro cirúrgico operou como nunca tinha acontecido desde a época de Ottomar de Sousa Pinto. Eu faço essa gestão lá. Em 2015 aconteceram 3.887 cirurgias. Eu

estive aqui e o secretário Wanderley participou desse mutirão. Trouxe aqui alguns relatórios com o nome de pacientes, de todos esses pacientes. Para o médico receber, ele tinha que, quando saísse do centro cirúrgico, passar na sala da cooperativa e entregar a guia dele e do paciente, o segundo cirurgião entregava a dele, com o mesmo paciente, e o anestesista a dele. A gente fazia a conciliação e ali fazia o lançamento, que é o lançamento de todas as cirurgias. O primeiro paciente foi Antônio D. R. Mota, que foi operado pelos doutores Jorge Neves e Itamar. O anestesista foi o doutor Eudes. Eu também me preocupei em ir ao SUS e tirei um relatório do SUS para saber se os pacientes foram lançados e se o Estado arrecadou desse paciente. Eu também trouxe aqui esse relatório do SUS.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Eles estão lançados no SUS?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Estão lançados, todos os pacientes. Temos guardadas as guias na cooperativa, porque fazia uma conciliação. Quando recebia os três, iam diretamente para a sala da cooperativa, a cooperativa lançava, fazia o relatório com o nome do paciente, do anestesista, do primeiro e segundo médico; quando recebiam alta e só aí que a gente passava para o lançamento. Todos os pacientes. Foram 3887 cirurgias, em 2015. Hoje, por exemplo, nós não temos cirurgias no centro cirúrgico. Tem um parecer do Ministério Público dizendo que não poderíamos pagar em forma de plantão, desde que fosse em mutirão. Mas naquela época tínhamos uma fila grande e ele tomou essas providências, e foi a melhor coisa que o Estado teve. Se estivesse acontecendo isso o custo da cirurgia. Uma hérnia, para operar hoje em hospital particular, custa em torno de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), só da equipe médica, fora os hospitais. Tem gente que está vendendo suas coisas para fazer sua cirurgia porque não tem. Era briga para operar no centro cirúrgico. Era médico querendo que tirasse logo a maca de pré-operatório para poder operar. Então, foi a melhor coisa que aconteceu na época, o mutirão de 2015, 2016, 2017 e 2018. Desses pacientes, deputado, temos todas as guias de depósitos. E se consultar, eu trouxe um relatório aqui, pode pegar alguém da Sesau e consultar o SUS para ver se esse paciente consta. Eu já trouxe a guia do SUS aqui, mas só alguns porque o volume é bastante. Se todo o paciente operado entrou no sistema do SUS, o Estado arrecadou com esse serviço feito, se eu não me engano através da Contad. Foi tanto que ele arrecadava três milhões e pouco. Hoje está em torno de dez milhões que o Estado arrecada do SUS.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - O senhor tem conhecimento se até o encerramento do contrato da cooperativa, se aconteceu alguma cirurgia nessa modalidade que o senhor acaba de contar para nós?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não, não está tendo mutirão mais, já há um bom tempo.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Senhor Edilson, o senhor era responsável pela logística da cooperativa dentro das unidades da saúde. Qual era a sua remuneração pela sua atividade na cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Sete mil e seiscentos e pouco. Está aí o relatório até menos do que eu declarei.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - E as escalas, era realmente a Sesau ou a Cooperativa que fazia essas escalas, porque a gente bate muito nesse ponto, que ficam umas respostas meio obscuras, porque alguns depoentes disseram que era a Sesau que fazia essas escalas; outros, que não, que era a cooperativa e o Governo do Estado através da Sesau com a ciência da própria cooperativa, claro, em harmonia com a Secretaria de Saúde. Na realidade, como é que se dava essas escalas porque nós temos alguns problemas crônicos aqui em Roraima, porque, às vezes, nós temos a sobreposição do horário de trabalho. Quem fazia essas escalas, por gentileza?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Antes da minha resposta, eu trouxe aqui três depoimentos da Polícia Civil, que foi da Vanusa, do diretor clínico do Hospital, o meu e até da enfermeira Joelma que fala sobre isso. A escala é feita e o Ministério da Saúde também fala isso, pelo diretor clínico da unidade de saúde. Cada especialidade tem o seu coordenador, eles não aceitam interferências: olha, coloca fulano, coloca sicrano. Não existe entre eles ali a redistribuição dos plantões. Vou chegar já na carga horária. E a cooperativa está dentro da unidade de saúde, ela tem um serviço que no Brasil inteiro eu desconheço, porque eu trabalhei em outras cooperativas, não existe, porque a cooperativa trabalhava dentro das unidades de saúde, ela supria as necessidades das escalas, por exemplo, ela é coordenadora, entrega as escalas da cirurgia geral, tem duas vagas, aí sim a cooperativa corria atrás dos plantonistas para poder saber quem daqueles plantonistas tem aquele perfil para poder fazer parte daquela escala. Nas especialidades, dificilmente tinha buracos, porque sempre já preenche, clínico sim, porque a cooperativa fez a escala, e num depoimento na Polícia Civil eu fiquei surpreso da minha prisão. Lá eu falei que a escala da cooperativa supria a necessidade daqui a Santa Maria do Boaçu. A gente chegou de avião para levar o médico lá, porque o médico adoeceu para suprir a necessidade. Então

a escala é feita pelo coordenador, diretor clínico. Eles preparam a escala no dia 25 do mês anterior. No dia 25 eles já entregam a escala, mandam para a Sesau, uma cópia para a cooperativa e uma para a sala deles. Dali para a frente, a cooperativa começa a gerenciar vendo o suprimento. Nós temos o relatório, hoje, deputado Nilton, de entrada e saída de médicos, relatório de substituição de médicos porque o médico chegou quinze ou trinta minutos atrasado e ligou e não atendeu, você imediatamente acionava outro médico para o lugar dele. Isso era tudo por escrito, assinado, então, a cooperativa não confeccionava escalas, ela gerenciava o suprimento da escala o que era preciso para não faltar médicos, mas quem sempre fez escalas, está aqui em depoimento na Polícia Civil, era o diretor, coordenador, a Vanusa, que era uma pessoa supercorreta, que era diretora do RH do HGR. Em cada unidade da saúde existe um RH da Sesau, que quando o concursado sai da Sesau ele sai com um memorando para entregar no seu RH e ali que é distribuído a carga horária do concursado. Por exemplo, um cirurgião foi lá para o HGR, ali distribui doze horas de escala no plantão. Quando aquela escala vem para nós, a nossa responsabilidade naquele dia é do plantão do concurso e não colocá-lo no plantão da cooperativa. Mas ele tem quarenta horas e as outras horas dele não compete à cooperativa, compete ao RH da Sesau, que cuida da distribuição da carga horária do concursado, até porque eles não gostavam. Muitas das vezes o diretor dizia liga para o médico, porque na sala da cooperativa ele dizia: "hoje é meu dia do concurso, o que vocês têm a ver comigo?" Então, isso acontece, a carga horária do concursado não é distribuída pela cooperativa.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** - Senhor Edilson, eu me dou por satisfeito nas suas respostas e não tenho mais perguntas, presidente Chagas, e agradeço a sua presença na CPI da Saúde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Com a palavra a deputada Lenir Rodrigues.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Presidente, eu tenho uma pergunta ao senhor Edilson. No depoimento do Seu Edivaldo, ele falou que na caravana os médicos levavam os seus próprios equipamentos. O uso particular desses equipamentos desses profissionais eram pagos também com plantões e se isso, de alguma forma, onerava o contrato da cooperativa e dava mais lucro? Como é que o senhor explica essa situação?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Deputada, já existia uma quantidade de plantão da Caravana do Povo. Isso já deve estar fazendo falta hoje, só para falar para vocês porque o povo do interior não está tendo esse atendimento. Então, tinha o valor do plantão que era diferenciado. Ouça bem, nós temos a escala de Caracará, Mucajai, nós temos a escala de todo o Estado, mas a Caravana do Povo, como estava tendo muita dificuldade, eles estavam entrando em contato com o médico. Por exemplo, um oftalmo deixar o seu consultório aqui para passar cinco dias nos ribeirinhos aí da vida. Então foi feito um valor para um contrato de uma quantidade de plantão que era para pagamento de itinerante, mas isso gastava muito pouco. E o médico levava seu equipamento. Teve médico que seu equipamento queimou e ficou por conta dele. O valor era "x", a Sesau levava, encaminhava, porque quem fazia tudo isso era a Sesau. A cooperativa recebia da Sesau a quantidade de plantões, quem foi e quem não foi, aí a gente fazia o pagamento, entrava na folha de pagamento do itinerante. Mas o valor do plantão era diferenciado, já constava no contrato.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Sem mais perguntas, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Senhor Edilson, o senhor era gerente lá da cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Eu entrei como supervisor, depois passei a ser gerente operacional da parte externa da cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu me recordo que a gente esteve fazendo uma visita ao HGR nesta CPI e nós chegamos numa sala lá no HGR da Coopebras, e foi o senhor que nos recebeu lá. O senhor era o encarregado, de acordo com a escala fornecida pela Secretaria de Saúde, de encaminhar os médicos para cumprirem esses plantões.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Tinha uma equipe de dezoito pessoas que ficavam na sala, que acompanhava, funcionárias cooperadas: no pronto socorro duas, duas de dia, duas de noite, na maternidade, na policlínica, então as funcionárias gerenciavam, supervisionavam os médicos, hora de entrada e de saída. E quando tinha qualquer problema que era mais grave ou algum problema que tinha que resolver, eu era chamado para ir à unidade de saúde. Eu mesmo já fui várias vezes, com a doutora Jeane Sampaio, meia noite, duas horas da manhã.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Senhor Edilson, chegaram denúncias aqui que haviam alguns profissionais de saúde que efetivamente não cumpriam com o plantão dele. Denúncias de profissionais de saúde terem o dia de ter cinquenta horas para poder cumprir as obrigações do plantão dele: era médico efetivo, tinha contrato na Prefeitura, trabalhava na Unimed, trabalhava no Hospital, ainda tinha o seu consultório e ainda tinha

a Coopebras. Então, o senhor, como gerente que coordenava isso, a escala, uma escala que necessitava, mas o senhor era o responsável de colocar os médicos nesta escala. Vocês tinham algum controle de algum médico fulano de tal, que já tem comprometido o seu horário diário, de tantas horas ele vai dar conta disso aqui, vocês tinham esse controle?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - A cooperativa já recebia, como eu já falei, o servidor sai diretamente para o RH de cada unidade do Estado, ali que é distribuída a carga horária dele

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O senhor não está entendendo, vou reformular a pergunta: dentre os médicos cooperados, o senhor, para atender essa demanda da Sesau, do contrato, para fazer tantos médicos prestarem serviço nas unidades de saúde, a cooperativa tinha algum controle dos médicos com suas respectivas horas de trabalhos, que eles já tinha compromissadas, tinha esse controle, o médico X já tinha um contrato com a Unimed, ele é servidor efetivo da saúde, ele também tem sua clínica particular que ele atende todos os dias nos horários de tanto a tanto, eu não posso chocar o horário dele aqui, vocês tinham esse controle?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não tem como fazer isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu já estou satisfeito com a sua resposta, vamos ser bem objetivos. Havia também o caso do médico efetivo concursado, que trabalhava no Coronel Mota, a escala dele, como efetivo, digamos, seria das seis da manhã a meio dia, dando um horário hipotético de segunda a sexta-feira, os senhores, pelo menos isso, acho que tinha que ter esse controle. Poderia ter acontecido do médico fulano de tal, que atendia nesse horário, de segunda a sexta, das seis da manhã e para isso ele recebe o salário efetivo, ele cumprir o plantão pela cooperativa neste mesmo horário, mesmo dia e mesmo local?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não. Quando tinha, quando ele estava escalado não. Quem coloca o concursado na escala é o coordenador e o RH das unidades de saúde. Quando nós recebemos a escala já recebemos com o nome dele. O médico que tem 40 horas, se ele tem dois plantões ali, já cobriu 24 horas. Agora, as demais cargas horárias dele, se ele cumpre de noite ou se ele sentindo e tal, a gente não pode se envolver até porque a gente estava ali para ver o suprimento da escala. Quando a gente acionava o médico para tapar um buraco daquele, aí sim a gente verificava se ele estava em algum lugar ocupado ou não. A gente tinha um relatório de quem estava de folga naquele dia. Agora, a escala, quando a gente recebia, recebia já com o nome dos médicos e não tinha como a gente fazer uma checagem geral para saber se ele tinha carga horária. Acho que isso vai muito do compromisso do servidor. Se ele tem duas horas aqui, quatro horas ali de serviço público. A gente recebe o plantão dele. Entendeu?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Denúncias que chegavam a esta CPI e também nas redes sociais é que parece que esse contrato da cooperativa servia não para ampliar a carga horária e um maior número de atendimento de um médico efetivo. Às vezes o cara tinha 20 horas de contrato, não seria para ele ter mais horas de atendimento ao público e sim para complementar o salário dele, de alguns poucos. Esse é um dos fatos. O médico já tinha um contrato de 20 horas semanal com o Governo do Estado, por ser efetivo, e aí o Estado precisaria ter mais médicos além desses, aí contratavam então o fulano que, além dessas 20 horas, deveria cumprir outras horas, conforme o plantão, mas, em horário diverso desse do horário efetivo dele e isso, na verdade, para alguns, essas são as denúncias, seria apenas para complementar o salário e não para aumentar o número de horas de serviços prestados. O senhor tem algum conhecimento sobre isso, nesse caso específico?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não. Não tenho conhecimento e acredito que não existia isso. Não existia isso de arrumar um médico para complementar o salário, até por que a escala médica de um PA tem que ter quatro plantonistas, então, tem que ter quatro plantonistas ali. Então, no dia que não estiver os quatro, nós vamos buscando quem vai suprir a necessidade. Agora, a distribuição da carga horária do concursado não é de responsabilidade da cooperativa. Se perguntarem como ele estava ali, se ele tem Universidade e Prefeitura, ele, o profissional é que tem que arcar com as consequências, porque ele estava ali naquele dia, ali na escala, pela cooperativa, ele deu o plantão pela cooperativa. Isso aí eu tenho certeza. O plantonista da escala da cooperativa não tem como ganhar um plantão fantasma. Essa palavra que colocaram não existe. Eu estou lhe falando isso desde 2005, esse trabalho eu vi, vi quando teve um policial que foi dar um depoimento e disse que eu fui contratado para fazer escala fantasma, eu vim fazer meu serviço. Quando fui criar esse serviço nas unidades de saúde, na época do ex-governador Ottomar de Sousa Pinto, eu passei duas semanas dentro do hospital entrando sete da manhã e saindo meia-noite para saber o que precisava porque a cooperativa não existia mais nas unidades de saúde. Aí eu via as pessoas do interior ali com papelzinho na mão esperando oftalmologista desde às sete da

manhã sem ser chamado, aí foi que eu vi a necessidade e criei esse serviço de chamar um especialista. Então, quer dizer, eu tenho conhecimento da escala, não existe plantão fantasma, agora, falar que existe algum médico que estava na escala de plantão dando plantão e ele tinha Universidade e tinha Prefeitura, aí eu não sei. Eu sei que o plantão que ele estava pela cooperativa ele tirou, porque se ele não tirasse ele não receberia, porque cooperativa não tem atestado, não tem férias, não tem direito a nada. Por isso que ele recebe as sobras líquidas no final do ano.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Senhor Edilson, há algum caso de pagamento de plantões para médico que não reside em Roraima?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Já teve médicos que vieram fazer cirurgias, nós começamos antes, por exemplo, não pagamentos que não existe, que não trabalhou, que trabalhou. Nós começamos com o buco, pois, de primeiro não tinha, quem iniciou o bucomaxilo foi o finado Dimitri, então, vinha o Dr. Bunila, de Manaus, um grande profissional que fazia as cirurgias de cabeça e pescoço. Então, esses vinham, tem CRM local e vinha, fazia a cirurgia aqui, ficava um período na escala. Hoje não, nós temos 4 ou 5 cirurgiões de cabeça e pescoço, mas, de primeiro, não tinha, era só o finado Dimitri e mais um só. Então, para esses que vieram e trabalharam, receberam. Mas, se perguntar que estamos pagando gente fora do Estado, não existe. Mas, se ele veio fazer algum serviço, ficou na escala e trabalhou, porque o médico cooperado, se ele tiver o CRM local, ele pode vir aqui e passar duas semanas, tirar plantão e depois ir embora.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Muito bem. Edilson, com relação ao plantão dos médicos, ao senhor cabia designar qual médico iria para cada setor, é isso? Conforme solicitado pela Secretaria de Saúde, era o senhor que definia quem ia? Quem definia?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não. O coordenador que definia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Que coordenador?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - O coordenador de cada especialidade e de cada unidade de saúde.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu queria entender essa dinâmica da cooperativa com a Secretaria de Saúde, porque os médicos eram cooperados na cooperativa, e a Secretaria de Saúde tinha uma demanda e esses médicos já ficavam à disposição do coordenador diretamente para ele fazer a escala? Era assim que funcionava? Por que eu não estou entendendo qual o seu papel nessa logística.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Quando a gente fala do coordenador, quando vai fazer a escala do mês seguinte, digamos que agora dia 25 já tem que se fazer a escala do mês que vem. O coordenador já tem...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Esse coordenador que o senhor fala é da cooperativa ou do Estado? Do setor? Ele é coordenador do Coronel Mota?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Do Estado. Coordenador, diretor clínico, coordenador clínico, coordenador da cirurgia geral, coordenador da ortopedia, coordenador de cabeça e pescoço, cada especialidade tem o seu coordenador.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - O coordenador clínico então já sabia quais eram os médicos contratados pela cooperativa que ele podia escalar, é isso?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Perfeito. Todos os médicos, quando se cadastram na cooperativa, a gente envia para o hospital informando que aquele médico está apto a exercer a função, porque já passou pelo CRM, já tirou o CRM local, já recebemos uma declaração do CRM local dizendo que ele está cadastrado aqui no Estado, aí nós enviamos para cada diretor de hospital, para cada coordenador o documento informando que tem o médico X, que está apto a tirar o plantão. Eu vi uma médica, que até foi embora agora, que fez live e fez tudo, dizendo que a tiraram da escala. Aí que vem a competência de cada médico. Tem médicos e médicos, então, a partir do momento que o médico entrou na escala e passou a criar algum problema e for cooperado, aí o coordenador, junto comigo, junto com o diretor, a gente começa, se ele tem 15 plantões, trabalhar em cima dele, porque tem médico que não tem o perfil para trabalhar em pronto-socorro, aí a gente faz a mudança.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Então, para cada coordenador de cada especialidade, de cada unidade de saúde vocês mandavam uma relação de nomes que eles poderiam colocar para tirar serviço, certo?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - A partir daí, então, esse médico, o contato dele é direto com o coordenador?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Ao final do mês, eles informavam à cooperativa quantos plantões cada médico tirou, é isso?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Não. Quando a escala está pronta, o coordenador manda para a Sesau, manda uma cópia para a cooperativa, coloca em um mural e, dali para a frente, a gente já vai gerenciar dia a dia o plantão trabalhado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aí já é a Coopebras que gerencia, para saber se o médico está lá?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Sim, é a Coopebras que gerencia, por isso que nós temos um livro de perdas e ganhos. Se quiser, posso mandar, depois, cópias de vários livros de perdas e ganhos.

O Senhor Advogado **Coronel Chagas** – Esse controle da frequência é feito de que forma? Por livro ou biometria?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Dos cooperados por livro. Cooperado não pode bater biometria.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Por que não?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – É lei de cooperativa. Ele pode assinar a frequência do plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Na lei da cooperativa diz que ele não pode fazer a biometria para controlar a frequência.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Ele não pode bater ponto. Isso aí eu não tenho, mas sei que não pode bater ponto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputado Jorge Everton, eu questione se a presença dos médicos era feita através de folha de frequência ou por biometria e ele falou que os cooperados não podem porque a lei não permite pegar por biometria e eu fiquei surpreso.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Só para esclarecimento dessa dúvida, eles não são celetistas, só CLT bate ponto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mas isso aí depende do empregador. O empregador diz que está te empregando e aí te manda colocar o dedo e pronto.

O Senhor Advogado **Ciro Brito da Silva** – Não, a lei da cooperativa não prevê.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Se você vai pagar por plantão, por aquele horário. Esse controle por livro é aí que está o problema, pois, em uma das visitas que fomos lá, estava assinada a semana toda do médico, entendeu? Já dias para a frente.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Não da cooperativa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, da cooperativa.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Eu desconheço isso aí.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, esse negócio de não poder pegar por biometria é onde reside o grande problema. A pessoa vai lá, assina a frequência em um lugar, assina no outro, e está recebendo pelos dois e está em um terceiro lugar. Esse é o problema. Aí que reside o problema desse contrato que está sob investigação não só da CPI, como também da Polícia Civil, que está com uma ação da justiça. Esse controle é que é o problema, porque é muito fácil, agora, se o cara vai lá e coloca o dedo na hora de entrar, vai sair, deu o horário, beleza, coloca o dedo de novo. Se o servidor público faz isso, empresas privadas fazem isso, por que um servidor da cooperativa não pode fazer? É o controle. Esse é o grande ponto. Para encerrar minha participação nos questionamentos, gostaria de saber por quem era feito o atesto na frequência: pela coordenadora ou pelo senhor?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Não entendi a pergunta.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Tem lá uma folha de frequência do servidor cooperativado...

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Do servidor ou do cooperado? A escala de plantão.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Do cooperado, porque tem cooperado que é servidor efetivo também.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Isso.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Essa escala que ele prestou plantões pela cooperativa junto a uma unidade de saúde. No final, lá tem um chefe imediato que atesta que ele esteve presente naqueles dias. Quem firmava isso?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Os coordenadores junto com a cooperativa. Todos os coordenadores, no fechamento, quando recebe dia 25, a gente dá continuidade, no final do mês, o fechamento. Tem aquela tabela de perdas e ganhos: tira quem não trabalhou e ganha quem trabalhou na escala de plantão e aí o coordenador vem, confere direitinho, conforme relatório, e carimba para a gente encaminhar para a Coopebras gerar a folha.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. A folha, não só a folha, mas a nota fiscal que a cooperativa apresentava todo final de mês era a partir dessas folhas de frequência, não é verdade?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Que vai para a Sesau, que tem a fiscalização da Sesau também.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Até que dia a cooperativa apresentava esta nota fiscal, após encerrado o mês?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – A nota fiscal sempre dia 7, 8 até o dia 9. Mas, no início, quando fecha a folha, os diretores das unidades de saúde mandam para a Sesau, a Cooperativa manda e aí tem a conferência deles e aí que vai tirar, fazer a conciliação e quando eles dão o sinal verde aí sim a gente tira a nota fiscal. Mas, passa por toda essa conferência entre a cooperativa, a Sesau, o RH de cada unidade de saúde das escalas de plantão, a escala de plantão da cooperativa. Então, tem médico que tem 40 horas, mas ele só tem um plantão de 12 horas pelo Estado naquela escala. Ah, o médico tem 40 horas, mas tem dois plantões, então aquilo ali era fiscalizado. Porque um médico cirurgião, por exemplo, se ele colocar três plantões, ele não vai ter como atender o ambulatório, a cirurgia, então tem 12 horas de plantão, a prescrição médica, o Coronel Mota e ainda tem o centro cirúrgico. Muitas das vezes o anestesista é que tira três plantões de doze horas e mata a carga horária dele.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. Mas, esse controle do final do mês, após os coordenadores concluírem, o senhor falou que é encaminhado pelos coordenadores à Sesau e à cooperativa, correto? Coordenadores de cada setor encaminham uma cópia disso para a Secretaria de Saúde e uma cópia para a cooperativa ou vocês tinham um controle por lá?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Nós temos um controle lá, porque, no fechamento, a gente já fechava junto com os coordenadores...

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Esse controle quem fazia era o senhor? Na cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Não. Não era só eu, tinha uma equipe que fazia nas unidades de saúde e no final eu acompanhava todas, de todas as unidades.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Perfeito. Deputado Jorge Everton com a palavra.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Dando continuidade, eu já cumprimentei todos da Mesa, quero cumprimentar o senhor Edilson. Vou fazer uma pergunta, mas gostaria que o senhor respondesse em poucas palavras.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Tá certo.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quais efetivamente eram suas funções na cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Gerenciava a parte operacional nas unidades de saúde para não faltar médicos nas escalas de todas as unidades de saúde, tanto da capital quanto do interior. Tinha uma equipe que eu gerenciava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quantos tipos de pagamento existiam para os médicos. Deixe-me explicar minha pergunta porque pode ficar estranho. O pagamento era apenas por plantão? Existia pagamento por plantão e por procedimento? No papel, no contrato, quantos pagamentos poderiam ser feitos? Quantos tipos de pagamentos poderiam ser feitos?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Plantão e carga horária, que é produção.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Plantão e carga horária. Explique-me, por favor, essa carga horária.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – A carga horária, por exemplo, o Coronel Mota, conforme o Ministério da Saúde, são dezesseis pacientes por cada 4 horas, mas foi baixada uma norma aqui que passou para doze pacientes. Então, o médico tem no Coronel Mota 8 horas de carga horária, então, ele tem que fazer dois mapas por semana. Daqueles dois mapas por semana, ele cumpriu, ele vai na segunda feira de manhã, tem dois mapas, marcou, daí ele já fez as 8 horas da semana dele, aí ele está livre.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Então, no contrato, não havia uma flexibilização, porque a gente entende que a função médica é uma função diferenciada. O senhor mesmo falou aí que o médico tem plantão, ele tem que passar visita. Passar visita é ver os pacientes que estão internados e ele está liberado para ir embora, tem cirurgias, tem procedimentos, tem mutirão. Isso não deveria estar delimitado no contrato para não dá essa confusão toda que deu? Por que não houve essa delimitação?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Deveria. Eu acredito que não teve interesse, talvez do Estado. Por exemplo, hoje há um déficit muito grande de pacientes que faltam no Coronel Mota. Digamos que de 4 mil pacientes agendados, vão 2,5. Então, é uma perda muito grande para o Estado. Eu mesmo, deputado, levei várias vezes sugestões para a Secretaria de Saúde: vamos mudar isso, é muita perda, você tem 4 mil pacientes agendados e só vão 2 mil. Então, o médico está lá com a agenda de 12 e chegaram só 4 ou 5 pacientes, ele não tem por que ficar ali esperando até porque ele tem que desocupar a sala para outro. Isso já foi conversado, na época, com a Dra Jeane Sampaio, pois ela queria que fossem cumpridas as 4 horas. Se fossem cumpridas as 4 horas, o Coronel Mota não suportaria nem se funcionasse de madrugada. Então, isso realmente era cobrado por produtividade, como existiu o mutirão no centro cirúrgico que foi a época

que o Estado mais produziu e salvou muitas vidas, pode dar uma olhada. Tem gente hoje correndo para fazer uma cirurgia que custou R\$ 300,00 (trezentos reais), R\$ 400,00 (quatrocentos reais) que hoje está custando R\$ 12.000,00 (doze mil reais) um apêndice, é muito complicado!

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Já houve algum pedido ao senhor para beneficiar algum profissional médico?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Nunca.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – O Senhor conhece um médico chamado Marcelo Zeitone?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Conheço.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem é esse médico?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira**- Ortopedista. É um dos melhores ortopedistas de ombro. Ele dava plantão diretamente aqui só que hoje ele trabalha em Brasília, se não me engano, é um dos médicos de lá. Ele foi transferido para Rorainópolis, ficou um tempão tirando plantão em Rorainópolis, só que depois não deu mais para conciliar a vinda dele para cá. Eu mesmo entrei em contato com ele, como ele é do planalto, às vezes, tinha viagem imediata para ele e ele não estava conseguindo conciliar mais. Eu pedi que o retirassem da escala porque ele não estava conciliando. Ele marcava passagem para vir, do dia 5 ao dia 10, e não dava para comparecer, e eu tinha que arrumar outro ortopedista para substituí-lo. Muitas das vezes o mesmo ortopedista que estava lá cancelava a viagem para ficar. Então, ele trabalhou um bom tempo em Rorainópolis. E tivemos que retirá-lo da escala. Não sei se agora ele está retornando, porque eu disse a ele que quando ele regularizasse a situação dele, que fosse a data certa, ele retornaria para a escala, quando a cooperativa funcionava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Consta no relatório, que está anexo aos autos da CPI, que ele é Major do Exército Brasileiro lotado no Gabinete de Segurança Institucional em Brasília. Nesse período, ele, efetivamente, recebeu pela cooperativa e trabalhou aqui em Roraima?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Ele trabalhou. Foi tanto que quando abriu esse problema, quando foi investigado pela Polícia Civil, o promotor lá de Rorainópolis fez uma solicitação da presença dele, porque chegou e não era ele que estava, e entramos em contato com ele. Foi aí que começou a surgir o problema e ele explicou por que eu tive que colocar outro ortopedista, e, o ortopedista estava há 15 dias e, como não tinha ortopedista aqui, estavam formando ainda os residentes e aí eu entrei em contato com ele e pedi que ele saísse da escala e ele me explicou a dificuldade, pois, muitas vezes o chefe de lá solicitava e, como ele era o ortopedista do comando lá, não dava para ele viajar. Aí eu solicitei, eu mesmo falei com ele, pessoalmente, por telefone, pedi para que ele se retirasse da escala, não o colocaria na escala até ele resolver a situação dele, mas ele compareceu, apenas trocou de data. Muitas vezes era no início do mês e ele só vinha no fim do mês e isso atrapalhava o andamento do serviço aqui, mas não ficou descoberto.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Durante o período que a cooperativa teve contrato com a Secretaria de Saúde, com o Governo do Estado de Roraima, algum médico que foi secretário de saúde recebeu pela cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira**- O último foi o Dr. Aílton Wanderley. Ele foi secretário e, ao mesmo tempo, trabalhou como anestesista.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Mas, nós tivemos também outros médicos que foram secretários de saúde e alguns deles recebiam pela cooperativa?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira**- Não, a partir do momento que ele entrou como secretário, ele deixou de ser remunerado pela cooperativa. Ele continuou sendo cooperado, mas não tendo produção na cooperativa.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Quem foi que o senhor falou aí?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - O único foi o Dr. Aílton Wanderley, que ele mesmo, secretário, continuou como anestesista no HGR.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Ele tirava o plantão dele?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira**- A noite e final de semana ele tirava.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Sem mais perguntas, presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Edilson, os questionamentos que os deputados tinham para fazer ao senhor já foram feitos e eu pergunto se o senhor tem mais alguma coisa a acrescentar.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Tenho, Presidente. Eu esperava uma pergunta aqui sobre os exames e vocês não perguntaram. Sobre os exames, se a gente encaminhava para clínicas particulares, esperei esta pergunta, mas não saiu, então, como eu trouxe o documento aqui, porque está no inquérito da Polícia Civil também. Foi colocado isso aqui, eu trouxe dois documentos aqui e vou deixar para vocês, que foi solicitado.

Todo serviço da cooperativa só era executado depois da solicitação do secretário de saúde, que é o ordenador de despesa. Então, tenho dois escritórios aqui, de dois secretários diferentes, pedindo o atendimento da eletroneuromiografia, que está no meu inquérito policial onde pediram até minha prisão, mas eles não lançaram e lançaram meu pedido. Como funcionava isso? A Sesau tinha uma demanda muito grande, a Dra. Elana não estava recebendo da saúde, ela tem convênio com o SUS e ela deixou de atender o SUS, então, a eletroneuromiografia estava sem ser feita há muito tempo e isso pode levar a lesão grave ao paciente. Na época, o Dr. Ricardo, que foi secretário de saúde, entrou em contato comigo e eu falei que ela era cooperada e o que eu posso pagar, posso pagar em carga horária, vê a demanda como o Coronel Mota faz, só que ela falou que não atende mais pelo SUS, por que está sem receber há dez meses, a Dra. Elana, e foi assim que foi encaminhado, conforme documento que eu vou deixar para vocês aqui. Os pacientes eram relacionados pela cooperativa, encaminhados para ela, ela fazia o exame e mandava para nós todos que foram atendidos. Quem faltava não recebia. Cada exame desses sai em torno de duzentos e poucos reais. Quando somava tudo, a gente pagava em carga horária para ela, mas ela atendia na clínica dela, mas ela atendia porque o Estado não tem esse aparelho e ela tinha esse convênio.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Edilson, o contrato firmado entre a cooperativa e a Sesau contemplava esse tipo de serviço?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - De carga horária e plantão sim.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – De carga horária não, esse tipo de exames?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Carga horária.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não, estou dizendo exames com a clínica particular.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não né, ok. Então o correto seria o Governo do Estado ter um contrato para esse fim com as clínicas especializadas, né?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - E tinha.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – E tinha e usava através da cooperativa.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - E não estava pagando.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Então, o senhor há de concordar comigo, que a cooperativa acabou executando serviços através de terceiros que não estavam contemplados no contrato, né?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Mas recebendo como carga horária.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Sim, ok. E receberam como carga horária, mas o serviço era outro.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** – Mas eu anexe no Ministério da Saúde, deputado, aqui, em caso de não ter como atender o paciente, em casos graves, tem que arrumar uma solução para o paciente. Nós fomos acionados e a gente tinha um médico à disposição para atender a carga horária. Ela não tinha como pegar o equipamento dela e levar ao Coronel Mota, o Coronel Mota tinha sala. Ela falou: encaminha que eu vou atender, do mesmo jeito que atenderia no Coronel Mota. Isso foram dois ou três escritórios só, que foi para atender a demanda, hoje não está tendo esse atendimento de eletroneuromiografia no Estado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Senhor vai disponibilizar esse documento à CPI? Por favor, entregue à assessoria. Eu vou pedir ao senhor que assine seu termo de comparecimento para o depoimento e logo após o senhor estará liberado.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Obrigado. Deputado, tenho uma escala aqui que quero deixar para vocês, as escalas, o modelo das escalas, porque, como falaram que a gente faturava os plantões e não trabalhavam, estou mostrando a escala aqui e vou anexar para vocês da maneira que funcionavam as escalas. Se tivesse só dois médicos, a gente faturava só dois plantões. Então, estou deixando aqui também todas as cópias das escalas da maternidade, de quatro anos da obstetrícia, que era para ter quatro médicos e só tinham três e aí só faturava três. Coloquei aqui tudo em marca texto para vocês e estejam cientes de que aqui é o mesmo espelho que está na folha de pagamento, o que foi pago pela Sesau.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhor Edilson, pegando o gancho aí dos seus esclarecimentos finais, o senhor, como gerente operacional, o senhor se reportava, no escalão superior da cooperativa, a quem, ao presidente ou ao vice-presidente?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Dependia do assunto. Tinha

o vice-presidente, tinha o presidente o Damião, e a minha parte era mais a parte operacional. Então, eu sempre estava, no final do mês, na conciliação, entre Sesau e Cooperativa. Dependendo do assunto, era cada setor.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ok. E em relação à sua remuneração, o senhor recebia da cooperativa, ao final do mês, o total bruto, quanto?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Eu sou CLT, recebia sete mil e poucos reais por mês.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O Senhor não tinha nenhum pró-labore, nenhuma produção?

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Não tinha, não sou do estatuto, sou CLT.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Obrigado pelo seu comparecimento. Vou pedir à secretária que leve seu termo de depoimento até ao senhor para assiná-lo e, logo em seguida, o senhor estará liberado.

O Senhor **Edilson Pereira Vieira** - Obrigado, estou à disposição.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhores deputados, temos ainda, na Ordem do Dia, um requerimento, de autoria do deputado Nilton Sindpol, que requer a convocação dos profissionais abaixo relacionados para que compareçam a esta CPI, para prestar esclarecimentos sobre valores vultuosos recebidos em contracheque. O requerimento é assinado pelo deputado Jorge Everton, deputado Nilton e deputada Lenir. Em votação o Requerimento. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Determino a secretária da CPI, para que, junto a esta Comissão, organize o cronograma para a oitiva desses profissionais de saúde, já para a próxima semana. Pergunto se algum deputado tem alguma questão de ordem ou alguma informação para acrescentar a esta reunião. Não havendo mais nada a tratar, agradeço a todos que contribuíram para a realização de mais esta reunião da CPI e dou por encerrada a presente reunião.

Coronel Chagas
Presidente

ATA DA 69ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS

Às nove horas e dezoito minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões desta Casa Legislativa, sob a presidência do senhor Deputado **Coronel Chagas**, deu-se a sexagésima nona reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos da Resolução n. 041/19 e alterada pela Resolução n. 044/19, nos termos da Resolução n. 21/2020.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom dia, senhoras e senhores. Vamos dar início a mais uma reunião da CPI de Saúde, a sexagésima nona reunião da CPI da Saúde, e para isso eu solicito à secretária desta comissão que proceda à verificação de quórum regimental.

A Senhora Secretária **Josiane Daubermann** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta comissão e solicito à secretária que faça a leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – Bom dia, senhor Presidente! Por ser de conhecimento de todos, eu solicito a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Não havendo nenhuma objeção, acato o requerimento verbal do Deputado Nilton Sindpol pela dispensa da leitura da ata, por já ser de conhecimento de todos os deputados desta comissão e coloco-a em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordarem com a ata da reunião anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Quero cumprimentar o Deputado Nilton Sindpol, vice-presidente da CPI; Deputado Eder Lourinho, integrante da CPI e o Deputado Jorge Everton, relator desta CPI, que estão participando desta reunião.

Comunico aos senhores deputados que no expediente temos os seguintes documentos: Memorando n. 61/2021, do Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, que trata de informações acerca da quebra de sigilo fiscal, Mandado de Segurança que informa que até o momento não chegaram as informações da quebra do sigilo da Receita Federal. Temos também, protocolado agora, um documento, petição, do senhor André César Coelho Rosa da Silva, médico que seria ouvido hoje, devidamente e legalmente convocado por esta CPI, requerendo carga e cópia dos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como os seguintes esclarecimentos: se o requerente está intimado na condição de investigado ou de testemunha;

acerca de que fatos devem ser objetos de esclarecimento a ser prestados pelo intimado, já que não participou, não participa e não tem nenhum conhecimento sobre irregularidades em contratos licitatórios no âmbito da Sesau. Temos um documento encaminhado ao relator desta comissão, que deveria ter sido encaminhado à presidência, achei que até fosse para a presidência; e temos esse outro documento, também ao relator, mas diz respeito à CPI. Acho que o ilustre patrono Dr. André César Coelho Rosa da Silva se equivocou quanto ao destinatário. Então, por não ser endereçado a mim, como presidente, não posso tomar conhecimento, efetivamente têm que ser encaminhados ao relator esses documentos. Para presidência, não foi encaminhado, a não ser que o relator os encaminhe, para que possamos deliberar sobre eles. Temos um requerimento ao presidente desta CPI do Doutor Murilo César de Melo Sena, que informava a impossibilidade de comparecimento, que foi para ser ouvido na semana passada, mas acabou chegando a tempo. Então o requerimento em si, para remarcar a data, podemos desconsiderar; entretanto, ele anexa ao documento cópia dos seus contracheques que eu determino que sejam juntadas aos autos, como documento probatório. Era o que constava no expediente.

Tínhamos hoje na previsão da Ordem do Dia, para serem ouvidos três depoentes: Dr. André César Coelho Rosa da Silva, Dr. Fernando André Martins Ferreira e Dr. Rafael Antônio Brunelli Silva.

O Dr. André César Coelho Rosa da Silva protocolou um requerimento, que eu acabei lendo, pois achava que era para a presidência da CPI, mas foi direcionado a Vossa Excelência, o relator, então desconsidere a leitura da Ordem do Dia, porque ele foi encaminhado ao senhor. Então, esta presidência desconhece o pleito deles, a menos que seja protocolado diretamente a esta presidência, para ser deliberado. O Dr. André não compareceu. Deputada Lenir Rodrigues, bom dia!

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Bom dia! Eu queria que Vossa Excelência registrasse a minha presença.

O Senhor Presidente **Deputado Coronel Chagas** – Está registrada, deputada. Obrigado pela presença.

Então o Dr. André não compareceu e tomamos conhecimento que ele enviou ao senhor dois requerimentos. Teremos que verificar legalmente como proceder em relação ao que foi endereçado a Vossa Excelência, esses requerimentos. E o Dr. Rafael Antônio Brunelli Silva, também legalmente intimado a comparecer, justificou que não poderia comparecer porque estaria de plantão. Eles foram intimados na semana passada, somente hoje, na hora da reunião, informou que está de plantão. E a convocação da CPI foi feita após deliberação unânime desta comissão e convocação dos termos regimentais e da legislação, assinada por quem detém poder e competência legal para fazer. Então está deixando de cumprir uma ordem de comparecimento a esta CPI, alegando plantão, sendo que ele não foi convocado hoje e nem ontem. Então, no meu entendimento, ele está descumprindo ordem legal emanada da autoridade competente, podendo incidir em cumprimento de ordem legal. Vamos reintimar o senhor André César Coelho Rosa da Silva e o Dr. Rafael Antônio Brunelli Silva. Eu sugiro aos senhores deputados para fazermos isso na quinta-feira. Então, se os senhores concordarem... não sei se o Deputado Jorge Everton, após ler os documentos, tem alguma observação.

O Senhor Relator **Jorge Everton** – Senhor Presidente, realmente não faz sentido esse encaminhamento ao relator. Esse encaminhamento tem que ser feito ao presidente que conduz os trabalhos. Eu devolvo à presidência para caso tenha interesse em fazer a leitura ou desconsiderar o documento. O trâmite processual é esse, pode ter sido alguém que se atrapalhou aí, e o autor do requerimento não sou eu, é o Deputado Nilton do Sindpol. Se fosse para ser direcionado a algum membro da CPI, teria que ser ao Deputado Nilton do Sindpol ou ao presidente.

Eu gostaria também de fazer um requerimento verbal, ver se todos concordam: na última oitiva que teve aqui, do médico, ele afirmou que existiam portarias. Ele chegou a encaminhar as portarias feitas pelo ex-secretário? Eu gostaria de intimar o ex-secretário Marcelo Lopes para que ele venha esclarecer essas portarias, essa legislação, afinal de contas, foi ele que autorizou os pagamentos. Se ele autorizou os pagamentos, ele vai ter que explicar com base em quê esses pagamentos foram feitos. Eu sugiro, já que não compareceu nenhum médico, que nós não percamos tempo, que possamos suspender a sessão e entrar em contato com o Marcelo Lopes para ver se ele tem condições de se deslocar agora para cá, para nós esclarecermos essas portarias. É um requerimento verbal que eu apresento. Aguardo deliberação e vou mandar por escrito. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Nós vamos colocar em discussão o requerimento do Deputado Jorge Everton pela convocação do Dr. Marcelo Lopes, para ser ouvido conforme o cronograma desta CPI.

Coloco o requerimento em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Requerimento aprovado.

Tendo em vista o não comparecimento dos dois profissionais de saúde convocados para hoje, eu proponho aos senhores o seguinte cronograma de depoimentos, para a próxima quinta-feira agora e terça-feira da semana que vem: nesta quinta-feira, nós ouviríamos esses dois médicos de deveriam ter vindo hoje, seriam reintimidados, mais a Dra. Débora; e, na próxima terça-feira, os dois que faltam serem ouvidos mais o Dr. Marcelo Lopes, para explicar como chegou a estes vencimentos dos profissionais de saúde.

Coloco em votação o requerimento. A votação será simbólica: aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovada a proposição.

Então, eu pergunto se algum deputado tem algum outro requerimento, discussão, alguma observação. Eu comunico aos senhores Deputados que temos um requerimento a esta CPI do Dr. Raphael Antonio Brunelli, devidamente explicado, que: vem respeitosamente, em atenção à intimação expedida, informar que, devido ao exíguo tempo entre a intimação e a respectiva sessão, não foi possível se desvincular dos compromissos anteriormente assumidos, uma vez que está de plantão no HGR, em escala anexa, não podendo, portanto, atender a intimação na data marcada. Ele ainda encaminha a escala de plantão.

Aqui tem a escala dos médicos. Eu sugiro que a nossa assessoria da CPI procure conciliar a oitiva com os dias que eles não estiverem de plantão, para que não tenha essa justificativa, dentro do possível. Ok? Pelo menos desses profissionais de saúde aqui, tem uma escala até o final do mês que dá para verificar isso aí.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, me foi entregue pela presidência um documento que foi encaminhado pelo senhor André César Coelho Rosa de Silva, endereçado ao Deputado Jorge Everton, só que as condições dos trabalhos são feitas pela presidência. Então, dou conhecimento à presidência para deliberação do que será feito referente a esta documentação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Bom, agora sim nós podemos, legalmente, tomar conhecimento do documento protocolado pelo senhor André César Coelho Rosa da Silva, através do seu patrono Dr. Andreive Ribeiro de Sousa. Dr. Andreive é aquele que era Procurador Jurídico aqui da Assembleia, não é? Deve ser ele. Bom, eu vou solicitar ao vice-presidente que proceda à leitura do requerimento do Dr. André.

O Senhor Deputado **Nilton Sindpol** – (Lido o Requerimento de autoria do Dr. André César Coelho Rosa de Silva, requerendo carga e cópia dos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como os seguintes esclarecimentos: a) se o requerente está intimado na condição de investigado ou de testemunha; b) acerca de que fatos devem ser objetos de esclarecimentos a ser prestados pelo intimado, já que não participou, não participa e não tem nenhum conhecimento sobre irregularidades em contratos licitatórios no âmbito da Sesau).

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – O requerimento, então, requer informação se ele está intimado na condição de investigado ou de testemunha.

Eu entendo que o profissional de saúde, não é ele que elabora o seu contracheque. Ele presta os seus serviços e quem elabora o contracheque é a administração. Então, ele não está aqui vindo prestar depoimento na condição de investigado, pelo menos não nesse momento, até que se esclareça, e sim como testemunha de como se chegou a esse vencimento que ele está recebendo. É esse o meu posicionamento para fins de resposta ao patrono e a ele. O segundo ponto é dizendo que não participa de nenhum contrato, nenhuma irregularidade, entretanto, esta CPI está apurando, dentro dos contratos, o objeto desta CPI é também um contrato que trata de prestação de serviço através da cooperativa, que é uma das empresas investigadas, e me parece que esses profissionais diversos também trabalharam pela cooperativa, então não tem como justificar o não comparecimento em sede desse argumento. Mas, então, a CPI vai responder isso aí, já que o relator encaminhou para a presidência.

O segundo requerimento do senhor André César Coelho Rosa da Silva, que foi encaminhado ao Deputado Jorge Everton e este deu conhecimento a esta presidência, é um documento, na verdade, explicando que não poderia comparecer hoje, pois está com cirurgia em recém-nascido no Hospital Materno Infantil e que não poderia ser adiada por não haver na rede pública outro profissional para substituí-lo. (Lido o Requerimento).

Este é o documento prestado e junto aqui as escalas de serviço do Dr. André César Coelho Rosa da Silva, que informa que ele estaria de plantão, no mês de abril, todos os dias, do dia primeiro ao dia trinta, por doze horas. Aí varia das 19h às 7h, em um determinado dia, e outro dia das 7h às 12h. Por exemplo, no dia 01/04, ele esteve de serviço às 19h e saiu às 7h do dia dois. Ele folga 12h e assume de novo o plantão, de novo às 19h do dia 2, do dia que ele saiu de manhã, assumiu às 19h e passa mais 12h de

plantão. E aí dia três, ele já assume no horário que ele está saindo do outro plantão. Ou seja, o homem fica praticamente 24h dentro do plantão, segundo a escala aqui. Então, ele totaliza aqui 34 plantões PSS 06, de 12h, porque ele praticamente junta dois plantões. Enfim, e aí vem a escala do mês 3, também da mesma forma, um plantão na cola do outro. Perfeito. E, no final, ele solicita que se convoque o secretário da pasta, conforme o Deputado Jorge Everton também solicitou, para explicar como se chegou a isso.

Por isso que eu digo que eles devem ser ouvidos aqui como testemunhas. Não são eles que elaboram o contracheque deles e assim serão intimados, já que ele pediu esse esclarecimento. Na próxima intimação para o depoimento deles, para quinta-feira, já o informe na condição de testemunha, para não restar dúvidas. Aí, ele vai ter oportunidade, ele e os demais, de explicar cada plantão que tiraram, como foram os atendimentos, bem como outros vínculos empregatícios que tenham. Porque, no meu entendimento, que quem faz o contracheque deles não são eles, eles prestam serviço, é a administração, conforme a legislação, que prepara. E o que cabe a nós aqui é esclarecer e ver se são compatíveis as escalas efetivamente que eles tiram, os compromissos, os vínculos empregatícios que têm. E, de acordo com a legislação, se pode, durante 30 dias... Só nessa escala aqui ele tem mais da metade do horário de cada dia, praticamente. Tem dias que são 24h. Tem mês que deu 34 plantões de 12h, um mês que tem 30 dias, que é o mês de abril. Então o que cabe a nós é verificar, porque a denúncia que tem também é que teriam profissionais que poderiam estar sendo escalados, mas não estariam efetivamente comparecendo.

Bom, a Deputada Lenir Rodrigues está nos acompanhando aí. Deputada, então ficou deliberado o que nós vamos fazer. Já falamos sobre o cronograma de intimações para as próximas reuniões. Era o que nós tínhamos hoje para deliberar. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada mais esta reunião da CPI da Saúde.

Coronel Chagas
Presidente

EDITAIS

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2021

Convocamos os Senhores Deputados, que compõe esta Comissão: **Chico Mozart**, Vice-Presidente; **Eder Lourinho**, **Marcelo Cabral** e **Odilon Filho**, Membros, para reunião **extraordinária híbrida** (via zoom e presencial) desta Comissão, no dia 17 de maio do corrente, segunda-feira, às 10h, na Sala de Reuniões da Mesa Diretora ao lado do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, deste Poder, para apreciação e deliberação das Proposições: **Projeto de Lei nº 017/2019**, de autoria do Deputado Eder Lourinho, que, institui o dia estadual do vaqueiro no âmbito do Estado de Roraima; **Projeto de Lei nº 070/2019**, de autoria do Deputado Chico Mozart, que, regulamenta o processamento para isenção de taxas de prestação de serviço público aos agricultores familiares no âmbito do Estado de Roraima pelo Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Roraima – DETRAN; e **Projeto de Lei nº 061/2019**, de autoria do Deputado Eder Lourinho, que, institui a Política Estadual de Desenvolvimento da Agricultura no Estado de Roraima.

Sala das Sessões, 13 de maio de 2021
Gabriel Picanço
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 041/2019, ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 044/2019 E Nº 021/2020

Em 13/05/2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2021

O Presidente da CPI da Saúde, convoca os Senhores Parlamentares, Membros desta Comissão, Deputados: **Nilton SINDPOL** (Vice-Presidente), **Jorge Everton** (Relator), **Lenir Rodrigues** (Membro), **Renato Silva** (Membro), **Evangelista Siqueira** (Membro) e **Eder Lourinho** (Membro), para Reunião desta CPI, para oitivas, que realizar-se-á, no dia 18 de maio de 2021, (terça-feira), às 9 horas, na Sala de Reuniões da mesa Diretora, desta Casa Legislativa.

Dep. Coronel Chagas
 Presidente da Comissão.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
**REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL
RESOLUÇÃO Nº 3914/2021-SGP**

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar YANA NATHACHA DA SILVA LIMA, matrícula: 21351, CPF: 905.512.142-87, do Cargo Comissionado de Gerente de Propaganda e Promoção CA-9, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.
Boa vista - RR, 06 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3970/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SAIONARA RIBEIRO DO CARMO RODRIGUES, matrícula: 26632, CPF: 323.060.672-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3971/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ALYSON ASSIS DE MENDONCA, matrícula: 26681, CPF: 042.799.177-36, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial III CAL-3, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear ALYSON ASSIS DE MENDONCA, matrícula: 26681, CPF: 042.799.177-36, no Cargo Comissionado em Gabinete de Chefe de Gabinete FS-1, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3972/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ANA CELIA SALES DA COSTA, matrícula: 21959, CPF: 241.527.302-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear ANA CELIA SALES DA COSTA, matrícula: 21959, CPF: 241.527.302-34, no Cargo Comissionado em Gabinete

de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3973/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EVERALDO SILVA MARQUES, matrícula: 24986, CPF: 311.263.162-53, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Administrativo IV CAA-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear EVERALDO SILVA MARQUES, matrícula: 24986, CPF: 311.263.162-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar Regional FSR-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3974/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar GENIZA DA SILVA MOREIRA, matrícula: 22275, CPF: 931.638.862-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear GENIZA DA SILVA MOREIRA, matrícula: 22275, CPF: 931.638.862-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar Regional FSR-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3975/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ITALO BRENNO SAMPAIO LOPES, matrícula: 21969, CPF: 040.804.182-05, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear ITALO BRENNO SAMPAIO LOPES, matrícula: 21969, CPF: 040.804.182-05, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.
Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3976/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JOSE EDMILTON DE LIMA PASTANA, matrícula: 13763, CPF: 598.663.732-15, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear JOSE EDMILTON DE LIMA PASTANA, matrícula: 13763, CPF: 598.663.732-15, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3977/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar KARINE CALIXTO LAMPERT, matrícula: 21975, CPF: 838.926.802-72, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear KARINE CALIXTO LAMPERT, matrícula: 21975, CPF: 838.926.802-72, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3978/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LARA MORAES ROCHA LIMA, matrícula: 18736, CPF: 725.572.732-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-3, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear LARA MORAES ROCHA LIMA, matrícula: 18736, CPF: 725.572.732-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-2, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3979/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar LUBIANA DA SILVA NERY, matrícula: 22880, CPF: 826.572.972-34, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Legislativo II CAL-5, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear LUBIANA DA SILVA NERY, matrícula: 22880, CPF: 826.572.972-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3980/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARINETE PENHA BATISTA, matrícula: 25414, CPF: 917.014.572-53, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo III CAA-7, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear MARINETE PENHA BATISTA, matrícula: 25414, CPF: 917.014.572-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3981/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar PAULO VICTOR TORREIAS DE MESQUITA, matrícula: 22083, CPF: 969.507.492-87, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear PAULO VICTOR TORREIAS DE MESQUITA, matrícula: 22083, CPF: 969.507.492-87, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3982/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar POTIGUARA BITENCOURT DA SILVA, matrícula: 13781, CPF: 199.909.442-53, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-4, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear POTIGUARA BITENCOURT DA SILVA, matrícula: 13781, CPF: 199.909.442-53, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-3, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3983/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RENATHA RAMYLLE SILVA XAVIER, matrícula: 25436, CPF: 948.289.032-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear RENATHA RAMYLLE SILVA XAVIER, matrícula: 25436, CPF: 948.289.032-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3984/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar RILDO LEANDRO DE MELO CESAR, matrícula: 24001, CPF: 852.369.692-04, do Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar Legislativo Especial I CAL-1, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear RILDO LEANDRO DE MELO CESAR, matrícula: 24001, CPF: 852.369.692-04, no Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3985/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROSANA BATISTA ELEUTERIO, matrícula: 219842, CPF: 267.892.482-34, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear ROSANA BATISTA ELEUTERIO, matrícula: 219842, CPF: 267.892.482-34, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3986/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar ROSINEIDE MIRANDA SILVA, matrícula: 25489, CPF: 002.276.262-06, do Cargo Comissionado de Gerente CA-9, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear ROSINEIDE MIRANDA SILVA, matrícula: 25489, CPF: 002.276.262-06, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3987/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar THIAGO ALVES CRUZ, matrícula: 25366, CPF: 874.920.832-20, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear THIAGO ALVES CRUZ, matrícula: 25366, CPF: 874.920.832-20, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3988/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WANDEL SOUZA LEO, matrícula: 21989, CPF: 702.833.922-07, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear WANDEL SOUZA LEO, matrícula: 21989, CPF: 702.833.922-07, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3989/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WASHINGTON KENNIS BEZERRA LIMA, matrícula: 23883, CPF: 848.480.652-91, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-5, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear WASHINGTON KENNIS BEZERRA LIMA, matrícula: 23883, CPF: 848.480.652-91, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3990/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar YANA CLARA RODRIGUES LEAL, matrícula: 25261, CPF: 030.179.452-94, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessora Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Nomear YANA CLARA RODRIGUES LEAL, matrícula: 25261, CPF: 030.179.452-94, no Cargo Comissionado em Gabinete de Secretária Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3991/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 3991/2021-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a) SAMUEL ALVES DE FRANÇA matrícula nº 15780, no período de 17/05/2021 a 02/06/2021, referente ao exercício de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, de 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3992/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 3992/2021-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a) EDER THIAGO FERNANDES DE SOUZA matrícula nº 15791, no período de 18/05/2021 a 01/06/2021, referente ao exercício de 2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, de 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3993/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 3993/2021-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a) VIVIAN NINA NUNES matrícula nº 14611, no período de 24/05/2021 a 02/06/2021, referente ao exercício de 2019.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3994/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 3994/2021-MD e suas alterações,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder o usufruto das férias do (a) servidor (a) RONNIE BRITO BEZERRA, matrícula nº 22364, no período de 17/05/2021 a 25/05/2021, referente ao exercício de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3995/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar FERNANDA FEITOZA DE ABREU, matrícula: 24341, CPF: 036.564.132-40, do Cargo Comissionado de Assessora Parlamentar Administrativo III CAA-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
 Superintendente de Gestão de Pessoas
 Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3996/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração da servidora

EMELLY DE ALMEIDA CAMPOS, CPF: 036.278.352-71, da Resolução nº 3929/2021-SGP de 12.05.2021, publicada no Diário da ALE nº 3452 de 12.05.2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3997/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar MARILENA BARBOSA DE FREITAS, matrícula: 17910, CPF: 274.126.442-20, do Cargo Comissionado de Chefe de Núcleo CA-12, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 2º Nomear MARILENA BARBOSA DE FREITAS, matrícula: 17910, CPF: 274.126.442-20, no Cargo Comissionado de Gerente CA-9, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.

Art. 3º Esta Resolução surte efeitos a partir de 1 de maio de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3998/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EDUARDO TEIXEIRA BARROS, matrícula: 25377, CPF: 008.512.162-26, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-7, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 3999/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar EVANDRO DE PAULA, matrícula: 24830, CPF: 087.065.279-65, do Cargo Comissionado em Gabinete de Assessor Parlamentar FS-6, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4000/2021-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar IURI SARAH DALL AGNOL, matrícula: 24364, CPF: 019.160.972-27, do Cargo Comissionado em Gabinete de Secretário Parlamentar FS-8, integrante do Quadro de Pessoal, em

conformidade com o que dispõe a Resolução nº 40/16 de 22 de dezembro de 2016, e publicada no Diário da ALE/RR nº 2432, de 29 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 30 de abril de 2021.

Boa vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4001/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração da servidora **LETICIA GABRIELE VIANA RIBEIRO**, CPF: 003.851.342-07, da Resolução nº 3948/2021-SGP de 12.05.2021, publicada no Diário da ALE nº 3452 de 12.05.2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4002/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração da servidora **NAYARA SOUSA DA COSTA**, CPF: 016.278.581-05, da Resolução nº 3950/2021-SGP de 12.05.2021, publicada no Diário da ALE nº 3452 de 12.05.2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4003/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração da servidora **MARIA DO SOCORRO SILVA**, CPF: 383.595.962-04, da Resolução nº 3960/2021-SGP de 12.05.2021, publicada no Diário da ALE nº 3452 de 12.05.2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812

RESOLUÇÃO Nº 4004/2021-SGP

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a exoneração do servidor **FRANCIJUNIOR BATISTA DA SILVA**, CPF: 888.185.942-49, da Resolução nº 3944/2021-SGP de 12.05.2021, publicada no Diário da ALE nº 3452 de 12.05.2021.

Art. 2º Esta Resolução surte efeitos na data de sua publicação.

Boa Vista - RR, 13 de maio de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA

Superintendente de Gestão de Pessoas

Matrícula: 17812